

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LÍNGUISTICA

Nilton Duarte Melo

Supleção e Localidade nos Nominais do Português Brasileiro:
uma abordagem sintática

Juiz de Fora
2020

Nilton Duarte Melo

Supleção e Localidade nos Nominais do Português Brasileiro:
uma abordagem sintática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paula Roberta Gabbai Armelin.

Juiz de Fora
2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Melo, Nilton Duarte.

Supleção e Localidade nos Nominais do PB : uma abordagem sintática / Nilton Duarte Melo. -- 2020.

137 p.

Orientadora: Paula Roberta Gabbai Armelin

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2020.

1. Raízes. 2. Supleção. 3. Localidade. 4. Gênero. I. Armelin, Paula Roberta Gabbai, orient. II. Título.

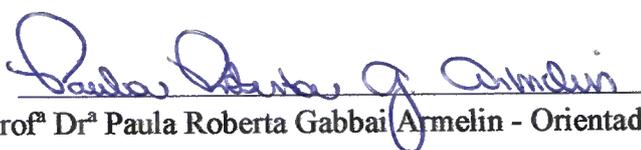
Nilton Duarte Melo

Supleção e localidade nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática

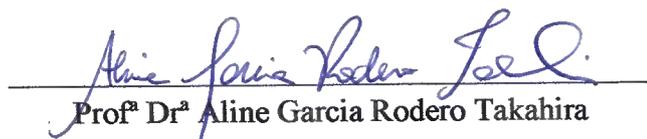
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Mestrado em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 11 de março de 2020

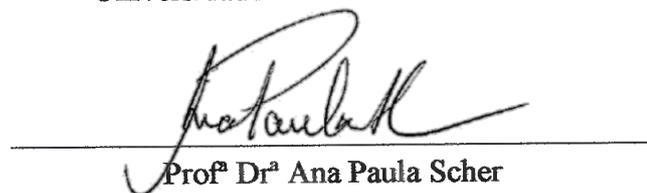
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Paula Roberta Gabbai Armelin - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a Dr^a Aline Garcia Roderer Takahira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a Dr^a Ana Paula Scher
Universidade São de Paulo

Dedico esta dissertação aos meus pais, meus irmãos e meus amigos pelo apoio imprescindível.

AGRADECIMENTOS

O amadurecimento intelectual, a excitação da elaboração de hipóteses e a possibilidade de vislumbre do inédito advindos do exercício da pesquisa são sempre muito gratificantes. Contudo, desenvolver uma pesquisa é, muitas vezes, como caminhar por terrenos áridos. Uma das maneiras pelas quais lidamos com as arestas da atividade acadêmica é recorrendo ao próximo que nos estende a mão. Assim, esta dissertação não teria sido produzida sem a ajuda e a compreensão de muitas pessoas.

Inicio agradecendo à pessoa sem a qual esta dissertação não teria saído da primeira página. Sou imensamente grato à minha orientadora, Paula Armelin, pessoa pela qual tenho enorme admiração e respeito. Obrigado pelas inúmeras orientações, discussões, conselhos, sugestões e pela enorme paciência que tem demonstrado para comigo nesses últimos anos. Muito obrigado pelas constantes palavras de afeto e carinho. Seus comentários sempre foram uma inspiração para eu seguir pesquisando. Mas, principalmente, muito obrigado pela formação primorosa e irretocável que tive a oportunidade de ter desde a graduação até o fim do mestrado. Sua presença constante tem sido vital para minha formação como pesquisador.

Agradeço também a todo o corpo docente do PPG-Linguística da UFJF, especialmente aos professores da linha de Linguagem e Cognição com os quais pude aprender muitas coisas sobre as mais diversas áreas da Linguística. Um agradecimento especial às professoras Mercedes Marcilese, Aline Takahira, Cristina Name e, claro, à Paula Armelin. As disciplinas que fiz com vocês foram essenciais para o desenvolvimento de muitos dos meus interesses de pesquisa. Um agradecimento especial às professoras Mercedes e Aline que forneceram valiosos comentários e sugestões a diversas partes desta dissertação. Agradeço aos professores Ana Paula Scher, Andrew Nevins e Alessandro Boechat pelos importantes comentários, os apontamentos feitos por eles foram essenciais para um melhor desenvolvimento da proposta desta dissertação.

Agradeço à Coordenação e à Secretaria do PPG-Linguística pela prontidão em atender às solicitações dos alunos. Agradeço fortemente pelo apoio que muitas vezes as meninas da Secretaria do PPG nos fornecem enquanto discentes. Obrigado Izabel, Renata e Marion pela enorme atenção e por sempre terem sido muito solícitas nos meus momentos de dúvida e necessidade.

Sou muito grato pelos amigos que fiz na pós-graduação. Um agradecimento todo especial à Olívia, à Cristina, à Camila, ao Kevin, ao Lydsson, entre outros. Obrigado pela

companhia, pelas discussões, pelas risadas, pelos desabafos, pelos momentos compartilhados em eventos. Enfim, sou grato por terem deixado esses dois anos de mestrado mais leves com nossas conversas e bons momentos.

Um enorme agradecimento ao Núcleo INTEGRA (Núcleo de Investigações em Teoria da Gramática) do qual fiz parte durante o mestrado. As discussões que fizemos nos dias de grupo de estudos foram valiosas para minha formação. Um agradecimento especial ao Lydsson Gonçalves que tem sido um enorme parceiro na vida acadêmica. Obrigado pelos momentos de descontração, pelos incontáveis almoços no RU, pelas valiosas discussões relacionadas às nossas pesquisas, pela parceria nos trabalhos apresentados e pela sincera amizade. Sou muito feliz pela amizade!

Agradeço também aos amigos da graduação em Português. Vocês são pessoas muito especiais na minha vida. Muito obrigado pelos momentos de descontração durante a graduação. Um agradecimento todo especial à Paula, ao Heitor, à Letícia, à Rúbia, à Karol, ao Matheus, à Kleyse, à Amanda, à Fernanda, à Anelise, entre muitos outros! Vocês são todos muito queridos por mim e espero que nos levemos para a vida!

Um obrigado todo especial a todas e todos os amigos! Vocês foram meu maior suporte durante o mestrado! Muito obrigado à Nathália, à Karol, à Vivian, à Kátia, ao Diogo e ao Gustavo. Sem o apoio de vocês essa dissertação não teria existido!

Agradeço aos meus pais, Márcia e Antônio, aos meus irmãos, Nilce e Willian, por todo o suporte que vocês têm me proporcionado desde que saí da casa natal rumo à vida universitária!

Finalmente um agradecimento especial à UFJF, que foi praticamente a minha casa por todos esses anos, e à CAPES por terem fornecido o suporte formal e financeiro ao desenvolvimento desse mestrado!

Muito obrigado a todas e todos que não citei nominalmente, mas que que participaram direta ou indiretamente para que eu conseguisse concluir essa dissertação e o curso de mestrado!

A todos vocês, muito OBRIGADO!

What do linguists do? [...] We are cognitive neuroscientists [...] We operate at many levels of abstraction, from the quite general claims about human cognition based on computational linguistic analysis of the mathematics of human grammars to specific hypotheses about the neural responses to “excursion”. Like the findings of any science, the observations of linguists from the behavior of “if...then” sentences to the ungrammaticality of “re-dance” should appeal to our innate curiosity as humans and to our desire to understand more about the world around us.

(MARANTZ, 2019)

RESUMO

Esta dissertação discute as implicações que as ocorrências supletivas apresentam para a arquitetura da gramática. De maneira geral, a supleção pode ser definida como um tipo de alomorfa em que os alomorfes são maximamente distintos do ponto de vista fonológico (KATAMBA & STONHAM, 2006; HASPELMATH & SIMS, 2010). Mais especificamente, este trabalho toma como foco dados do português brasileiro que apresentam supleção nominal desencadeada pelo traço de gênero, tais como *boi/vaca*, *cabra/bode* e *carneiro/ovelha*. A investigação da supleção se justifica pelo fato de ela ter sido tradicionalmente interpretada como um fenômeno periférico nos estudos linguísticos, especialmente entre as abordagens de orientação gerativista, concentrando poucas propostas nessa perspectiva. Contudo, estudos sobre as ocorrências supletivas podem trazer grandes contribuições para uma melhor compreensão da arquitetura da gramática, uma vez que um maior entendimento dessas ocorrências tem o potencial de elucidar questões teóricas proeminentes, dentre as quais este trabalho contempla: a natureza do morfema Raiz enquanto primitivo teórico, o lugar do traço de gênero na estrutura sintática e os domínios de localidade relevantes para o licenciamento da alomorfa supletiva. Para tanto, este trabalho se desenvolve dentro do contexto teórico da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), uma vez que a separação entre fonologia e semântica, assumida nesse modelo, fornece ferramentas para a compreensão do fenômeno. Em linhas gerais, este trabalho faz as seguintes propostas: (i) a raiz não tem conteúdo fonológico ou conceitual, sendo individualizada através de um índice (PFAU, 2000, 2009; ACQUAVIVA, 2008); (ii) a supleção não é caótica, podendo ser formalizada dentro de um domínio de localidade estrutural. Mais especificamente para os dados de supleção nominal contemplados no trabalho, propomos que a relação local entre uma raiz e um núcleo categorizador nominal com uma especificação bivalente de gênero (ARMELIN, 2015) seja o contexto sintático capaz de licenciar a supleção.

Palavras-chave: raízes, localidade, supleção, gênero

ABSTRACT

This dissertation discusses the implications that the suppletive occurrences has for the grammar architecture. In general, suppletion can be defined as a type of allomorphy, where allomorphs are maximally phonologically distinct (KATAMBA & STOHAM, 2006, HASPELMATH & SIMS, 2010). More specifically, this paper focuses on data from Brazilian Portuguese that have nominal suppletion triggered by the gender feature, such as *boi/vaca* (ox/cow), *cabra/bode* (goat m./goat f.) and *carneiro/ovelha* (ram/ewe,sheep). The investigation of suppletion is justified by the fact that it has been traditionally interpreted as a peripheral phenomenon in linguistic studies, especially among the generativist orientation approaches, concentrating few proposals in this perspective. However, studies on the suppletive occurrences can make major contributions for a better understanding of the architecture of grammar, once the comprehension of this occurrences has the potential to elucidate prominent theoretical issues, among which this paper contemplates: the nature of the Root as a theoretical primitive, the place of the feature of gender in the syntactic structure and locality domains relevant to the licensing of suppletive allomorphy. Therefore, this paper is developed within the theoretical context of Distributed Morphology (HALLE and MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), since the separation between phonology and semantics, assumed in this model, provides tools for understanding the phenomenon. In general terms, this paper makes the following proposals: (i) the root has no phonological or conceptual content, being individualized through an index (PFAU, 2000, 2009; ACQUAVIVA, 2008); (ii) the suppletion is not chaotic and can be formalized within a domain of structural locality. More specifically for the nominal suppletion data contemplated in this paper, we propose that the local relationship between a root and a nominal categorizing head with an ambivalent gender specification (ARMELIN, 2015) is the syntactic context capable of licensing the suppletion.

Keywords: roots, locality, suppletion, gender

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Acusativo
A-P	Sistema Articulatorio-Perceptual
C	Conteúdo
C-I	Sistema conceitual-intencional
DP	<i>Determinant Phrase</i> (sintagma determinante)
F	Forma
Fem.	Feminino
FL	Faculdade da Linguagem
f-nó	Nó-funcional
GU	Gramática Universal
IL	Item linguístico
IV	Item de vocabulário
LF	<i>Logical Form</i>
l-nó	Nó-lexical
Masc.	Masculino
MD	Morfologia Distribuída
NOM	Nominativo
OBL	Oblíquo
PB	Português Brasileiro
PF	<i>Phonological Form</i>
Pl.	Plural
PIC	<i>Phase Impenetrability Condition</i> . (condição de impenetrabilidade da fase)
PM	Programa Minimalista
Sg.	Singular

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	39
Tabela 2	39
Tabela 3	39
Tabela 4	39
Tabela 5	39
Tabela 6	39
Tabela 7	40
Tabela 8	40
Tabela 9	40
Tabela 10	40
Tabela 11	40
Tabela 12	40
Tabela 13	41
Tabela 14	41
Tabela 15	41
Tabela 16	41
Tabela 17	42
Tabela 18	42
Tabela 19	42
Tabela 20	42
Tabela 21	42
Tabela 22	43
Tabela 23	43
Tabela 24	97
Tabela 25	111

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	APRESENTANDO A DISSERTAÇÃO	14
1.1	INTRODUÇÃO	14
1.2	FENÔMENO EMPÍRICO: SUPLEÇÃO	17
1.3	O MODELO DE GRAMÁTICA DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA	21
1.3.1	O surgimento da Morfologia Distribuída	22
1.3.2	Morfologia Distribuída: arquitetura, operações e listas	23
1.4	OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO	26
1.4.1	Objetivos amplos	26
1.4.2	Objetivo específico	27
1.5	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	28
1.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	29
CAPÍTULO 2	SUPLEÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TERMO NOS ESTUDOS GRAMÁTICAIS E NO ESTRUTURALISMO	30
2.1	INTRODUÇÃO	30
2.2	A SUPLEÇÃO EM DIFERENTES ABORDAGENS: A GT E O ESTRUTURALISMO DE MATTOSO CÂMARA JR.	31
2.2.1	A GT e a supleção	32
2.2.2	O estruturalismo e a supleção – uma ênfase na proposta de Mattoso Câmara Jr. (1970)	34
2.3	EXEMPLOS TRANSLINGUÍSTICOS E TRANSCATEGORIAIS DE SUPLEÇÃO	37
2.3.1	Nos verbos	38
2.3.1.1	<i>Supleção desencadeada pela informação de tempo</i>	38
2.3.1.2	<i>Supleção desencadeada pela informação de aspecto</i>	39
2.3.1.3	<i>Supleção desencadeada pela informação de modo</i>	40
2.3.1.4	<i>Supleção desencadeada pela informação de número</i>	40
2.3.2	Nos nomes	41
2.3.2.1	<i>Supleção desencadeada pela informação de gênero</i>	41
2.3.2.2	<i>Supleção desencadeada pela informação de número</i>	42
2.3.3	Nos adjetivos	43
2.3.3.1	<i>Supleção desencadeada pela informação de comparativo</i>	43
2.3.3.2	<i>Supleção desencadeada pela informação de superlativo</i>	43
2.4	HETERONÍMIA NOMINAL NO PB: UM CASO DE SUPLEÇÃO	44
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	46
CAPÍTULO 3	RAIZ E CONTEÚDO FONOLÓGICO	48
3.1	INTRODUÇÃO	48
3.2	CONTEXTUALIZANDO A NOÇÃO DE INSERÇÃO TARDIA	49
3.3	INSERÇÃO TARDIA PARA QUEM?	51

3.3.1	Raízes estão sujeitas à Inserção Tardia, mas não à supleção: Marantz (1996, 1997)	52
3.3.2	Inserção Precoce	54
3.3.2.1	<i>Uma questão de visibilidade na sintaxe: Embick (2000)</i>	55
3.3.2.2	<i>Uma questão de identidade: Borer (2009, 2013, 2014)</i>	57
3.3.3	Em favor de Inserção Tardia	59
3.3.3.1	<i>A fonologia não individualiza as raízes: Harley (2014)</i>	59
3.3.3.2	<i>Contra Embick (2000): Haugen e Siddiqi (2013)</i>	61
3.3.3.3	<i>Raízes não são lexicalmente individualizadas: de Belder e van Craenenbroeck (2015)</i>	62
3.4	RAÍZES COMO ÍNDICES: UMA ALTERNATIVA PARA A SUPLEÇÃO	63
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	65
CAPÍTULO 4	CONTRA CONTEÚDO SEMÂNTICO NAS RAÍZES: CATEGORIZAÇÃO E CONSULTA ENCICLOPÉDICA	67
4.1	INTRODUÇÃO	67
4.2	A HIPÓTESE DE CATEGORIZAÇÃO: O PROBLEMA DA SOBREGERAÇÃO	68
4.2.1	Conteúdo conceitual nas raízes	71
4.2.2	Busca Enciclopédica	76
4.3	CONTRA CONTEÚDO SEMÂNTICO NAS RAÍZES	79
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	81
CAPÍTULO 5	ABORDAGENS LOCALISTAS PARA A ANÁLISE DE SUPLEÇÃO DE RAIZ	84
5.1	INTRODUÇÃO	84
5.2	A NOÇÃO DE FASE NA TEORIA GERATIVA: MINIMALISMO E MD	85
5.3	DOMÍNIOS DE FASE E CONDIÇÕES DE LOCALIDADE EM MD	89
5.4	ABORDAGENS LOCALISTAS E SUPLEÇÃO DA RAIZ EM MD	95
5.4.1	Bobaljik (2012): Universais em Morfologia Comparativa	96
5.4.2	Arregi & Nevins (2014): Uma abordagem monorradical para casos de <i>disuppletion</i>	99
5.4.3	Moskal (2015): supleção nominal e o núcleo de número	101
5.4.4	Harley, Tubino e Haugen (2017): condições de localidade em verbos supletivos no Hiaki	102
5.4.5	Bobaljik e Harley (2017): Supleção é local: evidência do Hiaki	105
5.4.6	Bozic (2018): Generalizações na supleção de raízes: motivando uma teoria de alomorfia contextual	106
5.4.7	Alomorfia supletiva em MD: algumas conclusões	108
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	110

CAPÍTULO 6	DELINEANDO UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA A SUPLEÇÃO DE GÊNERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	111
6.1	INTRODUÇÃO	111
6.2	DISCUTINDO O LOCAL DO TRAÇO DE GÊNERO EM MD	113
6.3	GÊNERO NO <i>n</i> E A NOÇÃO DE ANIMACIDADE	117
6.4	SUPLEÇÃO NO PB: UMA ESTREITA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E LOCALIDADE	122
6.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	126
CAPÍTULO 7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES FUTURAS	128
7.1	REVISANDO A DISSERTAÇÃO	128
7.2	QUESTÕES EM ABERTO E INVESTIGAÇÕES FUTURAS	129
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

APRESENTANDO A DISSERTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a discutir algumas das implicações que a existência da supleção traz para a arquitetura da gramática. Mais especificamente, este trabalho toma como foco dados do português brasileiro (PB) que apresentam supleção nominal desencadeada pela informação de gênero, tais como *bode/cabra* e *genro/nora*, por exemplo.

De maneira geral, a supleção pode ser definida como um tipo de alomorfia em que os alomorfes são radicalmente distintos do ponto de vista da representação fonológica (KATAMBA & STONHAM, 2006; HASPELMATH & SIMS, 2010). A investigação das ocorrências supletivas se justifica pelo fato de que a sua compreensão tem o potencial de contribuir para:

- (i) uma definição de quais são e de como se organizam os primitivos da gramática;
- (ii) uma discussão a respeito de quais são as relações de localidade que subjazem à computação de estruturas sintáticas.

Do ponto de vista da investigação dos primitivos da gramática em (i), lançamos nossa atenção em especial para o estatuto das raízes, *locus* da supleção desencadeada pela informação de gênero no português brasileiro (PB). De uma maneira informal podemos dizer que são os morfemas raiz os responsáveis por acomodarem a informação extralinguística na arquitetura da gramática. A informação conceitual que uma raiz pode acomodar é potencialmente ilimitada¹, o que basicamente significa que não parece haver um limite claro que impeça uma raiz de veicular um significado. Os itens funcionais, elementos que veiculam os traços estritamente gramaticais, por sua vez, são muito mais restritos no tipo de informação que podem transmitir.

¹ Embick (2015), apesar de não desenvolver essa questão, acredita que deve haver princípios que podem limitar até onde pode chegar o significado de uma raiz (EMBICK, 2015, p.8).

Do ponto de vista dos processos subjacentes às estruturas sintáticas em (ii), debruçamo-nos especialmente sobre a proposta de que a derivação de estruturas é delimitada por domínios de localidade. De maneira geral, propomos que a supleção só pode ser licenciada dentro de um domínio de localidade que permita a interação morfofonológica entre os elementos que o compõe.

Nesse sentido, entendemos que uma caracterização da raiz enquanto primitivo teórico, bem como a delimitação dos núcleos funcionais pertencentes aos domínios locais de que ela faz parte podem lançar poderosas ferramentas para um melhor entendimento do fenômeno da alomorfia supletiva.

O tipo de investigação desenvolvida neste trabalho é especialmente relevante para abordagens sintáticas de formação de palavras, como a Morfologia Distribuída, doravante MD, (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), uma vez que as questões acima colocadas, a saber, a natureza do primitivo raiz, bem como as relações de localidade que desencadeiam interações alomórficas, caracterizam-se como importantes questões em um modelo de gramática que assume um único componente gerativo. Aliás, é exatamente dentro dessa perspectiva teórica que as discussões desta dissertação se desenvolvem sobretudo porque o viés separacionista que caracteriza a MD, ao desatrelar a estrutura sintática da palavra de sua realização fonológica propriamente dita, fornece as ferramentas necessárias para compreensão da supleção, uma vez que a fonologia da raiz se manifesta em mais de uma realização superficial.

Argumentamos, nesse sentido, que a supleção pode se dar não somente sobre morfemas funcionais, como amplamente assumido na literatura (BORER, 2013, 2014; EMBICK 2000, 2010, 2015; MARANTZ 1996, 1997), mas também sobre os morfemas raiz. Do ponto de vista empírico, essa argumentação se justifica diante da existência de dados translinguísticos em que a raiz passa por uma alternância radical em sua forma fonológica (BROWN, et al. 2003; VESELINOVA, 2006; VAFAEIAN, 2010; BOBALJIK, 2012; HARLEY, 2014; ARREGI & NEVINS, 2014; MOSKAL, 2015; BOBALJIK & HARLEY, 2017; HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017; BOZIC, 2018). Do ponto de vista teórico, a consequência dessa proposta é um sistema uniforme quanto ao funcionamento de seus primitivos, já que ambos os tipos de morfemas - raízes ou morfemas funcionais - devem estar sujeitos às mesmas condições. Dessa maneira, as raízes só recebem fonologia tardiamente, ou seja, durante a derivação sintática nós raiz, assim como os nós funcionais, são destituídos de fonologia.

Além da fonologia propriamente dita, argumentamos que a raiz é destituída de qualquer informação conceitual. Isso porque qualquer informação dessa natureza poderia enfraquecer a

hipótese de que raízes são acategoriais, uma vez que, em geral, é possível fazer uma relação entre tipos de informação conceitual e algumas das classes lexicais: conceitos associados a um potencial de referencialidade, concreta ou abstrata, comumente pertencem à categoria dos nomes, enquanto que conceitos que denotam ações/acontecimentos comumente são entendidos como verbos. Em outras palavras, o padrão de distribuição das categorias lexicais parece estar vinculado a algumas restrições conceituais, que podem pré-determinar os contextos sintáticos em que uma informação conceitual pode ou não ser licenciada (PANAGIOTIDIS, 2015).

Dessa maneira, a informação conceitual associada às raízes é definida, na discussão desenvolvida nesta dissertação, somente no acesso à Enciclopédia. No entanto, a raiz precisa ser individualizada antes disso (HARLEY, 2014; BORER, 2014) e, para tanto, assumimos que raízes são caracterizadas, desde a Lista 1, a partir de um índice numérico abstrato (PFAU, 2000, 2009; ACQUAVIVA, 2008; HAUGEN & SIDDIQI, 2013; HARLEY, 2014) responsável por garantir, na Lista 2, a inserção da fonologia adequada e, possivelmente na Lista 3, o pareamento entre de uma interpretação conceitual à estrutura sintática em que uma raiz está inserida.

Especificamente sobre os casos de supleção nominal desencadeada por gênero, foco deste trabalho, propomos que relações de localidade impõem fortes restrições sobre os nós sintáticos que podem interagir entre si. Nesse sentido, assumimos que a informação de gênero dos nomes está localizada no núcleo definidor de categoria nominal (LOWENSTAMM, 2008; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017) e que a relação de localidade entre o nó raiz e esse núcleo categorizador é maximamente local nos casos em que a supleção é licenciada. Essa relação local é naturalmente estabelecida diante da hipótese de categorização (EMBICK & MARANTZ, 2008), consequência direta da hipótese de que as raízes são acategoriais. Em linhas gerais, a hipótese de categorização postula que toda raiz deve ser categorizada no ambiente sintático por núcleos funcionais específicos, os categorizadores. Uma vez que, nos dados relevantes para esta dissertação, não há qualquer evidência empírica de que a supleção de raiz possa ocorrer em formas derivadas, a supleção da raiz será desencadeada exclusivamente pelo primeiro categorizador que entra na estrutura sintática. Dessa maneira, raiz e categorizador nominal, *locus* da informação de gênero, são maximamente locais.

Propomos dessa maneira, na linha de Armelin (2015), que o núcleo definidor de categoria nominal, *n*, contém diferentes sabores de gênero. A saber, dois sabores que caracterizam a marcação de gênero gramatical (*n, fem.*) e (*n, masc.*) e um sabor que caracteriza a marcação de gênero bivalente (*n, masc., fem.*). Propomos que é essa marcação bivalente de gênero, associada aos índices das raízes sujeitas à supleção, que licencia as ocorrências supletivas no domínio nominal do PB.

A continuação deste capítulo introdutório tem como objetivo fornecer ao leitor uma apresentação geral da dissertação. Para tanto, ele está dividido da seguinte maneira: na seção 1.2 apresentamos brevemente ao leitor algumas definições básicas para o conceito de supleção; na seção 1.3, sistematizamos os aspectos centrais do modelo da MD, base teórica utilizada ao longo da dissertação; na seção 1.4, apresentamos os objetivos e hipóteses centrais que compõem esta dissertação; na seção 1.5 sistematizamos a organização dos capítulos da dissertação e, por fim, a seção 1.6 encerra o capítulo com as considerações finais.

1.2 FENÔMENO EMPÍRICO: SUPLEÇÃO

Comumente nos manuais de morfologia a definição de supleção é posposta à definição de alomorfia, uma vez que a supleção se caracteriza como um tipo de ocorrência alomórfica. Para Haspelmath e Sims (2010):

[...] morfemas podem ter diferentes formas fonológicas sobre diferentes circunstâncias. [...] Quando um único afixo tem mais do que uma forma, linguistas usam o termo alomorfia. [...] Não apenas afixos, mas também raízes e bases podem ter diferentes alomorfes. [...] A propriedade crucial que define alomorfes é que eles têm o mesmo significado e ocorrem em diferentes ambientes em distribuição complementar
(HASPELMATH & SIMS, 2010, p. 22-23) (tradução nossa)².

Mais especificamente, no que diz respeito à alomorfia supletiva Haspelmath e Sims (2010) fornecem a seguinte definição:

Além dos alomorfes fonológicos, morfemas podem também ter alomorfes que não são todos similares na pronúncia. Estes são chamados alomorfes supletivos. Por exemplo, o verbo do inglês *go* ‘ir’ tem a base supletiva *wen* no passado (*wen-t* ‘foi’), e o adjetivo do inglês *good* (‘bom’) tem a base supletiva *bett* no grau comparativo (*better* ‘melhor’). O nome russo *čelovek* (‘ser humano’) tem a base supletiva *ljud* no plural (*ljud-i* ‘pessoas’). [...] O termo supleção é mais frequentemente usado para referir à forma da base (*ir* e *va* são ambas bases verbais), e alguns linguistas reservam o termo para esse uso, mas outros também falam sobre afixos como sendo potencialmente supletivos
(HASPELMATH & SIMS, 2010, p. 24-25) (tradução nossa)³

² [...] morphemes may have different phonological shapes under different circumstances. [...] When a single affix has more than one shape, linguists use the term allomorph [...] Not only affixes, but also roots and stems may have different allomorphs [...] The crucial properties which define [...] allomorphs is that they have the same meaning and occur in different environments in complementary distribution (HASPELMATH & SIMS, 2010, 22-23).

³ Besides phonological allomorphs, morphemes may also have allomorphs that are not at all similar in pronunciation. These are called suppletive allomorphs. For instance, the English verb *go* has the

É importante notar que os autores em questão dividem a ocorrência da alomorfia em duas classes: alomorfia desencadeada por questões fonológicas e alomorfia supletiva. Assim, a supleção é entendida como sendo o tipo de alomorfia que não é desencadeada por razões fonológicas. A alomorfia supletiva pode, então, segundo Haspelmath e Sims (2010), ser desencadeada por dois tipos de condicionamentos: o morfológico e o lexical. O condicionamento morfológico se dá quando alguma informação de natureza gramatical desencadeia a supleção de um determinado morfema. Nesses termos, a supleção do verbo *ir* no PB, por exemplo, poderia ser entendida como morfológicamente condicionada pelas informações gramaticais de tempo, aspecto e pessoa, tal como esquematizado abaixo:

- (1) a. vou → {ir +1ª p. + presente}
 b. fui → {ir +1ª p. + pretérito + perfeito}
 c. ia → {ir +1ª p. + pretérito + imperfeito}
 d. irei → {ir +1ª p. + futuro}

O segundo tipo de condicionamento alomórfico ao qual os itens supletivos estão sujeitos, segundo Haspelmath e Sims (2010), é o condicionamento lexical. Nos casos de alomorfia lexicalmente condicionada o que ocorre é que não é possível atribuir a ocorrência da supleção a uma informação gramatical, como é o caso da alomorfia morfológicamente condicionada. Assim, entende-se que uma ocorrência supletiva é lexicalmente condicionada quando é a presença de uma determinada base que licencia a realização alomórfica. Enquanto no inglês a forma padrão de se marcar a informação de plural é com o fonema /S/, como em (2a-b) abaixo, em palavras como *ox* e *child*, em (2c-d), por exemplo, a informação de plural é representada fonologicamente por *-en-*, sendo essa alternância da representação de plural determinada pelas próprias bases em questão (HASPELMATH & SIMS, 2010, p.31). Dessa maneira, segundo os autores, a supleção pode ocorrer tanto na base, como nos afixos e pode ser desencadeada por diferentes fatores.

- (2) a. *box* (singular) – *box-(e)s* (plural)
 b. *cat* (singular) – *cat-s* (plural)
 c. *ox* (singular) – *ox-en* (plural)
 d. *child* (singular) – *child(r)-en* (plural)

suppletive stem wen in the past tense (wen-t), and the English adjective good has the suppletive stem bett in the comparative degree (better). The Russian noun čelovek 'human being' has the suppletive stem ljud' in the plural (ljud-i 'people'). [...] The term suppletion is most often used to refer to stem shape (ir and va- are both verbal stems), and some linguists reserve the term for this use, but others also talk about affixes as being potentially suppletive (HASPELMATH & SIMS, 2010, 24-25).

Em Katamba e Stonham (2006), por outro lado, a noção de alomorfa apresentada é a de que:

[...] se diferentes morfes representam o mesmo morfema, eles são agrupados juntos e são denominados alomorfes daquele morfema. [...] Nós classificamos um conjunto de morfes como alomorfes do mesmo morfema se eles estão em **distribuição complementar**.

(KATAMBA & STONHAM, 2006, p. 26-27) (tradução nossa)⁴

De forma similar à divisão proposta por Haspelmath e Sims (2010), Katamba e Stonham (2006) dividem os diferentes tipos de manifestação alomórfica em três tipos: (i) alomorfa condicionada fonologicamente – casos de alternância desencadeados em função do ambiente fonológico; (ii) alomorfa condicionada gramaticalmente – casos de alternância desencadeados em função de alguma informação gramatical no contexto alomórfico; (iii) alomorfa condicionada lexicalmente – casos de alternância desencadeados em função da presença de itens lexicais específicos (KATAMBA & STONHAM, 2006, p. 29-30).

No que se refere diretamente à supleção, esses autores a denominam da seguinte forma:

[...] existem uns poucos morfemas cujos alomorfes não mostram similaridade fonológica. [...] Onde alomorfes de um morfema são foneticamente não relacionados, nós falamos de **supleção**.

(KATAMBA & STONHAM, 2006, p.31) (tradução nossa)⁵

Vale ressaltar que, tanto para Haspelmath e Sims (2010) quanto para Katamba e Stonham (2006), um aspecto bastante saliente na definição da supleção é a radical diferença fonológica entre os alomorfes que se caracteriza por meio de morfes radicalmente distintos em sua forma fonológica mas que são representações de um mesmo morfema.

Lieber (2009), por outro lado, busca definir supleção por meio da relação paradigmática estabelecida entre os itens que compõem um mesmo paradigma, apesar de a ideia de distância na identidade formal de dois itens ser considerada na explicação que a autora explora. Em suas palavras:

⁴ *If different morphs represent the same morpheme, they are grouped together and they are called allomorph of that morpheme. [...] We classify a set of morphs as allomorphs of the same morpheme if they are in **complementary distribution** (KATAMBA & STONHAM, 2006, 26-27).*

⁵ *there exist a few morphemes whose allomorphs show no phonetic similarity. [...] where allomorphs of a morpheme are phonetically unrelated, we speak of **suppletion** (KATAMBA & STONHAM, 2006, 31).*

[...] **supleção** ocorre quando uma ou mais das formas flexionadas de um lexema é construída a partir de uma base que não tem relação com a base de outros membros do paradigma.

(LIEBER, 2009, p. 105) (tradução nossa)⁶

Para Veselinova (2006), o termo pode ser definido em função da relação de fidelidade de conteúdo - gramatical ou conceitual - que dois ou mais itens estabelecem entre si, não havendo, no entanto, uma identidade fonológica entre eles:

O termo supleção é tipicamente usado para referir ao fenômeno no qual uma relação semântica e/ou gramatical é codificada em padrões formais (fonológicos) imprevisíveis.

(VESELINOVA, 2006, p. xv) (tradução nossa)⁷

De maneira geral, então, a supleção se caracteriza como uma ocorrência em que um mesmo item linguístico se superficializa em diferentes contextos morfossintáticos, por meio de representações fonológicas bastante diferentes uma da outra. A alomorfa supletiva configura-se, dessa forma, como um caso em que a relação de um-para-um entre forma fonológica e conteúdo não se verifica, estabelecendo, por sua vez, uma relação de muitas fonologias para um mesmo (ou quase mesmo) conteúdo (MEL' ČUK, 1994, 2000; BOYÉ, 2006; VESELINOVA, 2006).

É importante ressaltar, no entanto, que a supleção tem sido tradicionalmente interpretada como um fenômeno periférico nos estudos linguísticos. A marginalidade no tratamento da supleção tem sido, no geral, atribuída a dois fatores:

- (i) nem todas as línguas apresentam esse fenômeno;
- (ii) mesmo entre as línguas em que a supleção ocorre, os dados supletivos estão restritos a poucos itens linguísticos

(VESELINOVA, 2006, p. 29)

Com relação à marginalidade da supleção entre as línguas, como apontado em (i), Brown et al. (2003), Veselinova (2006), Vafaeian (2010), Bobaljik (2012) e Moskal (2015)

⁶ *Suppletion occurs when one or more of the inflected forms of a lexeme is built on a base that bears no relationship to the base of other members of the paradigm* (LIEBER, 2009, 105).

⁷ *The term suppletion is typically used to refer to the phenomenon whereby regular semantic and/or grammatical relations are encoded by unpredictable formal patterns* (VESELINOVA, 2006, xv).

demonstram empiricamente que esse fenômeno é translinguisticamente atestado e em diferentes domínios categoriais. Mais especificamente, Brown et al. (2003) apresentam uma base de dados das mais variadas ocorrências supletivas em 34 línguas de diferentes famílias linguísticas. Veselinova (2006) atesta a ocorrência de supleção no domínio verbal para ao menos 193 línguas. Vafeian (2010) apresenta dados de supleção nominal e adjetival em 72 línguas. Bobaljik (2012) atesta a ocorrência de supleção entre as versões comparativa e superlativa de adjetivos em, ao menos, 300 línguas, enquanto Moskal (2015) aponta casos de supleção nominal em 79 línguas.

Dessa mesma maneira, no que se refere à suposta marginalidade da supleção com relação à quantidade de itens de uma dada língua sujeitos ao fenômeno em questão, como apontado em (ii), é importante ressaltar que:

- a. tem sido atestada uma forte relação entre itens supletivos e frequência de uso (token) desses itens, ou seja, mesmo que os itens sujeitos à supleção sejam individualmente poucos (types), itens supletivos são também itens com alto índice de frequência nas línguas (tokens);
- b. os itens linguísticos supletivos apresentam um certo padrão em sua distribuição translinguística, ou seja, é possível encontrar itens supletivos de uma língua que o são também em outra, o que parece apontar para o fato de que se trata de um fenômeno passível de generalização.

Para finalizar esta seção, ressaltamos que neste trabalho desenvolvemos uma investigação específica para os casos alternância fonológica da raiz desencadeada pela informação de gênero no domínio dos nomes. Considerando que, (i) há uma considerável distância fonológica entre a forma feminina e masculina nos pares em análise e que (ii) a alternância entre essas diferentes formas parece ser desencadeada pela informação gramatical de gênero, nossos dados se encaixam, com certa tranquilidade, nas definições tradicionais de supleção apresentadas acima.

1.3 O MODELO DE GRAMÁTICA DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Nesta seção apresentamos uma breve revisão do contexto de surgimento da Morfologia Distribuída e dos pressupostos teóricos que são relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.1 O surgimento da Morfologia Distribuída

A Morfologia Distribuída surge na primeira metade dos anos 1990 com a publicação de *Distributed Morphology and the pieces of inflection* de Halle e Marantz (1993), que propõem uma nova abordagem na qual a formação de palavras e sentenças passam a se dar pelos mesmos processos, contra algumas das principais correntes morfológicas da época - denominadas lexicalistas (LIEBER, 1980, 1992; JESSEN & STONG-JENSEN, 1984; entre outros). As abordagens lexicalistas, de maneira geral, são caracterizadas por assumirem dois componentes gerativos na arquitetura da gramática: o léxico, capaz de formar de palavras, e a sintaxe responsável pela formação de sentenças. É exatamente no sentido de repensar o modelo de gramática proposto pelas abordagens lexicalistas que a MD surge como alternativa teórica.

No que se refere especificamente às discussões sobre formação de palavras no âmbito da teoria gerativa, Chomsky (1970) apresenta uma discussão sobre a distinção entre diferentes tipos de nominalizações do inglês, a saber, as nominalizações gerundivas e as nominalizações derivadas. Em razão das nominalizações derivadas, ao contrário das gerundivas, apresentarem muitas lacunas do ponto de vista de sua produtividade e serem imprevisíveis do ponto de vista de sua interpretação, Chomsky (1970) propõe que esse tipo de nominalização é formada não transformacionalmente, mas no que, naquela época, era conhecido como componente de base, o que o próprio Chomsky denomina de posição lexicalista (CHOMSKY, 1970, p.17).

A partir de Chomsky (1970), surge na literatura a interpretação de que o léxico é o componente gerativo responsável pela formação das palavras. É também nesse componente que as palavras são associadas a informações de variadas naturezas, tais como fonológica, semântica e gramatical, como categoria e estrutura argumental, por exemplo ⁸. A sintaxe passa, assim, a apenas projetar as informações já codificadas lexicalmente (LEVIN & HOVAV, 1995).

Esse enriquecimento do léxico nas teorias lexicalistas se deu, em grande parte, em razão da ideia de que palavras têm um “*status* especial” na arquitetura da gramática, devido, por

⁸ É interessante ressaltar que a abordagem lexicalista apresenta uma divisão que reflete como os morfólogos dessa abordagem viam a interface morfologia/sintaxe. Em resumo, a abordagem lexicalista forte assume que todas as palavras são geradas no léxico, enquanto a abordagem lexicalista fraca assume que processos flexionais são produzidos na computação sintática, enquanto os processos derivacionais são do domínio do léxico.

exemplo, às irregularidades fonológicas e semânticas que comumente se atribui a elas. A MD questiona exatamente esse “estatuto especial das palavras” e o resultado desse questionamento é um modelo em que (i) palavras e sentenças são formadas pelas mesmas operações sintáticas e (ii) as informações antes contidas no léxico estão espalhadas ao longo da arquitetura da gramática, sendo acessadas em diferentes momentos da derivação.

Especificamente no escopo desta dissertação, é importante mencionar que as abordagens lexicalistas negligenciaram a supleção como um fenômeno linguístico investigável, dada sua natureza “imprevisível”. Essa negligência pode ter se dado, em grande medida, em razão de o Léxico ter sido interpretado, ao longo da tradição lexicalista (LIEBER, 1980, 1992; JESSEN & STONG-JENSEN, 1984; entre outros), como o local em que as irregularidades da língua são geradas/armazenadas. Dessa forma, por ser, de certa maneira, imprevisível e também por desafiar a associação padrão de um-para-um entre forma e conteúdo a supleção foi relegada às operações contidas nesse módulo da gramática, ao qual tudo que é imprevisível e de aparente inexplicabilidade é atribuído.

No entanto, com o surgimento de abordagens morfológicas de viés separacionista, em que há uma desassociação entre as informações morfossintáticas e fonológicas, os itens supletivos passaram a receber uma certa atenção, especialmente no contexto teórico da MD.

O aparato teórico-metodológico da MD torna, então, possível investigar a supleção a partir da noção de que todo objeto linguístico está organizado em uma estrutura hierárquica. Essa abordagem nos permite decompor os nomes supletivos, desvelando as relações estabelecidas entre a raiz e o traço de gênero, peças fundamentais para compreensão dos dados empíricos investigados nesta dissertação. Além disso, a dissociação da entre informação fonológica e morfossintática/conceitual calha de tornar viável uma formalização das ocorrências supletivas em um modelo de gramática que assume esse pressuposto.

Com essas informações, em mente, passemos, então, a um breve resumo das principais características do modelo de gramática desenvolvido pela MD.

1.3.2 Morfologia Distribuída: arquitetura, operações e listas

A Morfologia Distribuída propõe que palavras e sentenças compartilham os mesmos mecanismos de formação (*merge* e *move*) e são geradas pelo mesmo componente da gramática, a sintaxe. Dessa forma, esse quadro teórico passa a propor que os nós terminais da sintaxe são, na verdade, morfemas e que as representações fonológicas desses elementos são irrelevantes para a computação sintática, sendo inseridas tardiamente após a sintaxe. Desse mesmo modo,

também a semântica extralinguística associadas às estruturas sintáticas é definida somente depois da computação sintática.

A consequência disso é que as informações antes contidas no léxico são distribuídas ao longo de toda a gramática. Nesse sentido, a MD propõe a existência de três listas que armazenam diferentes informações necessárias para a formação das expressões linguísticas:

- **Lista 1** (ou **Léxico Estrito**) – contém os primitivos assumidos no modelo, ou seja, raízes (itens destituídos de traços sintático-semânticos) e morfemas funcionais (feixes de traços morfossintáticos que compõem os nós terminais da sintaxe).
- **Lista 2** (ou **Vocabulário**) – armazena os expoentes fonológicos, associados aos traços que eles representam, tornando-se, posteriormente, as realizações fonológicas dos nós terminais gerados pela sintaxe.
- **Lista 3** (ou **Enciclopédia**) – contém as informações conceituais extralinguísticas, que compõem o conhecimento de mundo do falante.

Além disso, vale ressaltar que a arquitetura da gramática da MD assume a existência de um componente denominado Morfologia, que passa a ser entendido como um subcomponente do ramo de PF. Por serem pós sintáticas, as operações do componente morfológico não podem ter relevância sintática, nem consequências semânticas. De maneira geral, as operações desse componente podem ser entendidas como requerimentos de boa formação de línguas específicas (EMBICK & HALLE, 2005) e, portanto, não universais.

A partir da descrição acima fornecida, segue abaixo um modelo esquemático da arquitetura da gramática da MD:

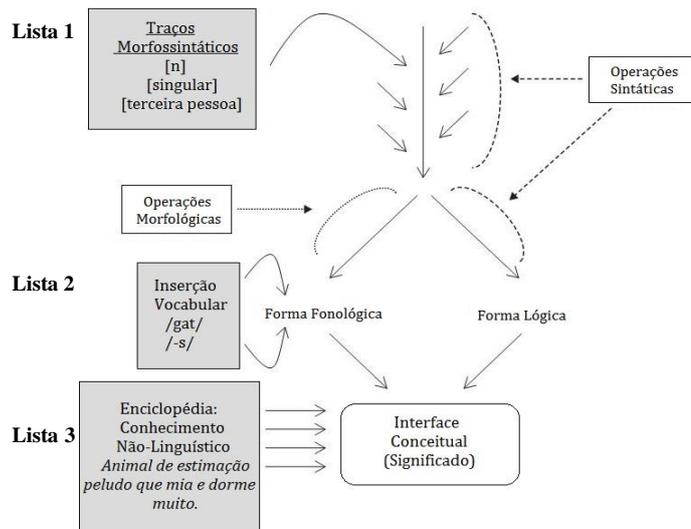


Figura 1 - Modelo de gramática da Morfologia Distribuída (adaptada de SIDDIQI, 2009, p.14)⁹

No que se refere ao processo de derivação, os itens selecionados da Lista 1 são concatenados de forma hierárquica na sintaxe, gerando objetos complexos, sejam eles palavras ou sentenças. A partir de certos domínios na estrutura sintática, delimitados, mais especificamente, por núcleos sintáticos conhecidos como núcleos de fase, tais objetos complexos sofrem *Spell-Out*, operação através da qual eles são enviados para os ramos interpretativos PF (*Phonological Form*) e LF (*Logical Form*). É somente após o *Spell-Out*, no caminho para PF, que a representação fonológica é atribuída aos nós terminais da sintaxe. É também após o *Spell-Out* que a informação de conhecimento enciclopédico/conceitual é atribuída às estruturas que foram geradas.

Vale ainda ressaltar que a Morfologia Distribuída se baseia em três propriedades que a distingue de outras teorias morfológicas: *Inserção Tardia*, subespecificação dos Itens de Vocabulário e a *sintaxe por toda a derivação* que são brevemente descritas abaixo:

- **Inserção Tardia:** o componente sintático deve operar apenas com traços abstratos. Assim sendo, informações fonológicas são inseridas apenas pós-sintaticamente.
- **Subespecificação dos Itens de Vocabulário (IV):** os IVs não precisam ser totalmente especificados em relação aos nós terminais de uma estrutura sintática para que possa haver a inserção de um expoente fonológico em um nó.

⁹ Figura traduzida por Armelin (2015, p. 25).

- Sintaxe por toda derivação: as operações de inserção e movimento de núcleos continuam a ocorrer mesmo após o *Spell-Out*. No ramo de PF, por exemplo, pode acontecer a inserção de novos núcleos e traços, por exemplo.

É interessante ressaltar que a noção de Inserção Tardia de fonologia, é de grande relevância para a discussão do fenômeno da supleção e será objeto de discussão do capítulo 2. Antes, porém, passemos à sistematização dos objetivos e das hipóteses que constituem esta dissertação.

1.4 OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

Os objetivos desta dissertação podem ser divididos em duas linhas: os objetivos mais amplos, que tratam centralmente da discussão da natureza da raiz dentro do contexto teórico da MD e o objetivo específico, que diz respeito à busca de uma análise formal para os dados de supleção nominal do PB. A sistematização de tais objetivos, bem como das questões que os guiam e das hipóteses delineadas para cada uma delas podem ser observados adiante.

1.4.1 Objetivos amplos:

Os objetivos mais amplos desta dissertação dizem respeito à investigação da noção de raiz a partir dos pressupostos da MD. Tal objetivo pode ser relacionado às seguintes questões:

a. a raiz contém informação fonológica desde a Lista 1 ou o seu conteúdo fonológico é inserido apenas tardiamente, tal como amplamente se assume no modelo da MD para os itens funcionais?

Hipótese: propomos que, assim como os núcleos funcionais, os núcleos raiz também estão sujeitos à Inserção Tardia de fonologia. A própria realidade empírica do fenômeno da supleção sustenta essa hipótese: se raízes estão sujeitas à supleção, então elas devem estar sujeitas à Inserção Tardia de fonologia. Caso contrário, precisaríamos assumir raízes distintas o que, como veremos no próximo capítulo, não parece uma estratégia viável.

b. Se a raiz está sujeita à Inserção Tardia, como se dá, então, a Inserção de Vocabulário, desse elemento?

Hipótese: as raízes são individualizadas na Lista 1 através de um índice numérico abstrato. Esse índice é responsável por parear, no ramo de PF, uma raiz à sua identidade fonológica (HARLEY, 2014).

c. Se a raiz está sujeita à hipótese de categorização, tal como assume o modelo da MD, então como explicar o fato de que nem todas as raízes podem se superficializar em todos os contextos categoriais? Dito de outra maneira, por que a associação de certas raízes a certas categorias lexicais produz dados que não são atestados na língua e que apresentam um nível de aceitabilidade duvidoso?

Hipótese: propomos que não há, de fato, restrições semânticas sobre a qual núcleo categorizador uma raiz pode, ou não, estar associada. Ao contrário, hipotetizamos que qualquer raiz pode se concatenar a qualquer núcleo categorizador desde que as condições de licenciamento do IV que preenche o nó raiz seja compatível com os traços contidos no domínio de fase em que a raiz se encontra. Uma vez que um IV é inserido em um morfema raiz, é somente no momento de consulta enciclopédica que a “estranheza” semântica de algumas formações pode emergir, como consequência de não haver uma interpretação listada na Enciclopédia para a formação gerada pela sintaxe.

1.4.2 Objetivo específico:

O objetivo mais específico desta dissertação é fornecer uma abordagem formalizada para a análise de supleção nos nominais do PB. Tal objetivo pode ser relacionado às seguintes questões:

(1) Qual é o domínio estrutural responsável por licenciar a supleção de nomes no PB?

Hipótese: a supleção nominal condicionada pelo traço de gênero no PB é desencadeada por uma relação maximamente local entre raiz e categorizador nominal. Dessa maneira somente o domínio estrutural delimitado pelo primeiro núcleo categorizador é capaz de desencadear a supleção da raiz.

(2) Qual é o lugar do traço de gênero em nomes supletivos?

Hipótese: a partir da hipótese de que raízes são acategoriais e precisam se concatenar a um núcleo categorizador (EMBICK & MARANTZ, 2008),

propomos que o traço de gênero é codificado no categorizador nominal (LOWENSTAMM, 2008; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017).

- (3) Se gênero é codificado no categorizador nominal, qual é a configuração de traços que licencia a supleção?

Hipótese: Propomos que as ocorrências supletivas se dão em razão da associação de raízes específicas a uma marcação de gênero bivalente, contendo, ao mesmo tempo, o traço de feminino e masculino (ARMELIN, 2015).

- (4) Como se dá a Inserção de Vocabulário diante de uma especificação bivalente dos traços de gênero?

Hipótese: Na implementação do sistema, propomos que, diante de uma especificação bivalente, a operação de Inserção de Vocabulário não consegue eleger um expoente fonológico vencedor. Duas soluções são propostas para a convergência em PF: (i) se nenhuma operação pós-sintática acontecer, o expoente fonológico associado às versões masculinas dos pares supletivos no PB é inserido por *default*, como estratégia de último recurso, uma vez que esse é o gênero menos marcado da língua ou (ii) se uma operação pós sintática de empobrecimento (BONNET, 1991) for desencadeada, ela apaga o traço de masculino, mais uma vez compreendido como elemento *default* e, como resultado, os expoentes fonológicos das versões femininas dos nomes supletivos do PB são inseridos.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para atingir os objetivos elencados acima, bem como para construir a argumentação das hipóteses a eles relacionados, esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no capítulo 2 apresentamos como as ocorrências supletivas, especialmente a supleção nominal, têm sido tratadas em abordagens gramaticais mais tradicionais e no estruturalismo de Câmara Jr. (1970); no capítulo 3, tratamos dos debates acerca da relação entre supleção de raízes e Inserção Tardia; no capítulo 4, propomos que uma raiz não pode ser individualizada em função de sua informação conceitual, uma vez que a informação conceitual das raízes é insuficiente para individualizar as raízes na sintaxe e não é capaz de limitar os contextos sintáticos em que as raízes podem aparecer. Além disso, discutimos como a assunção de raiz acategorial traz consequências para a delimitação dos níveis da estrutura sintática sobre os quais a supleção

pode ser licenciada; no capítulo 5 apresentamos uma breve revisão da noção de fases e apresentamos algumas propostas em MD que se utilizam da proposta de fases para tratar a supleção; no capítulo 6 discutimos brevemente o local da informação de gênero e apresentamos nossa proposta de derivação para a supleção nominal no PB à luz do aparato teórico da MD. Por fim, trazemos as considerações finais que encerram a dissertação.

1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo introdutório fizemos uma apresentação geral da dissertação. Para tanto, vimos uma definição tradicional do que é a supleção – ela é baseada principalmente na distância fonológica entre alomorfes gramaticalmente condicionados. Além disso, apresentamos brevemente o contexto de surgimento e os componentes centrais da MD, modelo que parece adequado para análise da supleção em função da sua natureza de decompor as palavras em estruturas sintáticas e do seu caráter separacionista, desvinculando computação sintática e realização fonológica. Neste capítulo também apontamos os principais objetivos, questões e hipóteses que permeiam esta dissertação.

SUPLEÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TERMO NOS ESTUDOS GRAMATICAIS E NO ESTRUTURALISMO

2.1 INTRODUÇÃO

O termo supleção aparece, no âmbito da Linguística, pela primeira vez no fim do século XIX em textos de Hermann Osthoff (1888, 1899; apud MEL 'ČUK, 1994, 2000; BOBALJIK, 2012, 2015; CORBETT, 2007), havendo pouco mais de um século que os estudos dos casos de alternância de itens linguísticos (ILs) maximamente irregulares surgem sob essa nomenclatura. A supleção se configura, dessa maneira, como o extremo dos casos de alomorfa gramatical e lexical encontrados nas línguas: representações totalmente diferentes, do ponto de vista fonológico, que se referem, no entanto, a um mesmo elemento sintático/conceitual. Dito de outra forma, a supleção se configura como casos em que dois, ou mais, ILs têm formas superficiais totalmente opacas, uma com relação à outra, enquanto apresentam alta transparência sintático/semântica entre si.

Por representar tão alto nível de irregularidade nas línguas, a supleção tem sido tratada ao longo do tempo como um fenômeno periférico nos estudos gramaticais, uma vez que sua aparente imprevisibilidade teria pouco a contribuir com as generalizações buscadas pelos estudos linguísticos. Alguns autores, no entanto, têm demonstrado que ocorrências supletivas não são tão imprevisíveis, sendo passíveis, portanto, de uma sistematização não só em relação ao tipo de dado (BYBEE, 1985; VESELINOVA, 2006; VAFAEIAN, 2010) em que ocorre, mas também com respeito ao domínio sintático no interior do qual a supleção pode ser licenciada (BOBALJIK, 2012; MOSKAL, 2015; BOBALJIK & HARLEY, 2017; BOŽIČ, 2018).

Na esteira desses autores argumentamos que o estudo das diferentes ocorrências supletivas tem o potencial contribuir para avanços e esclarecimentos de questões que têm sido amplamente discutidas no âmbito da teoria linguística, especialmente no que diz respeito à interface entre fonologia e morfossintaxe.

Como ponto de partida, apresentamos e discutimos neste capítulo como as perspectivas da Gramática Tradicional (GT) e do Estruturalismo de Mattoso Câmara Jr. (1970, 1973) têm tratado a supleção no PB. Além disso, visando evidenciar empiricamente a ocorrência de alternâncias supletivas como um fato linguístico, apresentamos exemplos de dados

translinguísticos de formas supletivas coletadas a partir de referências diversas sobre o tema (CUNHA & CINTRA, 1985; MEL 'ČUK, 2000; BROWN et al., 2003; VESELINOVA, 2006; VAFAEIAN, 2010; BOBALJIK, 2012; MOSKAL, 2015). Por fim, com o intuito de acomodar o leitor em relação ao objeto de estudo desta dissertação, buscamos motivar a nossa compreensão de que as alternâncias da forma fonológica desencadeadas pela constituição formal do traço de gênero dos nominais tratados neste trabalho se referem a casos de supleção, tratando-se, portanto, de elementos que compartilham a mesma raiz, mesmo que esta seja representada por formas fonológicas distintas. Para tanto, este capítulo está dividido em três diferentes seções. Na seção 2.2, apresentamos como a supleção - especialmente a supleção nominal desencadeada pela informação de gênero - tem sido tratada em diferentes tradições: (i) na abordagem prescritivista da Gramática Tradicional e (ii) na abordagem estruturalista, especificamente representada pelas ideias difundidas por Mattoso Câmara Jr. (1970) para o PB. Na seção 2.3, apresentamos exemplos translinguísticos de dados supletivos que atestam a realidade desse tipo de ocorrência em variadas línguas e em variadas categorias lexicais. Já na seção 2.4, propomo-nos a apresentar uma motivação, do ponto de vista empírico e teórico, para que os casos de variação de gênero que apresentam formas irregulares no PB sejam tratados como casos de ocorrências supletivas. Por fim, na seção 2.5 encerramos o capítulo com as considerações finais relevantes.

2.2 A SUPLEÇÃO EM DIFERENTES ABORDAGENS: A GT E O ESTRUTURALISMO DE MATTOSO CÂMARA JR.

Nesta seção chamamos a atenção para o fato de que a supleção tem sido consideravelmente obliterada como um tópico válido de menção detalhada nas gramáticas prescritivas do PB. Nas obras consultadas para a elaboração dessa seção (ROCHA LIMA, 1969; LUFT, 1988; CUNHA & CINTRA, 1985; PERINI, 2000¹⁰; 2010) não encontramos nenhuma menção específica ao termo em questão, mas há breves considerações sobre irregularidades ocorrendo em verbos e nomes sob outras nomenclaturas, tal como apresentamos na subseção abaixo. Além disso, é interessante ressaltar que a supleção tem sido entendida de maneiras distintas para verbos e nomes irregulares, o que, possivelmente, demonstra uma dificuldade de entender os casos de alternância da forma como uma ocorrência única que se

¹⁰ Perini (2000), ao contrário das outras obras consultadas para essa seção, propõe-se a ser uma Gramática Descritiva do Português. Nessa obra, apesar de abordar a língua portuguesa por um viés menos normativista, o autor, no que se refere às ocorrências do fenômeno relevante, apresenta os mesmos pressupostos que as obras prescritivistas consultadas para esta seção.

aplica a diferentes categorias linguísticas. Ainda nesta seção, apontamos como a proposta estruturalista de Mattoso Câmara Jr. (1970) trata os casos de supleção nominal desencadeada pela informação de gênero no PB como sendo ocorrências de raízes diferentes em que a similaridade conceitual entre as formas não se configura como suficiente para que o autor possa considerá-las relacionadas à mesma raiz, ainda que casos de variação de gênero em que a identidade fonológica da raiz se mantém sejam tratados por Câmara Jr. (1970) como advindos da mesma raiz.

Apesar de serem visões distintas a respeito da noção de língua como um todo, é importante notar que há uma semelhança no tratamento dos dados supletivos na GT e no Estruturalismo de Mattoso Câmara Jr., a saber, a ideia subjacente de que tratam-se na verdade de itens lexicais distintos, com raízes distintas, visão contrária a que buscamos desenvolver neste trabalho.

2.2.1 A GT e a supleção

Na ausência de referência específica ao termo supleção, buscamos termos relacionados para podermos estabelecer uma associação de tais termos com a temática relevante para a pesquisa desenvolvida nesta dissertação. Dessa maneira, os conceitos que emergem como relevantes são dois em especial: *heteronímia*, no domínio dos substantivos e *anomalia* no domínio verbal.

No que se refere ao domínio verbal, as GTs consultadas, de maneira geral, referem-se à irregularidade verbal em dois níveis:

- (i) Os verbos irregulares (ex.: *dar, estar, ansiar, moscar, caber, crer, dizer, fazer, ler, perder, poder, saber, agredir, dormir, medir, pedir, ouvir*, etc.);
- (ii) Os verbos anômalos (ex.: *ser* e *ir*).

(LUFT, 1988, p. 94)

A diferença entre irregularidade e anomalia reside no fato de que verbos irregulares apresentam alternâncias fonológicas que são “pequenas” se comparados aos verbos anômalos, que apresentam uma mudança total de suas representações fonológicas. Luft (1988), por exemplo, chama a atenção para o fato de que verbos como *pôr, ter, ver, vir, haver* e *estar* podem constar como verbos anômalos em algumas gramáticas. Contudo, com exceção de *ser* e *ir*, as irregularidades que esses verbos apresentam podem, segundo o autor, ser explicadas por regras fonológicas, cabendo à nomenclatura de verbos anômalos se referir somente a *ser* e *ir*, uma vez

que somente esses dois verbos apresentam, nos termos do próprio autor, “heteronímia em seus radicais¹¹” (LUFT, 1988, p. 94-95). Podemos dizer, portanto, que o que as GTs denominam como verbos anômalos¹² são, de fato, instâncias de alomorfa supletiva: sendo as irregularidades de *ser* e *ir* verdadeiras alomorfias supletivas condicionadas por diferentes tipos de informação gramatical, tais como tempo e pessoa, que constituem esses verbos em suas diferentes ocorrências.

No que se refere ao domínio nominal, a nomenclatura que as GTs consultadas oferecem se refere aos casos dos *substantivos heterônimos*. Notamos que a ocorrência do termo heteronímia aparece de maneira consistente nas seções sobre a classificação dos nomes em gênero no PB. Os substantivos heterônimos, então, referem-se aos casos em que a formação do feminino ocorre por meio de uma raiz diferente daquela da sua versão masculina, caracterizando-se, portanto, como palavras diferentes que, no entanto, estão conceitualmente relacionadas. Associada a essa definição, o máximo que essas obras chegam a fazer é apontar uma lista de formações “dignas de nota” em que o feminino ocorre por meio de radicais distintos da versão masculina desses nomes.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985, 2ª ed., 5ª impressão), por exemplo, Cunha e Cintra apresentam a formação do feminino e a heteronímia nominal nos seguintes termos:

Formação do feminino

Os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em gênero, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino

[...]

...verifica-se que a forma do feminino pode ser:

- a) Completamente diversa da do masculino, ou seja, **proveniente de um radical distinto**: bode-cabra / homem-mulher

[...]

Masculinos e femininos de radicais diferentes

MASCULINO

Bode
Boi (ou touro)
Cão

FEMININO

Cabra
Vaca
Cadela

¹¹ Os termos radical e raiz são intercambiáveis nesta dissertação. Neste capítulo utilizamos o termo raiz com maior frequência em razão de esse ser o termo normalmente utilizado dentro da abordagem teórica na qual esse trabalho se insere.

¹² Ressaltamos que o termo anomalia é associado mais especificamente aos verbos *ser* e *ir*, uma vez que são os verbos que expressam o mais alto grau de irregularidade no paradigma verbal do PB. Posto que esses verbos não são objeto de análise dessa dissertação não retornaremos a eles.

Carneiro	Ovelha
Cavalheiro	Dama
Cavalo	Égua
Compadre	Comadre
Frei	Sóror (ou soror)
Genro	Nora
Homem	Mulher
Macho	Fêmea
Marido	Mulher
Padrasto	Madrasta
Padrinho	Madrinha
Pai	Mãe
Zangão	Abelha

(CUNHA & CINTRA, 1985, p. 184-185) (grifos nossos)

Já Rocha Lima (1969), em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (14ª edição), utiliza-se de uma definição de gênero proposta por outros autores para o espanhol que se baseia na marca de gênero do adjetivo que acompanha um dado substantivo. A partir disso o autor passa a elencar uma série de maneiras de se marcar o feminino no português, entre essas maneiras a heteronímia:

Gênero – “é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante¹³”.

[...]

5º tipo – substantivos cuja forma feminina é completamente distinta da forma masculina. Chamam-se heterônimos:

Carneiro-ovelha; cavalo-égua; homem-mulher; macho-mula

[...]

10º tipo – femininos dignos de nota

Bode-cabra; cavalheiro-dama; cavaleiro-amazona; frei-sóror; genro-nora; touro-vaca; veado-cerva

(ROCHA LIMA, 1969, p. 70-78)

Não há, portanto, um viés explicativo nesse tipo de abordagem, porém a assunção teórica subjacente de que os partes de nomes heterônimos se tratam de raízes diferentes é bastante marcada.

Vale chamar a atenção para o fato de que nesse tipo de proposta a noção de gênero é entendida como sendo inerente aos nomes. Como explicitado em Perini (2000, 2010), a consequência disso é que nomes que apresentam uma versão masculina e feminina são, na verdade, entradas lexicais distintas, mesmo em casos como: **menin-o/menin-a**; **gat-o/gat-a**;

¹³ Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña, *Gramática Castellana*, p. 64.

professor[Ø]/professor-a. Vejamos, a título de exemplificação, como Perini (2000, 2010) trata a marcação de gênero no PB:

[...] Já a palavra *gato* não varia em gênero; ***gata* deve ser considerada uma nova palavra.**

Isso se reflete no fato de que nem todas as palavras da classe de gato têm formas do gênero oposto: *onça, mesa, mão*, por exemplo, não têm masculino. Já as palavras da classe de *novo* sempre têm formas femininas (ainda que às vezes sejam idênticas às masculinas, como em *verde*). Por isso, diremos que a palavra *nova* está no feminino, mas a palavra *gata* é feminina, ou seja, possui seu próprio item léxico, onde é marcada como feminina.

(PERINI, 2000, p. 195) (grifos nossos)

Todo nominal usado referencialmente, isto é, para denotar uma coisa, pertence a um gênero. [...] Dizemos que um nominal referencial tem gênero inerente – ele é masculino ou feminino. [...] Todos os nominais usados referencialmente têm gênero inerente – são masculinos ou femininos, sem exceção[...].

(PERINI, 2010, p. 280-281)

No que se refere ao tratamento que Perini dá para os nomes heterônimos, pode-se dizer que o autor não trata especificamente desses dados. Contudo, vale notar que a argumentação que ele desenvolve em defesa de uma informação de gênero que é inerente aos substantivos acaba por, de forma indireta, expor como o autor trataria os casos de supleção nominal: exatamente como os autores de outras gramáticas tradicionais, ou seja, como nomes distintos. Esse tipo de tratamento para os nomes, supletivos ou não, deixa de ser necessário em um sistema que decompõe a noção de nome em níveis sintáticos distintos, tais como a MD.

Na próxima subseção passaremos a uma apresentação de como os dados supletivos têm sido tratados no âmbito do estruturalismo de Câmara Jr.. Mais especificamente, dentro dos limites dessa dissertação, abordaremos qual tratamento esse autor tem oferecido para os casos de substantivos que apresentam variação formal para masculino e feminino.

2.2.2 O estruturalismo e a supleção – uma ênfase na proposta de Mattoso Câmara Jr. (1970)

Nesta subseção introduzimos a abordagem apresentada por Mattoso Câmara Jr. para o tratamento dos nomes heterônimos do PB. Apresentamos, em seguida, uma reflexão crítica em relação à proposta do autor.

Em sua obra intitulada *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970) Câmara Jr. traz as seguintes afirmações acerca da distribuição do gênero nos substantivos do Português:

É comum lermos nas nossas gramáticas que mulher é feminino de homem. A descrição exata é dizer que **o substantivo mulher é sempre feminino**, ao passo que outro substantivo, a ele **semanticamente relacionado**, é **sempre do gênero masculino**. Na descrição da flexão de gênero em português **não há lugar** para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia”. O que há são **substantivos privativamente masculinos**, e outros, a eles semanticamente relacionados, **privativamente femininos**.

[...]

A flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: lob(o) + a = loba; autor + a = autora.

[...]

Da mesma sorte, é ao dicionário que cabe informar sobre a chamada heteronímia no gênero, que não é mais do que a restrição a um gênero único de determinado membro de um par semanticamente opositivo. Por exemplo: *homem*, registrado como masculino, com uma remissão a *mulher*, por sua vez registrada no feminino.

(CÂMARA Jr., 1970, p.89-90) (grifos nossos)

A partir dos excertos extraídos acima é possível dizer que, na visão de Mattoso Câmara Jr., os casos de heteronímia nominal são formalmente distintos da chamada flexão de gênero. Sendo a flexão de gênero dos nomes feita, especificamente, através do morfema *-a*. Trata-se, portanto, de entradas lexicais distintas para cada um dos membros dos pares como *homem/mulher*, *boi/vaca*, *bode/cabra*, por exemplo. Essa última assunção acaba por aproximar a proposta do autor da visão das GTs consultadas. Nesta dissertação assumimos, no entanto, um posicionamento contrário ao de Câmara Jr. no que se refere a esse grupo de substantivos no PB. A nossa análise vai no sentido de unificar o funcionamento do gênero no PB como um traço formal constitutivo do núcleo nominalizador. A realização formal desse traço pode variar, sendo expresso, ora pelo *-a*, como previsto por Mattoso Câmara Jr., ora por uma realização totalmente distinta. No âmbito da MD, tratamos essas diferenças fonológicas como resultado da associação de uma determinada estrutura sintática aos itens disponíveis no Vocabulário, ou Lista 2.

Em seu *Dicionário de Filologia e Gramática Referente à Língua Portuguesa* (1973), Câmara Jr. elabora a noção de raiz como sendo um elemento que apresenta um significado permanente. Assumindo essa proposta, podemos dizer que as palavras *pedra-pedreira-pedreira* são derivadas da mesma raiz, $\sqrt{\text{pedr-}}$, uma vez que apresentam o mesmo núcleo semântico. O autor é explícito ao dizer que variações fônicas que não afetam esse significado estável não são necessariamente problemáticas. Segue abaixo um trecho de seu *Dicionário de Filologia e Gramática Referente à Língua Portuguesa* para o termo raiz.

[...] Aí o que individualiza a raiz é um significado permanente, que faz dela um semantema. **As diferenças fônicas que não afetam esse significado são variantes (v.) do significante.**

(CÂMARA Jr, 1973, p. 228) (grifos nossos)

Essa definição, ao nosso ver, parece contradizer a proposta do próprio autor no que diz respeito à sua classificação para os substantivos heterônimos. Consideremos os seguintes pares, tais como *carneiro/ovelha*, *pai/mãe*, *genro/nora*, que representam casos de substantivos heterônimos no PB com variação do traço de gênero. Entendemos que, fora a informação de gênero, a semântica compartilhada entre os itens de cada par é a mesma. Nos exemplos acima temos, então, diferenças fônicas que parecem não afetar o significado dos membros do par masculino/feminino. Se é assim, o significado permanente que individualiza a raiz, nos termos de Câmara Jr., parece estar tão preservado quanto em *menino/menina*. Dessa maneira, propomos que a informação de gênero dos nomes heterônimos no PB apresenta o mesmo comportamento que em pares como *menino/menina*; *aluno/aluna*.

Por essa razão, argumentamos contra a proposta de Mattoso Câmara Jr. de que substantivos heterônimos no PB configuram entradas lexicais distintas para cada membro do par uma vez que, como o próprio autor afirma, a informação de gênero não está associada inerentemente à raiz na medida em que distingue um mesmo elemento entre masculino e feminino, preservando um núcleo semântico estável, que segundo o autor, é dado pela preservação de uma mesma raiz. Esse raciocínio abre caminho para unificarmos as análises dos pares supletivos e dos pares não supletivos.

A relação supletiva que esse conjunto de substantivos estabelece não é exclusiva do PB. De fato, como veremos na próxima seção, ocorrências supletivas são atestadas para línguas de diferentes famílias linguísticas e em diferentes categorias lexicais.

2.3 EXEMPLOS TRANLINGUÍSTICOS E TRANSCATEGORIAIS DE SUPLEÇÃO

Nesta subseção apresentamos uma pequena amostra de dados supletivos em diferentes línguas e em diferentes categorias lexicais (nomes, verbos e adjetivos). A coleta dos dados não se pretende exaustiva, intentamos apenas evidenciar para o(a) leitor(a) que a supleção é um fenômeno atestado entre as línguas e que esse tipo de ocorrência não se restringe a uma única categoria lexical.

Os dados apresentados nesta seção estão divididos de acordo com a categoria lexical e com o tipo de informação sintática que desencadeia as ocorrências supletivas:

- a. No domínio dos verbos: tempo, aspecto e modo;
- b. No domínio dos nomes: gênero e número;
- c. No domínio dos adjetivos: grau e número.

Salientamos que, apesar de não constar na seleção abaixo, encontram-se, também, descritos na literatura casos de supleção verbal desencadeados pelo número do objeto (BOBALJIK & HARLEY, 2017); casos de supleção verbal em que as informações de tempo, aspecto e modo juntas desencadeiam as ocorrências supletivas (BROWN¹⁴ et al. 2003; VESELINOVA, 2006) e casos de supleção nominal desencadeada pela informação de Caso¹⁵ (BROWN, et al. 2003). Além disso, é amplamente atestado e aceito entre a comunidade linguista a ocorrência da supleção no domínio funcional: por exemplo, os sufixos verbais de tempo e aspecto *-va-* e *-ia-* no PB; os sufixos verbais de passado *-ed*, *-t-* e \emptyset no inglês ou as marcas de plural *-s-*, *-en* também no inglês, entre outros. Uma vez que a supleção desencadeada pela informação de gênero discutida nesta dissertação tem como alvo a forma fonológica da raiz especificamente, os casos de supleção de itens funcionais não serão contemplados nas subseções abaixo.

2.3.1 Nos verbos¹⁶

2.3.1.1 Supleção desencadeada pela informação de tempo

Nesta subseção apresentamos dados de supleção verbal desencadeada pela informação de tempo no Irlandês e no Georgiano (VESELINOVA, 2006; BROWN, 2003).

¹⁴ Os dados de Brown et al. (2003) correspondem a uma base de dados que inclui dados supletivos de 34 línguas de diferentes famílias linguísticas. O acesso à base de dados pode ser feito através do link <http://www.smg.surrey.ac.uk/suppletion>.

¹⁵ Apesar de na base de dados de Brown et al. (2003) constar ocorrências de nomes que entram em relação de supleção em razão de informação de Caso, Moskal (2015) propõe que ocorrências desse tipo não são possíveis para os nomes em razão de restrições de localidade impostas pelo núcleo definidor de categoria nominal. A autora propõe que somente pronomes podem entrar em relação de supleção desencadeada pela informação de caso, pois, para ILS desse tipo os casos de ocorrência supletiva desencadeada pela informação de caso se dão pela ausência do *n*, o que não ocorre para os nomes.

¹⁶ As tabelas apresentadas nas subseções abaixo não apresentam uma uniformidade por (i) tratarem de padrões de distribuição de informações linguísticas muito variáveis; (ii) seguirem, o mais estritamente possível, a maneira como essas informações foram organizadas nos textos-fonte.

<i>teim</i> (ir)	PASSADO	PRESENTE	FUTURO
1 ^a p. sg.	<i>chuas</i>	<i>téim</i>	<i>raghad</i>
2 ^a p. sg.	<i>chuais</i>	<i>téann</i>	<i>raghair</i>
3 ^a p. sg.	<i>chauigh</i>	<i>téann</i>	<i>raghaidh</i>

Tabela 1. Dados do Irlandês (VESELINOVA, 2006, p. 58) – verbo *ir*

PRESENTE	<i>v-ar</i> (1sg – SER. presente)
FUTURO	<i>v-i-kn-eb-i</i> (1gs - VV ¹⁷ - SER. fut. – tempo (futuro) – indicativo)
AORISTO	<i>v-i-q'av-i</i> (1gs - VV- SER. aoristo – indicativo)

Tabela 2. Dados do Georgiano (VESELINOVA, 2006, p.65) – verbo *ser*

	PRESENTE	FUTURO
1 ^a p. sg.	<i>v-zi-var</i>	<i>vi - ĵd - ebi</i>
2 ^a p. sg.	<i>zi - xar</i>	<i>i- ĵd - ebi</i>
3 ^a p. sg.	<i>zi - s</i>	<i>i - ĵd - eba</i>

Tabela 3. Dados do Georgiano (BROWN et al., 2003) – verbo *estar sentado/sentar*

2.3.1.2 Supleção verbal desencadeada pela informação de aspecto

Nesta subseção apresentamos casos de supleção verbal desencadeados pela informação de aspecto no Grego Moderno, no Esloveno (VESELINOVA, 2006) e no Archi (BROWN et al., 2003).

PERFECTIVO	<i>e - id - a</i>	aumentativo – VER. perfectivo – 1 ^a p. sg. Aoristo
PERFECTIVO	<i>θa - (i)d - ò</i>	futuro VER. perfectivo – 1 ^a p. sg. Presente
IMPERFECTIVO	<i>e- blep - a</i>	aumentativo – VER. imperfectivo – 1 ^a p. sg. Passado
IMPERFECTIVO	<i>θa - blep - ò</i>	futuro - VER. imperfectivo – 1 ^a p. sg. Presente

Tabela 4. Dados do Grego Moderno (VESELINOVA, 2006, p. 69) – verbo *ver*

	PERFECTIVO	IMPERFECTIVO
lançar	<i>vreči</i>	<i>métati</i>
dizer	<i>reči</i>	<i>praviti</i>

Tabela 5. Dados do Esloveno (VESELINOVA, 2006, 70)

	DURATIVO	TERMINATIVO (PERFEITO)
dizer	<i>war</i>	<i>bo</i>
tornar	<i>ker</i>	<i>etti</i>
vir	<i>a-r-Li-r</i>	<i>q/a</i>

Tabela 6. Dados do Archi (BROWN et al., 2003)

¹⁷ Na lista de abreviaturas de Veselinova (2006, p. xii), a sequência VV se refere a *Version Vowel*. O significado dessa terminologia não é claro para nós e foge ao escopo dessa dissertação. Apesar disso, chamamos a atenção para o fato de o verbo SER em georgiano apresentar formas supletivas para cada um dos tempos em questão: *ar* (pres.) – *kn* (fut.) – *q'av* (aoristo).

2.3.1.3 Supleção verbal desencadeada pela informação de modo

Nesta subsecção apresentamos dados de supleção verbal desencadeada pela informação de modo no Árabe Padrão, no Ingush (VESELINOVA, 2006), no Arapesh e no Jacalteco (BROWN et al. 2003).

	INDICATIVO (imperfeito)	IMPERATIVO
2ª p. masc. sg.	<i>ta-drus-u</i>	<i>ʔu-drus</i>
2ª p. masc. pl.	<i>ta-drus-uu-na</i>	<i>ʔu-drus-na</i>

Tabela 7. Dados do Árabe Padrão (VESELINOVA, 2006, p. 136) – verbo *estudar*

	INDICATIVO	IMPERATIVO
PRESENTE (agora, tempo imediato)	<i>d-oagha</i>	<i>d-iel</i>
FUTURO (futuro ou tempo não especificado)	<i>d-oaghaddy</i>	<i>d-oula</i>

Tabela 8. Dados do Ingush (VESELINOVA, 2006, p. 137) - verbo *ir*

	INDICATIVO	IMPERATIVO
ir	<i>nak,na`</i>	<i>kare, kwa</i>
vir	<i>nakiḥ</i>	<i>Jauī</i>
comer	<i>wak, wa`</i>	<i>kokowa</i>

Tabela 9. Dados do Arapesh (BROWN et al. 2003)

	INDICATIVO	IMPERATIVO
ir	<i>toyi</i>	<i>asi`</i>
vir	<i>tita</i>	<i>cata</i>

Tabela 10. Dados da língua Jacalteco (BROWN, et al., 2003)

2.3.1.4 Supleção verbal desencadeada pela informação de número

Nesta subsecção apresentamos dados de supleção verbal desencadeada pela informação de número nas línguas Mupun, Koasati, Krongo e Ute (VESELINOVA, 2006).

	SINGULAR	PLURAL
bater	<i>cī</i> (bater. sg. ação)	<i>nás</i> (bater.pl. ação)

Tabela 11. Dados da língua Mupun (VESELINOVA, 2006, p. 149)

	SINGULAR	DUAL	PLURAL
habitar	<i>ātal</i> (habitar. 1ªp.)	<i>alísw</i> (habitar. 1ªp.)	<i>ís-tílk</i> (habitar. 1ªp.)
correr	<i>walīka-l</i> (correr. 1ªp.)		<i>tól-hílk</i> (correr. 1ª p.)

Tabela 12. Dados da língua Koasati (VESELINOVA, 2006, p.151)

	SINGULAR	PLURAL
chamar/ligar	ò- <i>cóonì-íci</i> (marc. verbal – chamar/ligar. sg.ação – sufixo)	ò- <i>múnó-óní</i> (marc. verbal – chamar/ligar. pl.ação – sufixo)

Tabela 13. Dados da língua Krongo (VESELINOVA, 2006, p.151)

	SINGULAR	PLURAL
ficar de pé	<i>wɪn(ɪ)y</i> (ficar de pé. sg)	<i>yuʔwɪy</i> (ficar de pé. pl)
matar	<i>paqχai</i> (matar.sg.obj)	<i>qoʔaj</i> (matar.pl.obj)

Tabela 14. Dados da língua Ute (VESELINOVA, 2006, p. 151)

2.3.2 Nos nomes

2.3.2.1 Supleção desencadeada pela informação de gênero

Nesta subseção apresentamos dados de supleção nominal desencadeada pela informação de gênero no Russo (MEL 'ČUK, 2000), no PB (CUNHA & CINTRA, 1985; coleta própria) e no Maltês (VAFAEIAN, 2010).

MASCULNINO	FEMININO
<i>petuch</i> (galo)	<i>kurica</i> (galinha)
<i>byk</i> (boi ou touro)	<i>korov[-a]</i> (vaca)

Tabela 15. Dados do Russo (MEL 'ČUK, 2000, p. 515)

masculino	feminino
<i>bode</i>	<i>cabra</i>
<i>boi (ou touro)</i>	<i>vaca</i>
<i>carneiro</i>	<i>ovelha</i>
<i>cavalo</i>	<i>égua</i>
<i>veado</i>	<i>cerva</i>
<i>zangão</i>	<i>abelha</i>
<i>homem</i>	<i>mulher</i>
<i>marido</i>	<i>mulher</i>
<i>pai</i>	<i>mãe</i>
<i>genro</i>	<i>nora</i>
<i>frei</i>	<i>sóror (ou soror)</i>
<i>macho</i>	<i>fêmea</i>
<i>cavaleiro</i>	<i>fama</i>
<i>cavaleiro</i>	<i>amazona</i>

Tabela 16. dados do pb (cunha & cintra, 1985, p. 185; coleta própria)

MASCULINO	FEMININO
<i>raġel</i> (homem)	<i>mara</i> (mulher)
<i>missier</i> (pai)	<i>omm</i> (mãe)
<i>ħu</i> (irmão de)	<i>oħt</i> (irmã de)
<i>żiemel</i> (cavalo/garanhão)	<i>debba</i> (égua)
<i>bodbod</i> (bode)	<i>moghža</i> (cabra)
<i>muntum</i> (carneiro)	<i>naghğa</i> (ovelha)
<i>ġuvni</i> (homem jovem/ rapaz)	<i>tfajla</i> (mulher jovem / moça)
<i>ġuvni</i> (homem solteiro)	<i>xebba</i> (mulher solteira)

Tabela 17. Dados do Maltês (VAFÆIAN, 2010, p. 29; 78-79)

2.3.2.2 Supleção desencadeada pela informação de número

Nesta subseção apresentamos dados de supleção nominal desencadeada pela informação de número no Arapesh, Hebreu, Turkana (BROWN et al. 2003) e na língua Ket (BROWN et al. 2003; MOSKAL, 2015).

	SINGULAR	PLURAL
esposa	<i>irohokwi-ku</i>	<i>ireuri-heu</i>
irmão mais jovem de (para) um homem	<i>awanin</i>	<i>Arahim</i>
árvore de fruta pão	<i>aloh</i>	<i>ehelih</i>

Tabela 18. Dados do Arapesh (BROWN et al. (2003)

	singular	Plural
Carro	<i>oto</i>	<i>Mexoniyot</i>
pneu	<i>Tayer</i>	<i>Tsmigim</i>
punctura (punção; perfuração)	<i>Pančer</i>	<i>Tkarim</i>

Tabela 19. Dados do Hebraico (BROWN et al., 2003)

	SINGULAR	PLURAL
homem	<i>keʔt</i>	<i>deʔ-ŋ</i>
árvore	<i>:oks'</i>	<i>aʔq</i>
criança	<i>dyl'</i>	<i>kat</i>

Tabela 20. Dados da Língua Ket (BROWN et al. 2003; MOSKAL, 2015, p. 364)

	SINGULAR	PLURAL
criança	<i>i-koku</i>	<i>ŋi-de</i>
vaca	<i>a-tɛ</i>	<i>ŋa-atuk</i>

Tabela 21. Dados do Turkana (BROWN et al., 2003)

2.3.3 Nos adjetivos

2.3.3.1 Supleção desencadeada informação de comparativo

Nesta subseção apresentamos dados de supleção adjetival desencadeados pela informação de comparativo no Inglês, no Russo, Grego Antigo, no Ucrâniano, no Georgiano e no Dinamarquês (BOBALJIK, 2012).

LÍNGUA	ADJETIVO	COMPARATIVO
inglês	<i>feel (a little) (pouco)</i>	<i>less</i>
inglês	<i>good (bom)</i>	<i>better</i>
inglês	<i>bad (mau)</i>	<i>worse</i>
russo	<i>xoroš-ij (bom)</i>	<i>luč-š-e</i>
russo	<i>plox-oj (mau)</i>	<i>xuž-e</i>
grego antigo	<i>agath-ós (bom)</i>	<i>belt-iōn</i>
grego antigo	<i>agath-ós (bom)</i>	<i>kreiss-ōn</i>
ucraniano	<i>velyk-yj (grande)</i>	<i>bil'-š-yj</i>
georgiano	<i>bevri (muito)</i>	<i>met'-i</i>
dinamarquês	<i>lille, lidt, små (pouco)</i>	<i>mind-re</i>

Tabela 22. Dados de coletados de Bobaljik (2012, p.190-192)

2.3.3.2 Supleção desencadeada pela informação de número

Nesta subseção apresentamos dados de supleção adjetival desencadeado pela informação de número nas línguas Halkomelem, Kashava e Tariana (VAF AEIAN, 2010).

LÍNGUA	SINGULAR	PLURAL
halkomelem	<i>mim'an' (pequeno)</i>	<i>zəmə'məñ</i>
kashaya	<i>bahthe (grande)</i>	<i>zahthiy</i>
Tariana	<i>hanu (grande, amplo)</i>	<i>male</i>

Tabela 23. Dados coletados de Vafaeian (2010, p.74-75)

2.4 HETERONÍMIA NOMINAL NO PB: UM CASO DE SUPLEÇÃO

Nesta seção desenvolvemos nossa linha argumentativa em favor de um entendimento dos nomes ditos heterônimos, como sendo, na verdade, instâncias de supleção, ou mais especificamente, alternâncias da forma fonológica de uma mesma raiz.

Para tanto, apresentamos, primeiramente, uma definição formal do significado de supleção retirada de Mel 'Čuk (1994) e recuperamos, em seguida, os dados que Osthoff (1899) considerou como supletivos para o alemão. Apresentamos, por fim, uma crítica para o

tratamento desses substantivos do PB como sendo raízes distintas, tanto do ponto de vista empírico como do teórico.

Mel 'Čuk (1994) apresenta a seguinte definição formal para supleção:

Dois signos segmentais mínimos **X** e **Y** da língua \mathcal{L} estão *em relação de supleção* (= *supletivo com respeito a cada outro*) se, e somente se, as Condições 1 e 2 são simultaneamente satisfeitas:

1. Os significantes de **X** e **Y** não são correpresentáveis.
 2. Os significados de **X** e **Y** são correpresentáveis e:
 - a. **Ou** o significado de (X) e (Y) são idênticos [(X) = (Y)]
e **X** e **Y** são alomorfes do mesmo morfema [**X** ∈ {**M**} & **Y** ∈ {**M**}];
 - b. **Ou** os significados de (X) e (Y) não são idênticos
e (X) e (Y) são gramaticalmente correpresentáveis¹⁸
- (MEL 'ČUK, 1994, p. 389) (tradução nossa)¹⁹

Na proposta de Mel 'Čuk (1994) o que define uma ocorrência supletiva é a irregularidade máxima da representação fonológica entre duas formas linguísticas e a máxima regularidade conceitual entre essas duas formas. Notemos que os dados de heteronímia do PB satisfazem as condições (1.) (não são correpresentáveis) e (2.b) (são gramaticalmente correpresentáveis). Tomemos o par *bode/cabra* para uma representação do comportamento desses dados no sistema de Mel 'Čuk.

- (1) **Condição 1:** A representação fonológica de *bode* e *cabra* não são correpresentáveis, dada a diferença de realidade fonológica entre eles.
- (2) **Condição 2, em seu item b:** O significado de *bode* e *cabra* não exatamente é idêntico, mas eles são gramaticalmente correpresentáveis. Podemos atestar que a condição 2.b. é satisfeita se decomposmos gramaticalmente os dois nomes através

¹⁸ The signifieds (X) and (Y) are *grammatically corepresentable* if and only if the semantic differences (X) - (Z) = (P₁), ..., (P_m) and (Y) - (Z) = (Q₁), ..., (Q_n) can be completely represented in terms of grammatical, i.e. inflectional or derivational, meanings of L (MEL 'ČUK, 1994, p. 388).

¹⁹ Two minimal segmental signs **X** and **Y** of language L are *in relation of suppletion* (= *suppletive with respect to each other*) if and only if Conditions 1 and 2 are simultaneously satisfied:

1. The signifiers of **X** and **Y** are not corepresentable.
2. The signifieds of **X** and **Y** are corepresentable **and**:
 - a. **either** the signifieds (X) and (Y) are identical [(X) = (Y)]
and **X** and **Y** are allomorphs of the same morpheme [**X** ∈ {**M**} & **Y** ∈ {**M**}];
 - b. **or** the signifieds (X) and (Y) are not identical
and (X) and (Y) are grammatically corepresentable.

da informação de gênero, masculino associado ao item *bode* e feminino associado ao item *cabra*.

Nesse sentido, os casos de heteronímia de gênero do PB parecem se acomodar bem na proposta formalizada por por Mel' Čuk (1994).

Vale chamar a atenção ainda para o interessante fato de que quando H. Osthoff apresenta a noção de supleção pela primeira vez, os dados elencados por ele como supletivos são dados de heteronímia nominal desencadeada pela informação de gênero, como aponta Mel' Čuk (1994).

Mais interessante, o pai fundador do estudo teórico da supleção, H. Osthoff, incluiu casos de '*Femininbildungen*' do tipo alemão **Bruder** (irmão) ~ **Schwester** (irmã), **Sohn** (filho) ~ **Tochter** (filha), **Bulle** (boi/touro) ~ **Kuh** (vaca), **Hengst** (cavalo) ~ **Stute** (égua) (Osthoff 1899: 15-19) sobre o título de supleção [...].

(MEL' ČUK, 1994, p. 397) (tradução nossa)²⁰

Considerando a proposta de Mel' Cuk (1994) para definir supleção, os dados de heteronímia de gênero do alemão considerados como supletivos pelo primeiro teórico que buscou definir linguisticamente a supleção e a crítica que levantamos contra o tratamento para os nomes heterônimos considerados em algumas GTs do PB e por Câmara Jr. propomos neste trabalho que, de maneira geral, no âmbito do quadro teórico da MD, é possível unificar a análise dos substantivos que variam em gênero, regulares ou supletivos, a partir dos seguintes ingredientes:

- (i) A adoção de um viés separacionista, no sentido de que a identidade morfossintática de um IL é entendida como independente da sua realização fonológica.
- (ii) A adoção de um viés composicionalista, no sentido de que a estrutura de um nome é entendida, pelo menos, como a associação de uma raiz a um nó categorizador.
- (iii) A ideia de que o traço de gênero, em si, não é uma propriedade da raiz, mas sim do núcleo categorizador que a ela se associa na sintaxe.

²⁰ *Most interestingly, the founding father of the theoretical study of suppletion, H. Osthoff, included under the heading of suppletion 'Femininbildungen' of the type German Bruder (brother) ~ Schwester (sister), Sohn (son) ~ Tochter (daughter), Bulle (bull) ~ Kuh (cow), Hengst (stallion) ~ Stute (mare) (Osthoff 1899: 15-19, APUD Mel' Cuk, 1994, p. 397).*

É interessante dizer que essas três assunções não são novidade na literatura. Isso porque o viés separacionista em (i), por exemplo, está na própria base conceitual do modelo da MD que adota a ideia de Inserção Tardia de fonologia. A discussão relevante, no entanto, diz respeito à controvérsia que circunda a noção de raiz, ou seja, se a inserção tardia de fonologia se aplica somente a itens funcionais ou também às raízes. Tal controvérsia é central para o tratamento da supleção desenvolvida neste trabalho e será detalhada no próximo capítulo. É importante salientar, no entanto, que argumentamos em favor da Inserção Tardia também pra raízes.

Nesse mesmo sentido, a decomposição das chamadas categorias lexicais em raiz e núcleo categorizador também é amplamente aceita no modelo da MD, diante do raciocínio de que as raízes são desprovidas de categoria: uma mesma raiz pode se superficializar em diferentes categorias (cf. capítulo 4). A discussão relevante para esse ponto diz respeito ao local estrutural do traço de gênero, que assumimos, na esteira de Lowenstamm (2008), Kramer (2015, 2016) e Picallo (2017) ser o próprio núcleo categorizador, *n*, tal como se pode ver no capítulo seis deste trabalho.

Assim, a novidade desta dissertação está não exatamente nos ingredientes que assume, mas na possibilidade de unificação das alternâncias de gênero no PB, sejam elas regulares, sejam elas supletivas.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscamos estabelecer um ponto de partida para as discussões dos nominais supletivos do PB como suporte para os próximos capítulos desta dissertação.

Para tanto, retomamos o posicionamento de algumas gramáticas tradicionais do PB, bem como do viés estruturalista de Câmara Jr. Apesar de serem posturas bastante distintas, de maneira geral, elas subscrevem à ideia de que os nominais supletivos são, na verdade, elementos distintos com raízes distintas. Nesse tipo de abordagem a relação semântica entre os pares de uma alternância supletiva e também o fato desses dados não apresentarem seus correspondentes regulares ficam sem qualquer explicação e precisam ser tratados como mera coincidência.

Para ilustrar, então, que a ocorrência da supleção não se restringe aos dados de heteronímia de gênero do PB, ao contrário, que ocorrências supletivas são atestadas nos mais diversos domínios e famílias linguísticas, apresentamos uma breve exposição, nem um pouco exaustiva, de dados translinguísticos e em diferentes categorias lexicais.

Finalmente, a partir daí, elaboramos brevemente uma argumentação em favor de uma interpretação dos dados de heteronímia nominal no PB como sendo ocorrências legítimas de supleção nominal, no sentido de que se tratam de itens com a mesma raiz e que esse viés ancora as discussões dos capítulos que se seguem.

RAIZ E CONTEÚDO FONOLÓGICO

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo discutimos a relação das raízes com a hipótese de Inserção Tardia, assumida no contexto da MD. Essa hipótese representa o caráter separacionista do modelo e é fundamental para a nossa compreensão dos dados em análise nesta dissertação, uma vez que tal hipótese, apesar de consensualmente assumida para os morfemas funcionais, é muito controversa quando o que está em jogo são as raízes.

Para tanto, nosso ponto de partida é a contraposição de propostas que assumem a Inserção Tardia (MARANTZ, 1996, 1997; HARLEY, 2014; HAUGEN E SIDDIQI, 2013) com aquelas que assumem a Inserção Precoce de fonologia da raiz (EMBICK, 2000, 2015; EMBICK & HALLE, 2005; BORER 2009a; 2009b; 2013; 2014). A partir disso, propomos que a assunção de Inserção Tardia para raízes, é mais interessante, tanto do ponto de vista empírico, como teórico. Do ponto de vista teórico, tal assunção resulta em um modelo mais uniforme, em que (i) a informação fonológica é sempre pós sintática e (ii) morfemas funcionais e morfemas raiz estão sujeitos aos mesmos princípios de funcionamento. Do ponto de vista empírico, por sua vez, a Inserção Tardia abre caminho para o tratamento da supleção. No entanto, para que a supleção seja sistematizável se faz ainda necessário que as raízes não só estejam sujeitas à Inserção tardia, mas também ao Princípio do Subconjunto. Para que isso seja possível, argumentamos que as raízes precisam ser individualizadas através de índices numéricos, seguindo a proposta de Acquaviva (2008), Pfau (2000, 2009) e Harley (2014).

Para tanto, o capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 3.2, contextualizamos a noção de Inserção Tardia. Na seção 3.3, apresentamos a discussão na literatura que circunda a relação entre morfemas raiz, supleção e Inserção Tardia. Na seção 3.4, apresentamos, a partir do contraste entre as propostas disponíveis na literatura, nossa visão para a raiz, no que diz respeito à sua relação com a fonologia. Por fim, a seção 3.5 encerra o capítulo com as considerações finais.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A NOÇÃO DE INSERÇÃO TARDIA

O modelo de arquitetura da gramática assumido na MD se diferencia de outras abordagens morfológicas, ditas lexicalistas (LIEBER, 1980; 1992; BASÍLIO, 1980, 2004; ARONOFF, 1976; entre outros), na medida em que distribui as informações, antes lexicais, em listas que são acessadas em momentos diferentes da derivação. Dessa mesma maneira, o modelo passa a ter apenas um componente gerativo, a sintaxe, responsável por gerar todas as estruturas linguísticas complexas²¹. Isso porque, tanto quanto as sentenças, as palavras são elementos hierarquicamente organizadas e decomponíveis em unidades menores.

Assim, a sintaxe manipula morfemas, os nós terminais da sintaxe, organizando-os de forma hierárquica. Na linha de abordagens separacionistas como a de Beard (1966, 1991) e Anderson (1992), a MD assume a proposta de Inserção Tardia de fonologia para esses nós terminais. Entre as motivações de Anderson (1992), por exemplo, estão exatamente os casos de supleção e alomorfia de itens flexionais, como a marcação de plural no inglês (*lion/lions*, *box/boxes*, *ox/oxen*), em que não existe uma relação de um para um entre expressão fonológica e conteúdo.

Nessa linha de raciocínio, a MD assume que a representação fonológica é atribuída aos nós terminais somente após o componente sintático. Os nós terminais são o *locus* de inserção dos Itens de Vocabulário (IV). O processo pós-sintático de inserção de informação fonológica nos nós terminais da sintaxe é conhecido como Inserção de Vocabulário e ocorre por meio de uma competição entre IVs sob as condições do Princípio do Subconjunto (HALLE, 1997; EMBICK & NOYER, 2005).

Mais especificamente, o Princípio do Subconjunto diz respeito ao mecanismo que regula a competição entre IVs para ocupar um nó terminal destituído de fonologia: um IV necessita ser compatível com os traços contidos no nó terminal para que possa haver a inserção do expoente fonológico naquele *locus* estrutural. Se houver algum traço no IV que não está contido no nó terminal, a inserção não ocorre. Na ausência de uma compatibilidade total de traços entre um dado IV e um dado nó terminal, aquele IV que tiver o maior número de traços compatíveis com os traços do nó terminal ganha a competição. Tem-se, então, que os IVs podem ser subespecificados com relação aos traços de um nó terminal. Uma sistematização do Princípio do Subconjunto pode ser vista abaixo:

²¹ Cf. capítulo 1 desta dissertação para uma visão geral do modelo da MD.

Princípio do Subconjunto: O expoente fonológico de um Item de Vocabulário é inserido em um morfema se o item contém todos, ou um conjunto, dos traços gramaticais especificados no morfema terminal. A inserção não acontece se o Item de Vocabulário contém traços que não estão presentes no morfema. Se vários Itens de Vocabulário satisfazem as condições para inserção, o item que contém o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido.

(HALLE 1997, p.128) (tradução nossa)²²

Com relação à ordem de compatibilidade dos IVs, especula-se que esses itens se organizam de forma que o IV mais especificado sempre precede o menos especificado, e assim sucessivamente (HALLE & MARANTZ, 1993, p.120). Embick (2015) denomina essa operação de Ordenamento:

Ordenamento: itens de vocabulário são ordenados.

A introdução de Ordenamento é requerida porque Itens de Vocabulário competem uns com os outros para se aplicar a um morfema; o ordenamento fornece uma maneira de determinar o ganhador dessas competições.

(EMBICK, 2015, p. 94) (tradução nossa)²³

Cabe acrescentar que, além de acomodar as incompatibilidades na relação um para um entre expressão fonológica e representação gramatical, a proposta da Inserção Tardia, também pode ser considerada econômica no sentido de que a informação de natureza fonológica é irrelevante para a sintaxe. Em outras palavras, não há operações sintáticas que sejam desencadeadas por traços fonológicos. Assim, seria um “peso” derivacional desnecessário carregar informação fonológica durante a derivação sintática e daí uma justificativa interessante para que ela seja inserida tardiamente.

Contudo, ainda hoje persiste o debate na teoria se ambos os tipos de morfemas – raízes e morfemas funcionais - são destituídos de representação fonológica na Lista 1 e, conseqüentemente, durante a derivação sintática. A próxima seção trata mais detalhadamente dessa problemática.

²² *Subset Principle: The phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary Item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary Items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen* (HALLE 1997, p. 128).

²³ *Ordering: Vocabulary Items are ordered.*

The introduction of Ordering is required because Vocabulary Items compete with each other to apply to a morpheme; and ordering provides a way of determining the winner of such competitions (EMBICK, 2015, p.94).

3.3 INSERÇÃO TARDIA PARA QUEM?

Anderson (1992), em sua teoria a-morfa, propõe que afixos flexionais são resultado da aplicação de regras de formação de palavras sobre bases (HALLE & MARANTZ, 1993, p. 112). A MD, incorporando o *insight* do autor sobre “a natureza abstrata da flexão”, expande, inicialmente, essa noção para todos os elementos da Lista 1, raízes e itens funcionais, estabelecendo assim a noção de Inserção Tardia de material fonológico no modelo.

A assunção de Inserção Tardia tem reforço na medida em que se entende que informações que não são sintaticamente relevantes não são lidas pela sintaxe, logo não necessitam estar contidas no repositório que “alimenta” o espaço derivacional responsável pela concatenação hierárquica dos nós terminais, a sintaxe (MARANTZ, 1996). Podemos entender, dessa maneira, que a Inserção de Vocabulário e a atribuição de informação enciclopédica se configuram como instâncias de Inserção Tardia posto que nenhuma delas é requisitada pelo aparato computacional que organiza de forma hierárquica as informações sintaticamente relevantes. Depreende-se disso que, em MD, a inserção de informação nos nós terminais é feita serialmente, de maneira que o *output* de um domínio da gramática constitui o *input* do domínio posterior: o *output* da sintaxe é o *input* para a Inserção de Vocabulário.

Porém, ainda é tema de debate no modelo da MD se a Inserção Tardia de fonologia se estende a todos os nós terminais/morfemas. Essa discussão se dá a partir da ideia de que as raízes seriam destituídas de traços morfossintáticos, diferentemente dos morfemas funcionais. Uma vez que a Inserção de Vocabulário se dá a partir do pareamento de um (sub)conjunto de traços entre um dado nó e o conjunto de traços de um dado IV. As raízes, em seu turno, não seriam capazes de se parearem a IVs a partir da checagem de traços desse tipo.

Esse debate é central para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que a fonologia da raiz nos pares dos nominais supletivos é bastante diferente na realização do masculino e do feminino. Em linhas gerais, a problemática acerca da aplicação de Inserção Tardia de fonologia para raízes se dá, portanto, em dois níveis, esquematizados a partir das questões abaixo:

- (i) Raízes, por serem nós terminais, estão sujeitas à Inserção Tardia?
- (ii) Se sim, uma vez que o Princípio do Subconjunto se dá a partir do pareamento de traços (morfossintáticos) entre um nó terminal e um IV e, considerando que raízes são destituídas de traços morfossintáticos, por meio de qual mecanismo nós raiz passam pelo processo de Inserção de Vocabulário?

Essas duas questões têm levantado um acalorado debate em MD, gerando uma gama de diferentes propostas e argumentos para tratar dessa temática. Entre as propostas que circulam na literatura, podemos elencar três diferentes posições:

- (a) As propostas que defendem Inserção Tardia para raízes (MARANTZ, 1996, 1997; HAUGEN E SIDDIQI, 2013; HARLEY, 2014);
- (b) As propostas que defendem Inserção Precoce para as raízes, ou seja, que raízes entram na derivação sintática já com uma identidade fonológica (EMBICK, 2000,2015; EMBICK & HALLE, 2005; BORER 2009a; 2009b; 2013; 2014);
- (c) As propostas que defendem que raízes não são individualizadas na lista 1, sendo definidas puramente em termos de uma posição vazia, *placeholder*, na estrutura sintática (DE BELDER & VAN CRAENENBROECK, 2015).

Nas próximas subseções, veremos que a discussão sobre a natureza das raízes está intimamente atrelada ao fenômeno da supleção. Por isso, apresentaremos, em seguida, as linhas centrais que constituem cada uma das propostas acima mencionadas.

3.3.1 Raízes estão sujeitas à Inserção Tardia, mas não à supleção: Marantz (1996, 1997)

Posto que a sintaxe lida apenas com informação sintaticamente relevante, Marantz (1996, 1997), ainda nos primórdios da MD, aponta que é difícil argumentar que raízes sejam tratadas de maneira diferente dos morfemas funcionais pelo sistema computacional, já que, na visão do autor, morfemas raiz podem ter traços morfossintáticos abstratos como [\pm count], [\pm animate] (MARANTZ, 1996, p. 3,8,17; HARLEY, 2014, p. 4).

Os únicos traços relacionados com a raiz que são relevantes para a computação sintática, na concepção original de Marantz, são traços como [\pm count], [\pm animate], etc.

(HARLEY, 2014, p.4) (tradução nossa)²⁴

No entanto, para o autor, apesar de raízes estarem sujeitas à Inserção Tardia, tal qual os morfemas funcionais, elas não estão sujeitas à competição, sendo a atribuição de fonologia para esse tipo de nó terminal realizada através da livre escolha do falante.

²⁴ *The only root related features that are relevant to the syntactic computation, in Marantz's original conception, were features like [\pm count], [\pm animate], etc. (HARLEY, 2014, p.4).*

Uma consequência da livre escolha para inserção de fonologia nas raízes é que elas não podem estar sujeitas à supleção. Isso porque caso a supleção de raízes seja verdadeira, elas estariam sujeitas à competição na Inserção de Vocabulário, já que um mesmo morfema raiz supletivo teria mais de um expoente fonológico para representá-lo, tal como acontece com os itens funcionais supletivos. No entanto, os traços que compõem um nó raiz não são especificados o suficiente para delimitar o IV específico que deve ocupar um dado nó raiz. Assim, o IV de uma raiz supletiva acabaria por bloquear a entrada de outros IVs nos contextos em que esse IV de raiz supletiva pudesse ser inserido (MARANTZ, 1996, 1997). Nas palavras do próprio Marantz (1996):

Por exemplo, alguém pode propor que a MD exclui supleção de raiz para um Item de Vocabulário como *dog*, que compete com *cat* [...] para inserção em um nó. Se *dog*, por exemplo, tivesse um alomorfe plural supletivo, do tipo mostrado em (12), isto bloquearia a inserção de *cat* no ambiente de “plural”, excluindo *cats* (e todos os plurais regulares de nomes em competição com *dog*).

[...]

(12) [animado, contável, N] \leftrightarrow /hawnd/ no ambiente [+pl]

A base supletiva plural para *dog* bloquearia *cats*

(MARANTZ, 1996, p. 17) (tradução nossa)²⁵

Nesse sentido, para Marantz (1996, 1997), raízes não são individualizadas, mas integrantes de classes semânticas amplas de possíveis tipos de raízes - na linha das classificações feitas por Harley (1995) e Happaport Hovav & Levin, (1995) - que regulam os contextos de inserção das mesmas no ambiente sintático (MARANTZ, 1997, p. 216-217). Se é assim, fica, então, a cargo do falante retirar de seu repositório de raízes armazenadas na memória aquela que mais lhe convier nos contextos em que for necessária essa operação. O autor acaba por assumir, então, que tanto raízes, como morfemas funcionais estão sujeitos à Inserção Tardia, embora por mecanismos subjacentes distintos: nos casos dos morfemas funcionais, através da competição e aplicação do Princípio do Subconjunto; já no caso das raízes, através da livre escolha do próprio falante.

²⁵ For example, one might propose that DM rules out stem suppletion for a Vocabulary item like “dog” that competes with “cat” [...] for insertion in a node. If “dog,” for example, had a suppletive plural allomorph, of the sort shown in (12), this would block out the insertion of “cat” in the environment of “plural,” ruling out “cats” (and all regular plurals of nouns in competition with “dog”).

[...]

(12) [animate, count, N] \leftrightarrow /hawnd/ in env. [+pl]

suppletive plural stem for “dog” would block out “cats” (MARANTZ, 1996, p. 17).

O autor, no entanto, exclui a possibilidade de que a supleção ocorra no morfema raiz, restringindo tal possibilidade aos morfemas que estão sujeitos à competição, ou seja, aos morfemas funcionais.

Há na literatura, no entanto, uma gama de trabalhos que atestam a existência de supleção de raiz nas línguas naturais (VESELINOVA, 2006; HARLEY, 2014; BOBALJIK, 2012; MOSKAL, 2015), o que acaba por colocar um problema na atribuição de fonologia aos núcleos raiz via livre escolha do falante.

Outro ponto que vale a pena apontar na proposta do autor é a ideia de que raízes podem conter traços legíveis pela sintaxe. Uma vez que, na proposta de Marantz, raízes não são individualizadas antes do *Spell-Out*, mas somente no momento da inserção de vocabulário, e que sua configuração de traços está relacionada a traços universais fornecidos pela GU, levantamos a questão se esses traços não seriam melhor explicados em termos de diferentes conjuntos de traços que compõem os próprios núcleos categorizadores. Apesar de trabalhos como os de Harley & Noyer (2000) e Embick & Marantz (2008) tocarem nesse ponto, os autores não avançam a discussão a respeito da presença ou não de traços na raiz que sejam legíveis pela sintaxe.

Diferentemente da abordagem de Marantz (1996, 1997), no entanto, alguns autores têm argumentado em favor da necessidade de se individualizar as raízes. Nesse contexto, algumas propostas têm buscado individualizar as raízes por meio de sua identidade fonológica, rompendo, portanto, com a hipótese de Inserção Tardia para as raízes. Essa posição tem recebido o nome de Inserção Precoce de fonologia e está descrita na subseção abaixo.

3.3.2 Inserção Precoce

Na contramão da proposta de Marantz (1996, 1997), alguns autores têm argumentado que raízes são individualizadas, já na Lista 1, por meio de seu material fonológico. Pode-se apontar que os principais defensores dessa abordagem são Embick (2000, 2015), Embick & Halle (2005) e Borer (2009a,b; 2013; 2014)²⁶. As motivações para a individualização das raízes para esses autores são divergentes umas das outras, apesar de suas propostas convergirem em outros aspectos. Por essa razão optamos, nas subseções abaixo, por apresentar as linhas gerais de cada uma dessas propostas separadamente.

²⁶ É importante ressaltar que as reflexões de Borer (2009, 2013, 2014), embora em um viés sintático da formação de palavras, não estão inseridas no modelo da MD, mas no modelo Exo-Esqueletal proposto e desenvolvido pela própria autora.

3.3.2.1 Uma questão de visibilidade na sintaxe: Embick (2000)

Para Embick (2000, 2015) e Embick & Halle (2005) raízes entram na computação sintática já com seus expoentes fonológicos. Pode ocorrer que algumas raízes possuam traços diacríticos - como traços de classe e declinação - para satisfazer requerimentos específicos das línguas (EMBICK, 2000).

É a partir de uma análise das formas do perfeito no latim desenvolvida em Embick (2000) que o autor lança a hipótese de que raízes devem entrar na derivação sintática já com sua identidade fonológica. Ao defender a Inserção Precoce de fonologia para raízes, Embick acaba por contrariar uma parte do pressuposto conhecido como *Feature Disjointness*, que embasa fortemente a noção de Inserção Tardia dentro de MD.

Feature Disjointness

Traços que são fonológicos, ou puramente morfológicos, ou propriedades arbitrárias de itens de vocabulário não estão presentes na sintaxe; traços sintático-semânticos não são inseridos na morfologia (EMBICK, 2000, p.188) (tradução nossa)²⁷.

O próprio autor enfatiza que esse pressuposto reforça a noção de Inserção de Tardia para raízes, na medida em que estabelece uma divisão de trabalho entre traços que são relevantes para sintaxe e traços que são relevantes para a Morfologia. Contudo, os verbos depoentes do latim – (posto de forma superficial) verbos cuja forma fonológica é similar à de formas passivas, mas cujo comportamento sintático é ativo – colocam, segundo o autor, um problema para a noção de *Feature Disjointness*. Isso ocorre em razão da postulação, na proposta de Embick, de um traço [pass] que pode ocupar dois lugares distintos: o núcleo *v* ou a raiz, sendo, dessa maneira, um traço que é relevante tanto para operações sintáticas, quando associado o *v*, quanto para operações pós sintáticas, quando associado às raízes.

Em linhas gerais, para Embick (2000), quando esse traço aparece vinculado ao núcleo verbalizador *v*, a presença do traço [pass] na estrutura impede a entrada de um argumento externo, apresentando um verdadeiro comportamento de uma estrutura passiva. Por outro lado, quando esse traço estiver vinculado à posição da raiz, a entrada de um argumento externo é

²⁷ *Feature Disjointness*

Features that are phonological, or purely morphological, or arbitrary properties of vocabulary items, are not present in the syntax; syntacticosemantic features are not inserted in morphology (EMBICK, 2000, p.188).

possível, uma vez que a entrada desse elemento está vinculada ao conjunto de traços do *v*, não aos da raiz. As raízes que se associam ao traço [pass] são justamente aquelas dos verbos depoentes. Esse traço é responsável pela inserção do morfema de passiva que aparece nos depoentes, embora, diferentemente dos casos de passivas verdadeiras, tais verbos possam licenciar a entrada de um argumento externo.

A questão central é que, segundo Embick (2000), o traço [pass] na raiz precisa ser sintaticamente visível, uma vez que a presença dele interfere no licenciamento de um movimento sintático. Isso porque uma das consequências da presença do traço [pass] na estrutura é o bloqueio do movimento de T para Asp, quando em combinação com o traço aspectual de perfeito. Isso explica, segundo o autor, o fato de que as formas do perfeito do latim são analíticas e não sintéticas. Ainda, segundo Embick (2000), a consequência desse sistema é que as raízes – pelo menos dos verbos depoentes – precisam ser vistas pela sintaxe. Para que isso ocorra, no entanto, elas devem ter seu expoente fonológico já na Lista 1, daí a proposta de Inserção Precoce para as raízes, que, diferentemente, dos morfemas funcionais, deixam de estar sujeitas à Inserção Tardia de material fonológico.

A partir desse sistema, a visão de Embick (2000, 2010, 2015) e Embick & Halle (2005) passa a ser a de que as raízes são itens de classe aberta, desprovidas de traços sintático-semânticos, mas possivelmente especificadas com diacríticos de classe, e que contêm seu expoente fonológico já na Lista 1. Um exemplo dessa definição pode ser visto abaixo:

Raízes: fazem parte do vocabulário de classe aberta ou “lexical”. Elas incluem itens como \sqrt{CAT} , \sqrt{OX} ou \sqrt{SIT} . As raízes não contêm ou possuem traços sintático-semânticos; uma hipótese de trabalho é que no caso *default*, elas têm uma representação fonológica subjacente.

(EMBICK, 2015, p.7) (tradução nossa)²⁸

A questão que se coloca, contudo é que, além de romper com o *Feature Disjointness*, mesmo que esse traço [pass] necessite ser sintaticamente ativo, tal como proposto pelo autor, isso não necessariamente significa que a fonologia da raiz também precise estar visível. Assim, a postulação da Inserção Precoce perde força no sistema. Nesse mesmo sentido, não é claro que um traço sintaticamente ativo possa ocupar uma posição estrutural que contém uma raiz já que, na proposta do próprio autor, as raízes são desprovidas de traços dessa natureza.

²⁸ *Roots: These make up the open class or “lexical” vocabulary. They include items such as \sqrt{CAT} , \sqrt{OX} , or \sqrt{SIT} . Roots do not contain or possess synsem features; a working hypothesis is that in the default case, they have an underlying phonological representation.* (EMBICK, 2015, p.7).

Por fim, é importante notar que em Embick (2015) o próprio autor admite que, para os casos de supleção de raiz – se esse fenômeno existir – seria possível generalizar o funcionamento do processo de Inserção de Vocabulário também para as raízes.

Se for o caso que certas raízes mostrem de fato supleção, de uma maneira que requer que elas sejam representadas sem a fonologia subjacente, a teoria geral da Inserção de Vocabulário descrita neste livro pode ser estendida a elas diretamente.

(EMBICK, 2015, p.9) (tradução nossa)²⁹

Na próxima subseção, apresentamos a proposta de Borer (2009a, 2009b, 2013, 2014), que também constrói um sistema no qual a fonologia das raízes é definida precocemente, antes da derivação sintática.

3.3.2.2 *Uma questão de identidade: Borer (2009, 2013, 2014)*

A proposta de que as raízes são identificadas por informação de natureza fonológica também é assumida em Borer (2009, 2013, 2014) no âmbito do modelo Exoesqueletal. Mais especificamente, a autora sustenta sua hipótese a partir da argumentação de que é o índice fonológico, componente da raiz, o elemento responsável por manter a fidelidade entre diferentes realizações de uma mesma raiz.

Nós notamos que, pelo menos até agora, pouco tem sido dito para justificar a assunção de que raízes especificamente se concatenam com índices fonológicos e não estão sujeitas a alguma forma de Inserção Tardia. [...] O núcleo da discussão, eu sugiro, não são questões de inserção tardia ou precoce, mas ao invés, questões de fidelidade, em que fidelidade é ambas estrutural e fonológica. É para essas noções diversas de fidelidade que eu me volto, para solidificar o conceito de raízes como (índices) fonológicos.

(BORER, 2013, p. 389) (tradução nossa)³⁰

Além disso, na proposta da autora, o índice fonológico subjacente às raízes influencia no significado que as raízes receberão na Enciclopédia.

²⁹ *If it turns out to be the case that certain Roots do in fact show suppletion, in a way that requires them to be represented without phonology underlyingly, the general theory of Vocabulary Insertion that is outlined in this book could be extended to them straightforwardly.* (EMBICK, 2015, p.9).

³⁰ *We note that at least thus far, little has been said to justify the assumption that roots specifically merge as phonological indices, and are not subject to some form of late insertion. [...] . At the core of the discussion, I submit, are not questions of early or late, but rather questions of faithfulness, where faithfulness is both structural and phonological. It is to these diverse notions of faithfulness that I now turn, to solidify the concept of roots as phonological* (BORER, 2013, p. 389).

O Conteúdo é sensível à informação fonológica, incluindo, mas não exclusivamente, aquela associada às raízes. Especificamente, Conteúdo é um processo de correspondência de partes qualificadas do conhecimento conceitual em representações fonológicas qualificadas gramaticalmente (BORER, 2013, p. 418) (tradução nossa)³¹.

A informação fonológica das raízes, seria, dessa forma, uma espécie de âncora que garante a individualização das raízes como itens linguísticos.

Nesse mesmo sentido, Borer (2013) propõe que raízes são destituídas de categoria, informação semântica e informação gramatical. Assim, pensar em morfemas lexicais que estejam fora da noção de raízes como expoentes fonológicos é, segundo a autora, contraditório, visto que nenhum outro tipo de informação linguística está disponível.

Claramente, na medida em que / π thief/ e / π thieve/ são fonologicamente distintos, uma raiz que está implicada em dar origem a ambos não pode ser um deles. Ela poderia, no entanto, ser um índice fonológico, pelo qual nós significamos uma referência constante através de todas as ocorrências para um pacote específico de informações fonológicas, onde tanto o / π thief/ e / π thieve/ poderiam ser acessados sob as circunstâncias sintáticas relevantes, e onde princípios fonológicos a fidelidade garantiria algum limiar de relação fonológica, por mais definida que fosse.

[...]

As raízes, de fato, constituem referência a informações fonológicas específicas, cobrindo instanciações categóricas potencialmente múltiplas. Dada a natureza fonológica fundamental das raízes...

[...]

Especificamente, eu argumento que qualquer tentativa de se abstrair das propriedades fonológicas na busca de consistência sintática dentro da área da morfologia só pode ser realizada à custa de negar totalmente a existência do assunto sob investigação. Uma “morfologia” sem “morfo-fonologia” é, em outras palavras, um oxímoro

(BORER, 2013, p. 381) (tradução nossa)³²

³¹ *Content is sensitive to phonological information, including, but not exclusively, that associated with roots. Specifically, Content is a process of matching qualifying chunks of conceptual knowledge onto grammatically-qualifying phonological representations (BORER, 2013, p. 418).*

³² *Clearly, insofar as / π thief/ and / π thieve/ are phonologically distinct, a root which is implicated in giving rise to both can be neither one. It could, however, be a phonological index, by which mean a reference constant across all occurrences to a specific phonological information packet, where both / π thief/ and / π thieve/ could be accessed under the relevant syntactic circumstances, and where principles of phonological faithfulness would ensure some threshold of phonological relatedness, however defined.*

[...]

that roots do, indeed, constitute reference to specific phonological information, covering potentially multiple categorial instantiations. Given the fundamental phonological nature of roots ...

[...]

Specifically, I argue that any attempt to abstract away from phonological properties in the search for syntactic consistency within the area of morphology can only be accomplished at the cost of altogether

Mais especificamente em relação à supleção, Borer (2009, 2013, 2014) entende que tal fenômeno, apesar de relativamente comum no domínio funcional, é inexistente no domínio das raízes. Dessa maneira, a supleção de raiz parece ser incompatível com a noção de Inserção Precoce de fonologia nesse domínio. Assim, para a autora, em linha com a proposta de Marantz (1996), os aparentes casos de supleção de raízes são, de fato, instanciações de verbos leves que estão a caminho de se tornarem itens funcionais (BORER, 2013, p. 400).

3.3.3 Em favor de Inserção Tardia

Nesta subseção revisitamos alguns autores que se opõem à ideia de Inserção Precoce de fonologia e, por consequência, defendem um sistema no qual a supleção para raízes é um fenômeno possível nas línguas do mundo.

3.3.3.1 A fonologia não individualiza raízes: Harley (2014)

Entre as propostas que defendem a Inserção Tardia para raízes, Harley (2014) argumenta em favor da possibilidade de que raízes, como qualquer outro morfema, estão sujeitas à competição para inserção de vocabulário. A autora, em uma discussão a respeito da individualização das raízes, argumenta que raízes não podem ser individualizadas nem por seu significado, nem por sua fonologia.

Do ponto de vista do significado, as raízes, segundo Harley, têm seus significados definidos apenas contextualmente, ou seja, no ambiente sintático e na relação com os outros nós terminais. Portanto, raízes não podem ser individualizadas em decorrência de seu conteúdo semântico. Alguns exemplos que sustentam essa argumenção, segundo a autora, vêm de línguas semíticas, como as raízes triconsonantais do hebraico, em que o significado de uma formação é dado pelo padrão vocálico que se realiza junto a uma raiz consonantal: diferentes padrões vocálicos, resultam em diferentes significados para uma mesma raiz triconsonantal. Assim, não se pode individualizar as raízes por meio de sua identidade semântica (Cf. cap. 4).

Por outro lado, do ponto de vista da fonologia, em razão da existência de fenômenos como a supleção em línguas como o Hiaki, a autora propõe que as raízes não podem ser

denying the existence of the subject matter under inquiry. A “morphology” without “morpho-phonology” is, in other words, an oxymoron (BORER, 2013, p.381).

individualizadas por uma forma fonológica definida previamente ao *Spell-Out*, já que a realização superficial desse elemento pode ser muito distinta dentro de um mesmo paradigma.

(3) a. *mea* [“matar” como objeto singular]

b. *sua* [“matar” como objeto plural]

(HARLEY, 2014, p. 7)

Em (3), por exemplo, a mesma raiz se superficializa com duas formas radicalmente distintas, a depender do número do objeto, singular ou plural. Por essa razão, Harley entende que raízes são destituídas de traços fonológicos na Lista 1 e, portanto, estão sujeitas à Inserção Tardia.

Uma vez que as raízes não podem ser individualizadas via significado, nem via fonologia, a autora assume que elas devem ser individualizadas via índices numéricos, seguindo a proposta de Acquaviva (2008) e Pfau (2000, 2009). Esses índices seriam, então, os responsáveis por estabelecer uma relação entre um IV e uma raiz no momento de Inserção de Vocabulário. De forma semelhante à checagem e compatibilidade de traços para morfemas funcionais, o IV que tiver o índice numérico compatível com o de um determinado nó raiz, será aquele que fornecerá a expressão fonológica para a raiz em questão.

Especificamente para os casos em que a supleção de raiz ocorre, Harley (2014) propõe que um mesmo índice possa estar atrelado a mais de uma realização fonológica no mesmo IV. Já que a supleção é gramaticalmente condicionada, cada alomorfe supletivo é especificado com o traço gramatical relevante para sua inserção. Dessa maneira, a representação fonológica mais especificada para os traços gramaticais contidos no mesmo domínio em que uma dada raiz indexada será aquela que realizará esse núcleo fonologicamente.

Ao assumir uma identificação de raízes via índices, Harley (2014) consegue dar conta dos questionamentos levantados por Marantz (1996, 1997), no que se refere ao desenvolvimento de um aparato capaz de dar conta da competição entre raízes na Inserção de Vocabulário. É importante lembrar que o autor, apesar de assumir a Inserção Tardia para as raízes, acaba por assumir que a supleção não é possível. Isso porque raízes supletivas bloqueariam as regulares por serem mais especificadas para determinado contexto sintático. O índice nas raízes, por sua vez, garante que, no momento da Inserção de Vocabulário, isso não ocorra. Isso porque, uma vez que a supleção é desencadeada pela organização dos traços gramaticais contidos no domínio sintático em que essa raiz supletiva se encontra, entende-se que é a associação dos traços morfossintáticos vinculados a um índice específico que licencia a entrada de uma representação fonológica (supletiva) ou outra.

Nesse sentido, para Harley (2014) a supleção de raízes, além de possível, também é sistematizável, já que é entendida como um fenômeno desencadeado em decorrência da presença de traços localmente relacionados a uma raiz na estrutura sintática. Dessa maneira, a supleção pode deixar de ser entendida como um fenômeno aleatório e pode ser descrita em termos formais.

Assim, a supleção parece ser o fenômeno linguístico central para o debate acerca da natureza da raiz, especialmente no que diz respeito à relação entre tais elementos e o conteúdo fonológico. Cabe por fim notar que mesmo os autores que assumem inserção precoce de fonologia para as raízes assumem que, caso seja atestada supleção de raízes, tais elementos devem estar sujeitos à competição. O índice numérico possibilita regular essa competição, sem requerer, no entanto, que a raiz tenha uma forma subjacente pré-sintaticamente determinada, o que acaba por fornecer uma interessante sistematização para o fenômeno da supleção.

3.3.3.2 *Contra Embick (2000): Haugen e Siddiqi (2013)*

Haugen e Siddiqi (2013) também estabelecem uma argumentação em que a Inserção Tardia para raízes deve se manter da mesma forma que para itens funcionais. Para tanto, o ponto de partida dos autores é uma cuidadosa revisão crítica da proposta de Embick (2000), reconhecida pelos autores como a argumentação mais sólida na literatura em MD, até então, para defender a Inserção Precoce das raízes. A conclusão dos autores é, no entanto, que, nem mesmo no sistema de Embick (2000), a fonologia da raiz precisa ser definida precocemente.

Haugen e Siddiqi (2013) apresentam ainda uma interessante discussão teórica sobre a natureza da Lista 1, apontando que a Inserção Precoce da fonologia da raiz abandona a assunção de que os elementos dispostos nesse componente são um subconjunto de elementos disponibilizados pela Gramática Universal (GU), posto que cada língua está sujeita a regras de organização fonológica específicas que não são compartilhadas por todas as línguas do mundo.

É interessante ressaltar que um contra-argumento para a proposta de que raízes estão sujeitas à supleção pode ser que tal fenômeno não poderia ser adquirido pelos falantes. Aqueles que defendem esse contra-argumento podem se basear no Princípio da Exclusividade Mútua (MARKMAN et al, 2003), que relaciona, no processo de aquisição da linguagem, a informação fonológica à informação conceitual. Mais especificamente, para cada nova forma fonológica um novo significado seria a ela correlacionado. Por consequência, duas formas fonológicas distintas não poderiam se relacionar a uma única raiz. No entanto, Haugen e Siddiqi (2013) argumentam que a supleção pode sim ser aprendida, desde que sua frequência de uso leve a

isso. Posto que, invariavelmente, os falantes devem memorizar morfemas abstratos e os IVs de sua língua, nada impede que formas supletivas possam ser memorizadas.

Nessa linha de raciocínio, a proposta dos autores, similarmente a Harley (2014), é a de que a supleção de raízes é uma ocorrência empiricamente atestada e que por esse motivo os morfemas raiz devem ser entendidos como sujeitos à Inserção Tardia de fonologia. Uma maneira de se individualizar as raízes seriam índices numéricos.

3.3.3.3 Raízes não são lexicalmente individualizadas: de Belder e van Craenenbroeck (2015)

A proposta apresentada por de Belder e van Craenenbroeck (2015) é a de que raízes são uma consequência do primeiro *merge* de uma estrutura sintática. Nesse sentido, raízes não são exatamente um primitivo do sistema, mas uma posição específica na estrutura sintática.

Dessa maneira, para de Belder & van Craenenbroeck (2015) a operação do primeiro *merge* resulta em um *placeholder* que ocupa a posição mais baixa da estrutura sintática. Em outras palavras, trata-se de um “vazio” estrutural que, no momento da inserção de vocabulário, será preenchido por um IV. Na perspectiva das autoras, então, a Lista 1 não contém raízes, apenas itens funcionais. Em razão do *slot* mais baixo da estrutura sintática ser destituído de categoria e informação gramatical, como as raízes o são, o IV que preencher esse *slot* será entendido como uma raiz.

Dentro dos limites desta dissertação, ressaltamos que se trata de uma abordagem compatível com noção de Inserção Tardia, uma vez que as “raízes” vão ser inseridas somente após a derivação sintática, no momento de Inserção de Vocabulário. Vale chamar a atenção para o fato de que, o *slot* deixado pelo primeiro *merge* é destituído de qualquer informação, seja gramatical, semântica, ou mesmo um índice e, portanto, no momento de Inserção de Vocabulário, qualquer IV pode entrar nesse *slot*, passando a ser interpretado, em decorrência da sua posição sintática, como uma raiz. Outra consequência da proposta das autoras é que outros IVs funcionais podem ocupar nós terminais de raiz, mas o contrário não ocorre.

Do ponto de vista da supleção, no entanto, essa abordagem de raízes como o resultado de vazios estruturas não parece interessante, uma vez que, para mapear o fenômeno, é necessário se assumir alguma espécie de competição entre as raízes.

Diante das alternativas disponíveis na literatura para o tratamento das raízes, bem como levando em consideração as consequências que elas trazem para a análise da supleção, delineamos, na próxima seção, uma argumentação em defesa da visão de raízes como índices, tal como proposta em Acquaviva (2008), Pfau (2000, 2009) e Harley (2014).

3.4 RAÍZES COMO ÍNDICES: UMA ALTERNATIVA PARA A SUPLEÇÃO

A partir das discussões acima delineadas, nesta seção estabelecemos a visão de raiz que assumimos nesta dissertação no que diz respeito à relação entre a raiz e sua fonologia. Essa é a visão, portanto, que servirá como base para análise dos dados de supleção nominal de gênero no PB desenvolvida no capítulo 6. Em linhas gerais, argumentamos, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista empírico, em favor de três ideias principais:

- (i) raízes estão sujeitas a Inserção Tardia de fonologia;
- (ii) raízes estão sujeitas à competição no momento da Inserção de Vocabulário;
- (iii) raízes são individualizadas via índices numéricos (ACQUAVIVA 2008, PFAU 2000, 2009, HARLEY 2014).

Do ponto de vista teórico, propomos que assumir um sistema em que raízes estão sujeitas à Inserção Tardia de fonologia e ao Princípio do Subconjunto, tal como os itens funcionais, parece mais interessante no que se refere à coerência interna do modelo, uma vez que toda a representação fonológica passa a estar contida em uma única lista, o Vocabulário. Essa uniformidade é mais econômica do que se assumir que existem dois locais diferentes na arquitetura da gramática responsáveis por armazenar informação fonológica (a Lista 1 e o Vocabulário). Além disso, considerando que representações fonológicas não desencadeiam ou limitam qualquer operação sintática, nos parece um ônus desnecessário que esse tipo de informação esteja presente durante a derivação sintática propriamente dita. Dessa forma, assumir que morfemas raiz são destituídos de fonologia antes do *Spell-Out* torna a proposta de derivação das estruturas linguísticas mais elegante se considerarmos a organização da gramática do modelo em Y invertido assumido no modelo da MD: as listas pós sintáticas são associadas às interfaces interpretativas, especificamente as representações fonológicas são acessadas somente no caminho para interface articulatória.

Do ponto de vista empírico, também nos parece mais adequado assumir que raízes estão sujeitas à Inserção Tardia. Isso porque, como discutido no capítulo anterior, há dados translinguisticamente atestados (VESELINOVA, 2006; VAFAEIAN, 2010; BOBALJIK, 2012; HARLEY, 2014; MOSKAL, 2015) em que a supleção opera em itens de natureza propriamente lexical. Apesar de questões relacionadas à supleção, no desenrolar histórico da morfologia, terem sido pouco explorados em função de sua natureza ser considerada excepcional, alguns

autores vêm propondo que a supleção, além de não estar restrita ao domínio funcional, pode também ser formalizada através de domínios sintáticos de localidade. Bobaljik (2012), Harley (2014), Arregi e Nevins (2014), Moskal (2015), Harley e Bobaljik (2017), por exemplo, têm sugerido que a supleção é desencadeada em função do ambiente sintático em que o item supletivo está contido. A supleção, então, como uma ocorrência solidamente atestada para itens funcionais e lexicais, tem servido como uma das principais evidências empíricas em favor da Inserção Tardia de fonologia, permitindo um avanço na hipótese separacionista, especialmente com relação à independência da sintaxe.

No entanto, para que as raízes possam estar sujeitas à atuação do Princípio do Subconjunto, que será responsável por determinar quais das formas supletivas deverá se superficializar em cada contexto sintático relevante, deve-se assumir que as mesmas precisam ser individualizadas desde a Lista 1. Para tanto, as opções disponíveis na literatura são as seguintes:

- (i) A raiz é individualizada por uma fonologia subjacente (EMBICK 2000, 2010, 2015; EMBICK & HALLE 2005);
- (ii) A raiz é individualizada por um índice fonológico (BORER 2009, 2013, 2014);
- (iii) A raiz é individualizada por um índice abstrato (ACQUAVIVA 2008, PFAU 2000, 2009, HAUGEN & SIDDIQI, 2013; HARLEY 2014).

Dentro do escopo deste trabalho, as propostas em (i) e (ii) se mostram insuficientes para dar conta da supleção, uma vez que nos obrigam a assumir, como perspectiva de análise, que a supleção de raiz não existe e que, portanto, estaríamos diante de raízes diferentes, o que, conforme apontamos no capítulo anterior, não é uma perspectiva viável. Dessa maneira, assumimos, neste trabalho, que a individualização das raízes deve acontecer via índice numérico, tal como sugerido em Acquaviva (2008), Pfau (2000, 2009) e Harley (2014).

É importante notar que, mesmo Embick (2015), um dos pioneiros na proposta de Inserção Precoce para raízes, assume a necessidade de índices na Lista 1 para dar conta de raízes homófonas.

No caso da Raiz $\sqrt{\text{CAT}}$, é dado como certo que a representação subjacente fonológica é suficiente para identificar exclusivamente a Raiz. No entanto, apenas representações fonológicas não são capazes de fazer isso para todas as raízes de uma língua. [...] é necessária uma modificação para distinguir as raízes homófonas. Isso pode ser realizado com índices. [...] Os índices são escolhidos arbitrariamente; tudo o que é necessário é uma maneira mínima de

distinguir duas raízes uma da outra, uma vez que a fonologia não é capaz de desempenhar essa função

(EMBICK, 2015, p.41-42) (tradução nossa)³³.

O sistema proposto em Embick (2015) concebe uma noção de raiz como um item linguístico que contém em si, já na Lista 1, uma série de especificações que não são requisitadas pela sintaxe, o que vai contra uma das mais proeminentes propostas em MD: a de que informações que não são sintaticamente relevantes são inseridas nos nós terminais apenas após o *Spell-Out*. A proposta de que raízes são constituídas na Lista 1 por um índice que as individualiza durante a derivação nos parece mais vantajosa que a proposta de Embick (2015), teórica e empiricamente, uma vez que na proposta desse autor as raízes são constituídas de uma representação fonológica subjacente na Lista 1, traços diacríticos, e também índices. Dessa maneira, um sistema que assume somente índices nos parece mais econômico que um sistema que assume que as raízes já contêm em si uma representação fonológica previamente ao *Spell-Out*.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo vimos que a noção de supleção e Inserção Tardia são fortemente vinculadas e que, dessa maneira, assumir uma posição acerca de um desses temas implica em assunções acerca do outro. A partir de uma discussão da literatura, em que apontamos as alternativas disponíveis nas abordagens separacionistas, para se compreender as relações entre a raiz e sua expressão fonológica, apontamos que assumir que raízes são inseridas precocemente não parece trazer vantagens teóricas do ponto de vista da coerência do sistema, nem empíricas, uma vez que impossibilita o tratamento da supleção, ocorrência essa que tem sido amplamente atestada tanto em morfemas funcionais como em morfemas raiz. Por outro lado, a proposta de índices como elementos individualizadores das raízes, dentre as alternativas disponíveis, configura-se como um caminho de análise interessante, na medida em que uniformiza morfemas funcionais e morfemas raiz como objetos sujeitos à Inserção Tardia e à competição,

³³ *In the case of the Root \sqrt{CAT} it is taken for granted that the phonological underlying representation suffices to uniquely identify the Root. However, phonological representations alone are not able to do this for all Roots in a language. As noted in chapter 1, a modification to (12) is required in order to distinguish homophonous Roots from one another. This can be accomplished with indices. [...] The indices are chosen arbitrarily; all that is needed is a minimal way of distinguishing these two Roots from each other, since the phonology is not able to perform this function* (EMBICK, 2015, p.41-42).

preservando uma arquitetura mais homogênea, ao mesmo tempo em que prevê a possibilidade de ocorrência da supleção nos dois tipos de morfemas.

Em resumo, neste capítulo assumimos que raízes estão sujeitas à Inserção Tardia e que elas são individualizadas via um índice numérico. Uma consequência de se assumir que morfemas raiz são individualizados via índice numérico é que esses morfemas, como os morfemas funcionais, estão sujeitos à Inserção de Vocabulário. É exatamente a possibilidade de raízes estarem sujeitas à Inserção de Vocabulário via competição que permite que casos de supleção de raiz possam ser explicados pelo aparato da MD.

CONTRA CONTEÚDO SEMÂNTICO NAS RAÍZES: CATEGORIZAÇÃO E CONSULTA ENCICLOPÉDICA

4.1 INTRODUÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, dentre as possíveis informações que seriam capazes de individualizar a raiz na Lista 1 está, por exemplo, a identidade fonológica. Assumir, no entanto, que raízes apresentam conteúdo fonológico na Lista 1 traz algumas consequências indesejáveis ao sistema. No debate a respeito da natureza das raízes encontra-se também propostas que as agrupam com base em uma espécie de conteúdo conceitual mínimo (ARAD, 2003, 2005; MINUSSI & BASSANI, 2017). Esse conteúdo, no entanto, não ajuda o sistema que estamos construindo a licenciar a supleção, uma vez que ele faz agrupamentos de raízes em categorias conceituais, mas não propriamente as individualiza. De qualquer maneira, uma vez que a noção de raiz é central no desenvolvimento desta dissertação, concentramo-nos neste capítulo em debater propostas disponíveis na literatura que se contrapõem umas às outras no que diz respeito à natureza conceitual da raiz, se especificada na Lista 1 ou somente pós-sintaticamente. Para tanto, colocamos tal discussão no centro deste capítulo a partir de duas correntes principais:

- (i) Propostas que assumem que as estruturas sintáticas recebem informação conceitual somente no momento de consulta enciclopédica, ou seja, morfemas raiz entram na derivação sintática sem nenhum tipo de informação conceitual (HARLEY & NOYER, 2000; ACQUAVIVA, 2009, 2014; HARLEY, 2014).
- (ii) Propostas que assumem a presença de um conteúdo conceitual mínimo para os morfemas raiz já na Lista 1 e que essa informação conceitual mínima tem influência no conteúdo enciclopédico atribuído à estrutura sintática em que essa raiz está contida (ARAD, 2003, 2005; MINUSSI & BASSANI, 2017);

Com base na discussão das propostas acima, argumentamos, neste capítulo, em favor da primeira abordagem partindo de dois pontos principais. O primeiro deles é que assumir um conteúdo conceitual, mesmo que mínimo, para as raízes na Lista 1 vai contrariar uma das mais

proeminentes propostas sobre a organização da gramática em MD: informação que não é sintaticamente relevante é inserida na estrutura sintática somente após o *Spell-Out* dessa estrutura. O segundo ponto importante é que, uma vez que o modelo da MD necessita de consulta ao componente enciclopédico, mesmo que se assuma um conteúdo conceitual pré sintático para as raízes, entendemos que é mais econômico, do ponto de vista do sistema derivacional, que toda a informação conceitual seja armazenada nesse componente. Ao invés de estar distribuída em dois locais da arquitetura da gramática: a Lista 1 e a Enciclopédia

Para chegarmos a essa argumentação, este capítulo está dividido como segue: na seção 4.2 discutimos brevemente como a hipótese de categorização pode gerar dados que não são empiricamente atestados. A partir daí, discutimos duas possíveis soluções para essa questão, baseadas exatamente nas correntes (i) e (ii) acima; na seção 4.3, por sua vez, desenvolvemos uma argumentação em que raízes são desprovidas de qualquer tipo de informação conceitual na Lista 1; por fim, a seção 4.4 encerra o capítulo com as considerações finais.

4.2 A HIPÓTESE DE CATEGORIZAÇÃO: O PROBLEMA DA SOBREGERAÇÃO

As correntes lexicalistas (ARONOFF, 1976; LIEBER, 1980, 1992; BASÍLIO, 1980, 2004, entre outros), de maneira geral, assumem que os itens linguísticos vêm codificados com uma série de informações do léxico, entre elas a própria categoria gramatical, o que define *a priori* os contextos de inserção de uma determinada palavra em um ambiente sintático adequado. Por outro lado, as abordagens sintáticas para formação de palavras (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; BORER, 2005, 2009, 2014 e trabalhos subsequentes), estabelecem-se como ponto de oposição às abordagens lexicalistas também no que diz respeito à noção de categoria. Dessa maneira, a categoria das palavras passa não mais a ser vista como uma informação lexicalmente codificada, mas sim como o resultado da interação entre a raiz e o ambiente sintático de que ela faz parte na derivação de uma estrutura complexa.

Especificamente na MD, a ideia de que raízes só recebem uma categoria lexical na sintaxe é compreendida como uma consequência da relação sintática das raízes com núcleos funcionais especializados, conhecidos como núcleos categorizadores (*n*, *v*, *a*, por exemplo, responsáveis por formar nomes, verbos e adjetivos, respectivamente), tal como se pode ver na citação abaixo:

Assunção de Categorização

Raízes não podem aparecer (não podem ser pronunciadas ou interpretadas) sem serem categorizadas; elas são categorizadas por se concatenarem sintaticamente com núcleos funcionais definidores de categoria. Se todos os núcleos definidores de categoria são núcleos de fase no sentido de Chomsky (2001) – ou seja, se eles são núcleos que desencadeiam o Spell-Out – a assunção de categorização deve seguir da arquitetura geral da gramática (ver Marantz, 2007) (EMBICK & MARANTZ, 2008, p. 6) (tradução nossa)³⁴

Nesse modelo, então, as raízes são elementos desprovidos de categoria lexical e passam a receber um rótulo categorial apenas quando inseridas em um contexto sintático em que algum núcleo categorizador está presente. O argumento que sustenta a acategorialidade das raízes é, na verdade, empírico, uma vez que não são incomuns os casos em que uma mesma raiz se superficializa em diferentes posições sintáticas, tal como ilustrado pelo exemplo abaixo:

- (4) Evidência empírica de que raízes podem aparecer em mais de um contexto categorial
- a. √CERT-: acertar (verbo), certeza (nome), certo (adjetivo)
 - b. √GOST-: gostar (verbo), gosto (nome), gostoso (adjetivo)

Além de adequada do ponto de vista empírico, a hipótese de que raízes são categorizadas por núcleos funcionais específicos, também tem suscitado consequências interessantes do ponto de vista teórico:

- (i) A noção de categorizadores como núcleos de fase tem sido utilizada para designar, por exemplo, limites de localidade relevantes para o licenciamento da interpretação não composicional, sob a ideia de que somente elementos contidos dentro de uma mesma fase poderiam “negociar” o significado entre si (MARANTZ, 2001; ARAD, 2003).
- (ii) A noção de categorizadores como núcleos de fases tem sido utilizada também para delimitar os contextos de interação alomórfica entre elementos que compõem uma mesma estrutura, permitindo explicar interações

³⁴ *Categorization assumption*

Roots cannot appear (cannot be pronounced or interpreted) without being *categorized*; they are categorized by merging syntactically with category-defining functional heads. If all category-defining heads are phase heads in Chomsky’s (2001) sense—that is, if they are heads that initiate spell-out—the categorization assumption would follow from the general architecture of the grammar (see Marantz, 2007) (EMBICK & MARANTZ, 2008, p. 6).

morfofonológicas que ora são licenciadas, ora são bloqueadas a depender da presença desses núcleos categorizados. (EMBICK, 2010).

Embora empiricamente adequada e teoricamente interessante, a hipótese de categorização acaba tendo como consequência lógica a possibilidade de que qualquer raiz se concatene a qualquer núcleo categorizador, podendo, portanto, realizar-se em diferentes ambientes sintáticos. Essa possibilidade, no entanto, não é empiricamente comprovada, uma vez que nem todas as raízes podem aparecer em todos os contextos categoriais, o que acaba por construir um sistema teórico que sobregera dados (MARANTZ, 2013). Consideremos o exemplo abaixo:

(5) Contextos em que a acategorialidade das raízes parece sobregerar dados

- a. Comprei boas **batatas** no mês passado. ($\sqrt{\text{BATAT}}$ - em contexto nominal)
- b. **?batatei** todo o terreno depois da chuva de ontem. ($\sqrt{\text{BATAT}}$ - em contexto verbal)
- c. **?A menina batata** abriu a porta. ($\sqrt{\text{BATAT}}$ - em contexto adjetival)

Podemos notar em (5) que a raiz $\sqrt{\text{BATAT}}$ - parece se restringir apenas a contextos nominais, ao se comparar o contraste entre a sentença (5a) e os exemplos (5b) e (5c) em que as formações são, no mínimo, não usuais.

Considerando que a hipótese de que a categorização das raízes é um fenômeno sintático e que, portanto, elas entram na derivação sintática sem uma categoria definida, vemo-nos diante de dois cenários que, a princípio, podem parecer contraditórios. O primeiro cenário, como vimos em (4) acima, é que uma mesma raiz pode se associar a diferentes categorias lexicais. A proposta de raízes acategoriais resolve, então, a sobregeração de raízes homófonas se tivéssemos que assumir que uma única raiz pode ser associada exclusivamente a uma mesma categoria lexical, considerando dados como os apresentados em (4) (ACQUAVIVA, 2008). O segundo cenário é que, mesmo que seja possível que uma mesma raiz acategorial seja concatenada a diferentes núcleos definidores de categoria, a empiria nos mostra que essa associação, entre raízes e núcleos definidores de categoria, é limitada, como apontam os dados apresentados em (5) acima.

Tendo em vista que a assunção de uma natureza acategorial para as raízes que é estruturalmente categorizada, ou seja, no componente sintático, apresenta benefícios, mas também algumas problemáticas, passemos à próxima subseção em que apresentamos duas soluções possíveis para lidar com a questão da sobregeração de dados que acompanha a hipótese de raízes acategoriais, tal como esquematizado abaixo:

- (i) a assunção de um conteúdo semântico mínimo nas raízes, que poderia servir como uma espécie de licenciador da relação entre determinadas raízes e determinados núcleos categorizadores (ARAD, 2003, 2005; MINUSSI & BASSANI, 2017);
- (ii) a assunção de que os IVs que realizam nós raiz estão sujeitos a condições de licenciamento. Nos contextos em que as condições de licenciamento são incompatíveis com o ambiente sintático a inserção de vocabulário não ocorre; nos contextos em que as condições de licenciamento dos IVs raízes são compatíveis com o ambiente sintático a estranheza de algumas raízes em alguns contextos categoriais está, de fato, vinculada a uma ausência de conteúdo enciclopédico (HARLEY & NOYER, 2000).

No embate entre essas duas linhas de raciocínio, propomos que a segunda seja mais adequada da que a primeira em razão de evidências do hebraico de que uma mesma raiz pode apresentar diferentes significados que não são relacionados entre si, o que vai contra a proposta de um significado conceitual mínimo nas raízes. Enquanto que a proposta de condições de licenciamento para os IVs opera sobre as informações contextuais do domínio sintático em que o nó alvo de um determinado IV está inserido, o que nos parece mais interessante do ponto de vista derivacional e favorece uma organização mais homogênea da arquitetura da gramática se considerarmos que a proposta em (i) aloca informação conceitual em dois repositórios, a Lista 1 e Enciclopédia, enquanto que na proposta de (ii) todas as informações conceituais são alocadas somente no componente Enciclopédico.

4.2.1 Conteúdo conceitual nas raízes

Harley (2014), em seu trabalho seminal sobre a natureza das raízes, argumenta de forma contrária à possibilidade de haver algum tipo de conteúdo conceitual nelas previamente ao *Spell-Out*. A autora se utiliza de dados do hebraico (ARONOFF, 2007) e dados de bases presas do inglês (ARONOFF, 1976) para argumentar que as raízes não podem ser individualizadas na sintaxe em decorrência de um conteúdo enciclopédico que seria subjacente a elas. Na perspectiva da autora, as raízes não podem ser individualizadas por meio de um conteúdo conceitual, pois a análise dos dados apresentados - raízes triconsonantais do hebraico e bases presas do inglês - não apresenta um conteúdo semântico intrínseco às raízes, mas, ao contrário, tem seu conteúdo semântico definido pelo contexto sintático em que essas raízes aparecem

(HARLEY, 2014, p.11-14). Com relação aos dados do hebraico Harley apresenta os seguintes dados:

(6) Adaptação dos dados do hebraico apresentados em Harley (2014, p.11-12):

Raiz - kb] (<i>'press'</i>)	Significado Sincrônico
Nomes	
keve]	passadiço, passo, grau, fruta em conserva
kvi]	estrada pavimentada, rodovia
kvi]a	Compressão
kiv]na	fornalha, forno
maxbe]	imprensa, estrada, rolo
mixba]a	decapagem, loja
Verbos	
kava]	conquistar, subjugar, pressionar, pavimentar, decapar, preservar, armazenar, ocultar
kibe]	conquistar, subjugar, pressionar, pavimentar, decapar, preservar
hixbi]	Subjugar
Adjetivos	
kavu]	subjugado, conquistado, preservado, pressionado, pavimentado
kvu]im	conservado, preservado
mexuba]	pressionado, completo

Dos exemplos acima vê-se que a mesma raiz, kb], apresenta uma ampla gama de significados. Desses significados pode-se apontar, na linha da argumentação de Harley (2014), que não é possível identificar um padrão na distribuição dos significados das diferentes formações. Para Harley, essa ampla polissemia é uma evidência de que raízes recebem significado apenas estruturalmente, não tendo um conceito vinculado a elas previamente à derivação. As interpretações conceituais das formações em que a raiz kb] aparece são, dessa forma, atribuídas tardiamente. Na proposta dela essa hipótese se estende a todas as raízes.

Na defesa de que raízes não contêm conteúdo conceitual na Lista 1 e, portanto, não podem ser individualizadas em função dessa informação, Harley (2014) apresenta o funcionamento de bases presas do inglês que têm seu significado definido apenas na relação entre a raiz e os núcleos funcionais do ambiente sintático. Dessa maneira, bases presas como -*ceive*, -*here*, -*port*, -*pose*, por exemplo, também servem como evidência de que as raízes são desprovidas de conteúdo conceitual. A autora defende seu argumento apontando que as

formações derivadas de uma base presa, como *-ceive* (*deceive, receive, conceive, perceive*) não apresentam significado semelhante, ao contrário, são semanticamente distintas uma das outras. Por outro lado, apesar desse *mismatch* semântico, essas formações parecem advir da mesma raiz, em razão de apresentarem uma mesma identidade formal, como a mesma identidade fonológica e mesma a seleção de sufixos, por exemplo (HARLEY, 2014, p.13).

Minussi e Bassani (2017), contrariamente à proposta e aos argumentos de Harley (2014), argumentam em favor do conteúdo semântico das raízes já na Lista 1. Os autores buscam fazer uma separação entre o conteúdo semântico, que classifica as raízes com base nas noções de evento, mudança de estado (externa ou internamente causada) e entidade³⁵ (MARANTZ, 1997; LEVIN & HAPPAPOORT HOVAV, 1995; HARLEY, 1995) e o conteúdo semântico conceitual, que estaria presente nas formas derivadas de uma mesma raiz (MINUSSI & BASSANI, 2017, p.156-157). Nesse sentido haveriam diferentes informações “semânticas” vinculada às raízes. Uma dessas semânticas se refere a classificações mais amplas que remetem à “operacionalidade” dessas raízes na sintaxe em um sentido próximo ao “exercício” sintático que verbos e nomes exercem. Essa “semântica sintática” deve ser entendida diferentemente da semântica conceitual a qual os autores defendem que as raízes contêm. Essa semântica conceitual se refere a uma semântica que remete a conceitos fora do domínio estritamente gramatical.

Os autores salientam, no entanto, que o conteúdo conceitual que está contido nas raízes não se refere, necessariamente, ao significado de uma palavra. Isso porque, na visão deles, o significado de uma palavra é definido no contexto sintático em que uma raiz é inserida, o conteúdo conceitual das raízes individualmente já estaria, por outro lado, determinado na Lista 1. Essa informação conceitual que as raízes contêm já na Lista 1 seria o que permite que, mesmo diante de diferentes derivações, seja possível identificar uma semântica comum/nuclear que subjaz a diferentes palavras que advém de uma mesma raiz. O conteúdo conceitual que Minussi e Bassani (2017) defendem é, dessa forma, bem similar ao que Arad (2005) denomina como MCM³⁶ (Múltiplos Significados Contextualizados).

Os argumentos apresentados pelos autores em defesa da presença de uma semântica conceitual mínima nas raízes anteriormente ao *Spell-Out* tem como ponto de partida o

³⁵ Uma hipótese que esta dissertação coloca é que a informação semântica que classifica as raízes na linha das propostas de Happaport Hovav e Levin (1995) e Harley (1995) podem ser entendidas, atualmente, como sabores dos núcleos categorizadores. Hipotetizamos, nesse sentido, que o traço [entidade] seria uma informação contida no *n*, enquanto que os traços [evento], [mudança de estado] podem ser entendidos como parte dos diferentes sabores de *v*.

³⁶ *Multiple Contextualized Meaning*

questionamento dos dados do hebraico apresentados por Harley (2014) e reproduzidos em (9) acima. Em uma análise da raiz triconsonantal \sqrt{kbf} , Minussi e Bassani (2017) argumentam que, considerando os processos de formação de palavras do hebraico, não é possível identificar quais formas, das apresentadas por Harley, são - ou não - de fato advindas da mesma raiz \sqrt{kbf} .

- (7) a. *kvi]* ‘estrada pavimentada’
 b. *kvi]a* ‘compressão’
 c. *kava]* ‘ocupado’
 d. *mexuba]* ‘pressionado’

(MINUSSI & BASSANI, 2017, p. 161)

Para defender essa proposta os autores argumentam que os processos de formação de palavras no hebraico não estão restritos a raízes triconsonantais que se associam a distintos padrões vocálicos. Ao contrário, há evidências, apresentadas em Pham (2011), de *blends*, em que duas palavras ‘flexionadas’ se concatenam para gerar uma nova formação no hebraico.

O padrão básico de formação de palavras no hebraico é aquele em que raízes consonantais, como \sqrt{kbf} , têm sua categoria e significado definidos nos contextos de inserção de diferentes padrões vocálicos em *templates* que delimitam qual a categoria lexical aquela raiz terá, ou seja, raízes triconsonantais são categorizadas e tem seu significado definidos na associação com diferentes contextos morfossintáticos, estes padrões morfossintáticos são superficializados por diferentes padrões vocálicos. Contudo, esse não se configura como o único processo de formação de palavras do hebraico. Baseados no trabalho de Pham (2011), Minussi & Bassani argumentam que a existência de *blends* nessa língua serve como evidência da existência de distintos processos de formação de palavras no hebraico. Os *blends* seriam um desses processos distintos. Diferentemente das raízes, os *blends* são formados pela junção de duas palavras flexionadas, pois Pham (2011) argumenta que, se por um lado, o que de fato houvesse fosse a junção de duas raízes consonantais, o padrão consonantal derivado dessa junção de raízes teria que ser exclusivo para essa nova formação, devido à especificidade dessa nova formação consonantal derivada da junção de duas raízes. Além disso, outra evidência de que os *blends* analisados por Pham (2011) são efetivamente provenientes de duas palavras advém do fato de que o padrão vocálico das nominalizações de possíveis *blends* formados a partir da combinação de duas raízes geraria padrões que são impossíveis no hebraico (MINUSSI & BASSANI, 2017, p.161-164). A argumentação de Minussi e Bassani (2017) na defesa de que distintos processos de formação de palavras coexistem no hebraico serve como contra-argumento para a proposta de Harley de que os dados apresentados em (6) acima advém da

mesma raiz. Para os autores pode ser o caso que tais dados não sejam vinculados à mesma raiz, o que seria um problema para a proposição de Harley (2014), pois sua proposta de que as raízes são destituídas de conteúdo semântico na Lista 1 pode ser enfraquecida.

Na sequência da defesa em favor de um conteúdo conceitual para as raízes, Minussi e Bassani (2017) dão continuidade aos questionamentos à proposta de Harley apresentando uma crítica às assunções que a autora faz sobre as bases presas do inglês. Os autores apresentam argumentos que desfavorecem o proposto por Harley ao questionarem:

- (i) se as formações derivadas de bases presas realmente não possuem algum significado nuclear que seja compartilhado entre elas e;
- (ii) em que medida algumas formações sofreram, de fato, uma reanálise, passando a se configurar como formações advindas de uma nova raiz, ao invés de formações advindas de uma base presa.

Os autores questionam o primeiro ponto, analisando formações do português derivadas da raiz $\sqrt{-tra-}$:

- (8) a. **atrair**
- b. **contrair**
- c. **retrair**
- d. **extrair**
- e. **subtrair**

(MINUSSI & BASSANI, 2017, p.169)

Com base nos dados em (8), Minussi e Bassani (2017) argumentam que, apesar de não haver uma identidade semântica forte entre essas formações, pode-se extrair uma semântica de movimento delas. Esse conceito de movimento estaria, na proposta dos autores, alojado no interior da raiz $\sqrt{-tra-}$ e, portanto, seria compartilhado pelas formações derivadas dessa raiz.

No que se refere à possibilidade de reanálise, os autores apresentam dados da raiz $\sqrt{gre(d)}$ do português:

- (9) a) **agre(d)ir**
- b) **progre(d)ir**
- c) **regre(d)ir**
- d) **transgre(d)ir**

(MINUSSI & BASSANI, 2017, p.166) (grifos nossos)

Para os autores, a formação (9a), por exemplo, passou por um processo de reanálise em que o prefixo teve sua identidade semântica apagada pela junção à raiz, tendo como nova raiz $\sqrt{\text{agre}(d)}$, ao invés de uma raiz $\sqrt{\text{-gre}(d)}$ como nos outros casos de (9).

Em resumo, Minussi e Bassani (2017) argumentam em favor de um conteúdo conceitual para as raízes que, aliado às classificações das raízes em termos de denotação de eventos, atividades ou entidades, restringe os contextos morfossintáticos em que uma raiz pode, ou não aparecer. Evitando dessa forma, a sobregeração de dados como os apontados em (5). Esse conteúdo semântico se evidenciaria nas ocorrências em que diferentes palavras advindas de uma mesma raiz apresentam uma identidade conceitual comum, essa identidade conceitual seria, na proposta deles, vinculada à raiz em questão previamente à derivação sintática.

4.2.2 Busca Enciclopédica

Em MD é assumido que a arquitetura da gramática contém uma lista pós-sintática que abriga as informações conceituais extralinguísticas, a Enciclopédia. Em outras palavras, a Enciclopédia pode ser entendida como um componente da gramática que relaciona as estruturas geradas pela sintaxe e o conhecimento de mundo do falante³⁷. O tipo de semântica contida na Enciclopédia é aquela que não pode ser derivada exclusivamente da composição da estrutura sintática e, justamente por isso, precisa ser listada. No entanto, é importante ressaltar que as buscas enciclopédicas dependem da hierarquia gerada pela sintaxe. Nesse sentido, a Lista 3 opera como um repositório de informações idiomáticas que fornece a interpretação conceitual correspondente às estruturas advindas do componente sintático (raízes + informação gramatical).

Considerando o papel da Enciclopédia no modelo da MD, Harley e Noyer (2000) revisitam o trabalho de Chomsky (1970) sobre as nominalizações do inglês e argumentam em favor de uma proposta que separa as formações agramaticais daquelas que são pragmaticamente anômalas. Consideremos os exemplos abaixo:

³⁷ É importante dizer que a informação conceitual atribuída às “estruturas sintáticas” se dá por meio de estruturas que contêm em si sua representação fonológica, uma vez que essas estruturas advêm do ramo de PF. Porém, uma questão em aberto é se as estruturas sintáticas advindas de LF também estão sujeitas a consulta enciclopédica, estruturas essas destituídas de informação fonológica. Se ou não, estão sujeitas e como as estruturas advindas de PF e LF se relacionam ainda é tema de debate no que se refere à atribuição de informação enciclopédica às estruturas sintáticas.

- (10) a. *O vermelho abaixo não cinco almoços³⁸
 b. ?A Cris pensou o livro para Marta

Os autores argumentam que em sentenças como (10a) o que há, de fato, é um caso de agramaticalidade. Isso porque não há uma organização estrutural adequada entre os elementos linguísticos que compõem a sentença, *o vermelho abaixo*, por exemplo, não se comporta como um sujeito e, desse mesmo modo, *cinco* não se comporta como um verbo. Para os autores, esse tipo de sentença se configura como agramatical na medida em que parece haver certos tipos de restrição na organização sintática dos constituintes que tornam as formações como (10a) agramaticais. Essas restrições se referem às condições de licenciamento a que os IVs são condicionados. Nesse sentido um IV é condicionado e entrar em certos ambientes sintáticos, enquanto em outros não. Melhor dizendo, uma condição de licenciamento representa “o espaço sintático” em que um IV é permitido ser inserido, ou não. Assumamos por hipótese, para mera exemplificação, que IVs como */cinco/* ou */mesa/* têm uma condição de licenciamento que possivelmente permite que eles (os IVs) possam entrar em uma posição de raiz (um I-nó) contida em um ambiente sintático com traços tradicionalmente atribuídos ao domínio nominal. Assim nos contextos sintáticos em que houverem traços como [contável], [plural], [singular], [definido], [indefinido], etc. a entrada dos IVs */cinco/* ou */mesa/* será licenciada. Esse licenciamento se dá a partir da “sondagem” que o IV faz no ambiente sintático em que ele será inserido. Por outro lado, em um ambiente sintático que contenha os traços [causa], [agente], [mudança de estado], etc. a entrada desses IVs vai ser barrada, pois a condição de licenciamento deles os impede de “entrar” em ambientes sintáticos que não contenham os traços que as suas Condições de Licenciamento “permitem”. É por essa razão que o exemplo em (10a) é agramatical e mais dificilmente interpretado que (10b). As condições de licenciamento dos IVs em (10a) impedem que eles possam ser interpretados em ambientes sintáticos que são “estranhos” a eles.

Por outro lado, formações como as de (10b) não são interpretadas como agramaticais, mas sim como pragmaticamente anômalas. Isso porque a estranheza gerada pela leitura dessa estrutura é motivada pela ausência de uma informação enciclopédica que possa corresponder a ela e não por uma incompatibilidade entre as condições de licenciamento dos IVs e a organização dos traços no ambiente sintático em que eles são inseridos. Assim, a formação com o verbo *pensar*, por exemplo, apesar de não representar o arranjo argumental prototípico desse

³⁸ Exemplos adaptados de Harley e Noyer (2000, p.353): *The red under did not five lunch; Chris thought the book to Martha,*.

tipo de verbo, é sintaticamente coerente, pois a condição de licenciamento do IV /*pens-*/ permite que ele entre em um ambiente sintático verbal, podendo, dessa forma, ser interpretado pelos falantes, mesmo com uma estranheza pragmática, em um ambiente comunicativo adequado. Isso porque independentemente das interpretações semântico-pragmáticas que podem ser atribuídas a essa estrutura em questão, permanece a leitura de que *Cris* é agente da sentença, o *livro* é tema e *Marta* o alvo, traços sintáticos esses compatíveis com a condição de licenciamento do IV /*pens-*/.

Cabe ressaltar que a distinção entre uma formação agramatical e uma formação pragmaticamente anômala reside na hipótese de que, em casos de sentenças agramaticais ocorre um *mismatch* entre os traços contidos na estrutura sintática e a condição de licenciamento do IV que se candidata a preencher um nó terminal nessa estrutura. Harley e Noyer (2000), nessa perspectiva, argumentam que, desde que não haja incompatibilidade de traços entre a estrutura sintática em que o nó terminal está contido e as condições de licenciamento dos Itens de Vocabulário, qualquer IV pode entrar na estrutura sintática, o que por sua vez pode gerar estruturas pragmaticamente anômalas. Ressaltamos ainda que as limitações que a estrutura sintática parece impor à entrada de certos IVs é motivada em razão da presença de traços específicos ([*cause*], por exemplo), não havendo, portanto, qualquer tipo de restrição em termos conceituais. Dessa forma, as restrições de traços gramaticais que a estrutura sintática impõe aos IVs que fornecem uma representação fonológica para um nó terminal impede a formação de sentenças agramaticais: nos contextos em que, digamos, encontra-se um *mismatch* entre um dado conjunto de traços morfossintáticos e as condições de licenciamento de um dado IV, a estrutura agramatical não chega nem a existir, pois a inserção de vocabulário não acontece; por outro lado, nos contextos em que a “sondagem” de traços entre ambiente sintático e IV converge, os IVs compatíveis com um dado nó terminal são inseridos (HARLEY & NOYER, 2000, p.8-24). A aceitação de sentenças pragmaticamente anômalas, por outro lado, fica a cargo do conjunto de informações enciclopédicas armazenada na mente dos falantes.

Para exemplificar essa noção os autores retomam algumas das nominalizações de Chomsky (1970) e argumentam, seguindo o proposto em Marantz (1997), que a alternância entre sentenças causativas/incoativas é motivada pela presença de um traço [*cause*] que permite a formação de sentenças como (11a/b).

- (11) a. O João quebrou o vaso.
 b. O vaso quebrou.

Os exemplos em (11) ilustram um caso de alternância causativa/incoativa no PB. Em (11a) tem-se que é a presença de um sujeito, compatível com o traço [+cause], que desencadeia a ação de causação externa denotada pelo sujeito. Em (11b), por outro lado, a ausência de um agente causador do estado *quebrado* evidencia a alternância causativa/incoativa, uma vez que para que um vaso apresente o estado quebrado não, necessariamente, necessita de uma causa - um vaso pode quebrar espontaneamente. O que possibilita (para formações que permitem esse tipo de alternância) a presença ou ausência de uma causa, é a intenção do falante. Dito de outra maneira, visto que a condição de licenciamento do IV /*quebr-*/ que preenche esse nó raiz no ambiente verbal é subespecificada com relação à presença de um traço [causa] no ambiente sintático, o IV /*quebr-*/ é, então, licenciado para entrar em qualquer um desses contextos. Assim, nos contextos verbais em que *quebrar* não apresentar uma boa interpretação (como *O João quebrou o vento*) essa interpretação estranha será uma instância de uma anomalia pragmática, já que as condições de licenciamento do IV /*quebr-*/ foram atendidas no momento da Inserção de Vocabulário.

Harley & Noyer (2000) argumentam em favor de uma proposta que difere estruturas agramaticais de estruturas que são pragmaticamente anômalas. As formações agramaticais “surtem” em contextos de *mismatch* entre condições de licenciamento dos IVs e a composição de traços morfossintáticos de um dado domínio da estrutura sintática. As estruturas com anomalias pragmáticas “surtem” nos contextos em que sentenças sintaticamente bem formadas têm uma interpretação anômala em decorrência da relação entre estrutura sintática e ausência (ou incompatibilidade) de informação enciclopédica na gramática dos falantes (HARLEY & NOYER, 2000, p.24). A concepção de Condições de Licenciamento elaborada pelos autores satisfaz as demandas da MD com relação à destituição de um Léxico em que os Itens Lexicais são completamente especificados para o contexto sintático em que eles podem ser licenciados (abordagem Lexicalista). Essa mesma noção de Condição de Licenciamento para os IVs permite que os l-nós possam ser entendidos como nós terminais destituídos de qualquer informação conceitual, uma vez que são as condições de licenciamento do IVs-raiz que são as responsáveis por determinar os contextos em que um dado IV-raiz pode ou não aparecer.

4.3 CONTRA CONTEÚDO SEMÂNTICO NAS RAÍZES

Nesta seção desenvolvemos uma argumentação que vai contra à ideia de que haja qualquer conteúdo semântico na raiz especificado pré-sintaticamente. Uma das defesas dessa especificação precoce pode ser encontrada, como vimos anteriormente neste capítulo, na

proposta de Minussi e Bassani (2017). Mais especificamente, no que diz respeito, por exemplo, ao sistema do hebraico, o limite entre o que pode ser considerado diferentes realizações de uma mesma raiz ou raízes distintas do ponto de vista semântico não é realmente claro e isso é apontado pelos próprios autores na crítica à Harley (2014). Dessa maneira, o questionamento se centra mais em relação aos exemplos que a autora discute no texto do que propriamente à generalização em relação à semântica da raiz.

Nesse mesmo sentido, em relação, ao funcionamento das bases presas, é importante dizer que também não fica claro quais são os limites para determinar o que é um conceito em si, atrelado a uma raiz, e quais são as informações mapeadas através dessa noção. A ideia, por exemplo, de que a raiz $\sqrt{\text{tra-}}$, tal como nos exemplos em (8), tenha o conceito de *movimento* não ajuda a prever as categorizações possíveis para essa raiz. Podemos pensar, por exemplo, que o conceito de *movimento* estivesse atrelado a formações verbais. Assim, *atrair* e *retrair* são verbos, enquanto *atração* e *retração* são nominalizações deverbais. No entanto, algumas formações tais como o nome *trajeto*, por exemplo, também podem ser ligadas à ideia de movimento, mas sem um verbo de base. Dessa maneira, recorrer a um conteúdo na raiz não nos ajuda a entender os limites de categorização das raízes. Ao mesmo tempo que não as individualiza no ambiente sintático: a proposta de que raízes contém uma informação conceitual mínima no máximo consegue as agrupar em domínios semânticos, mas não as torna itens individuais na Lista 1. Se assumimos a proposta dos autores de que a raiz $\sqrt{\text{-tra-}}$ apresenta uma informação conceitual mínima de movimento, caímos em uma problemática de limitação: somente essa raiz poderia ter vinculada a ela essa semântica para que ela possa ser individualizada. Nos parece, contudo, que palavras como *movimento*, *percurso*, *caminho*, *itinerário*, *curso*, *rota*, *trânsito*, *avanço*, *deslocamento*, etc. todas apresentam uma semântica conceitual mínima de movimento, mesmo contendo em si raízes distintas.

Do ponto de vista teórico, esse tipo de proposta também pode se mostrar problemático. Uma semântica conceitual na Lista 1, mesmo que mínima, acaba por configurar uma espécie de retorno ao lexicalismo pois sobrecarrega o Léxico Estrito com informação idiossincrática não relevante sintaticamente. Além disso, mesmo abordagens que assumem um conteúdo conceitual pré sintático para as raízes necessitam também assumir um mecanismo de consulta ao componente enciclopédico. Assim, entendemos que é mais econômico, do ponto de vista do sistema, que toda a informação conceitual seja armazenada na Enciclopédia.

No que diz respeito ao tratamento para a relação entre a hipótese de categorização e a possibilidade de sobregeração de dados, propomos que, em princípio, qualquer raiz pode aparecer associada a qualquer núcleo categorizador. Uma vez que sintaticamente qualquer raiz

pode ser associar a qualquer categoria a restrição, ou não, dessa associação vai se dar a partir das Condições de Licenciamento do IV que preenche esse nó raiz. Desde que não haja violações das condições de licenciamento de um dado IV-raiz esse *l-nó* recebe seu expoente fonológico e a estrutura prossegue no processo derivacional até o momento de receber informação enciclopédica. Portanto, nessa perspectiva, raízes são desprovidas de qualquer conteúdo conceitual na Lista 1. Ainda assim, estruturas sintaticamente bem formadas e inserções de vocabulário bem sucedidas, podem ter sua interpretação pragmaticamente anômalas devido à ausência conteúdos enciclopédicos disponíveis para o falante. Nessa perspectiva, formações pragmaticamente anômalas resultam do fato de que o conhecimento dos falantes sobre o funcionamento do mundo pode não ser compatível com uma determinada estrutura gerada pela sintaxe.

De fato, a boa-formação gramatical de uma expressão linguística é independente da sua adequação para uso no discurso. Assim, desde que uma expressão linguística seja tenha suas condições de licenciamento satisfeitas ela é passível de ser produzida pelo sistema. Por consequência, assumimos que é possível que uma busca enciclopédica não retorne significado algum (BORER, 2014) ainda que o domínio sintático/fonológico em questão seja completamente bem formado. O limite para a interpretação de uma raiz seria, portanto, Enciclopédico e não precisamente gramatical.

É interessante ressaltar que há, no entanto, domínios estruturais que limitam a busca enciclopédica de uma determinada estrutura. Esses limites seriam impostos pela natureza das próprias peças linguísticas que entram na derivação. Nos moldes na MD, por exemplo, tais limites têm sido relacionados aos núcleos funcionais categorizadores (MARANTZ, 2000; ARAD, 2003).

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo prosseguimos com a discussão a respeito da natureza da raiz, colocando em foco, desta vez, a relação entre esse tipo de morfema e a informação conceitual a ele relacionado. Para tanto, tomamos como ponto de partida a hipótese de categorização (EMBICK & MARANTZ, 2008), que embora empiricamente interessante e teoricamente adequada, parece abrir a possibilidade de que o sistema gera dados que não são empiricamente atestados.

Para evitar essa sobregeração empírica de dados discutimos duas soluções que se enquadram no modelo da Morfologia Distribuída e que estão intimamente relacionadas à compreensão da relação entre a raiz e seu conteúdo conceitual:

Solução 1: assumir uma espécie de conceito mínimo para as raízes já na lista 1. Esse conceito mínimo seria o responsável por restringir os ambientes sintáticos em que uma raiz pode aparecer e seria capaz de individualizar as raízes. Argumentamos que existem abordagens capazes de restringir os ambientes sintáticos em que uma raiz pode acontecer sem a necessidade de informação conceitual na Lista 1 e propomos que, de fato, assumir uma semântica conceitual mínima nas raízes não é suficiente para que elas possam ser individualizadas.

Solução 2: assumir que os IVs das raízes estão sujeitos a Condições de Licenciamento (HARLEY & NOYER, 2000) que determinam os ambientes sintáticos em que uma raiz pode, ou não, ser interpretada. Assumimos também, que é possível que a busca enciclopédica não encontre um pareamento listado e, como resultado, há um efeito de estranhamento de algumas raízes em determinados contextos categoriais.

É relevante ressaltar que, a solução 2, assumida neste capítulo não necessita de qualquer informação conceitual pré-especificada na raiz. Para tanto, é necessário, no entanto, diferenciarmos uma formação agramatical, que não atende às condições de licenciamento dos IVs, de uma formação sintaticamente coerente, mas pragmaticamente anômala. Assim, uma expressão linguística pode ser sintaticamente bem formada e ser inadequada para uso no discurso, isso porque no momento da busca enciclopédica não ocorre um pareamento da estrutura sintática e do significado não composicional que seria atribuído e essa estrutura.

A argumentação em favor da segunda solução é também baseada na ideia de que a sintaxe opera apenas com traços morfossintáticos e que a categorização das raízes se dá apenas no componente sintático, não havendo nenhum tipo de informação conceitual que possa informar os contextos sintáticos em que uma raiz pode se superficializar.

Entendemos, dessa maneira, na linha de Harley & Noyer (2000), que o componente sintático opera de forma ótima e que os casos de anomalias pragmáticas são fruto da ausência de um conteúdo enciclopédico correspondente a determinados ambientes sintáticos. No que se refere à individualização das raízes defendemos, como no Cap. 3, que a proposta que tem se mostrado mais adequada para a individualização das raízes é a de que esses objetos sintáticos são individualizados na derivação sintática via índices (PFAU, 2000, 2009; ACQUAVIVA, 2008; HAUGEN & SIDIQI, 2013; HARLEY, 2014).

Uma vez que assumimos que raízes não são individualizadas nem por sua identidade fonológica nem por sua identidade conceitual, mas sim por índices abstratos, no próximo capítulo desta dissertação trataremos da relação entre raízes e localidade. Inserindo-se, então, no debate sobre localidade sintática discutiremos os limites estruturais dentro dos quais a supleção, tema central deste trabalho, pode ser licenciada.

ABORDAGENS LOCALISTAS PARA A ANÁLISE DE SUPLEÇÃO DE RAIZ

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo ressaltamos a importância da relação entre o fenômeno da supleção e a ideia de que a derivação linguística é cíclica, ou seja, delimitada por domínios bem definidos de material sintático. De maneira geral, esses domínios se dão a partir da proposta de que uma derivação sintática pode ser formada por múltiplos *Spell-Outs*, definidos por meio da noção de fase. Nesse sentido, retomamos o conceito de fase dentro da teoria gerativa, tal como proposto em Chomsky (2000, 2001) no âmbito do Programa Minimalista. Retomamos também a aplicação dessa noção no domínio da formação de palavras, tal como proposto em Marantz (2001, 2007) já no âmbito da Morfologia Distribuída.

Em sentido mais amplo, a noção de localidade entre nós na estrutura sintática pode ser compreendida como as possibilidades – e impossibilidades – de interação entre os núcleos que compõem essa estrutura. Dentro dos limites desta dissertação, interessa-nos, mais especificamente, as possibilidades de interação que determinam realizações fonológicas específicas para o nó raiz. Nessa linha de raciocínio, apresentamos, neste capítulo, algumas propostas que buscam especificar essas possibilidades a partir das relações de localidade estabelecidas entre a raiz e os demais núcleos da estrutura sintática. Dentre essas abordagens destacamos, neste capítulo, as seguintes propostas: Bobaljik (2012); Arregi e Nevins (2014); Moskal (2015); Harley, Tubino e Haugen (2017); Bobaljik e Harley (2017); Bozic (2018). O que essas abordagens têm em comum é a ideia central de que a supleção de raiz é um fenômeno que pode ser mais bem compreendido a partir da explicitação de domínios locais de interação entre nós da estrutura sintática. Essas propostas, embora não abordem especificamente a supleção desencadeada por gênero, servirão de inspiração para a nossa análise que será desenvolvida no capítulo 6.

Para tanto, o capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 5.2, apresentamos como a noção de fase se desenvolve no âmbito da teoria gerativa, tanto no contexto do Programa Minimalista, como no contexto da MD. Já na seção 5.3, focamos nossa atenção especialmente no domínio da palavra, apresentando diferentes configurações de localidade a partir das

propostas de Bobaljik (2000); Embick (2010) e Panagiotidis (2015). Na seção 5.4, por sua vez, apresentamos algumas das principais propostas para explicar diferentes tipos de ocorrências de supleção de raiz a partir das noções de localidade e adjacência elaboradas dentro do aparato da MD. Finalmente, a seção 5.5 traz as considerações finais do capítulo.

5.2 A NOÇÃO DE FASE NA TEORIA GERATIVA: MINIMALISMO E MD

A noção de que as descrições estruturais produzidas pela FL são derivadas a partir de determinados “blocos/ciclos” de informação sintática se torna explícita na teoria gerativa quando Chomsky (2000), já no contexto teórico do Programa Minimalista (PM), propõe que a FL corresponde a um sistema cognitivo de design ótimo que tem a função de satisfazer as condições impostas pelos sistemas de interface – Articulatório-Perceptual (A-P) e Conceitual-Intencional (C-I). Essa noção de design ótimo ficou conhecida como Tese Minimalista Forte³⁹ (SMT), cuja formulação pode ser vista abaixo:

A tese substantiva é que o design da linguagem deve realmente ser ótimo em alguns aspectos, aproximando-se de uma “solução perfeita” para especificações mínimas de design.

(CHOMSKY, 2000, p. 93) (tradução nossa⁴⁰)

As implicações da SMT recaem principalmente sobre a ideia de que o órgão da linguagem não apresenta redundâncias, tem um *design* econômico, contendo somente o necessário e o suficiente para a geração das expressões linguísticas. Essa hipótese levou, por exemplo, à eliminação dos níveis DS e SS⁴¹ da arquitetura da gramática, com a consequência de que a FL obrigatoriamente produza descrições estruturais que são maximamente compatíveis com as imposições dos sistemas interpretativos A-P e C-I.

[...] Nós podemos pensar nessas especificações como “condições de legibilidade”: para cada língua L (um estado da FL), as expressões geradas por L devem ser “legíveis” aos sistemas que acessam esses objetos na interface entre a FL e os sistemas externos à FL [...]. A tese minimalista mais forte (SMT) seria que uma língua é uma solução ótima para essas condições.

(CHOMSKY, 2001, p.1) (tradução nossa⁴²)

³⁹ *Strong Minimalist Thesis*

⁴⁰ *The substantive thesis is that language design may really be optimal in some respects, approaching a “perfect solution” to minimal design specifications. (Chomsky 2000, p. 93).*

⁴¹ DS – *Deep Structure* (Estrutura Profunda); SS – *Surface Structure* (Estrutura Superficial).

⁴² [...] *We may think of these specifications as “legibility conditions”: for each language L (a state of FL), the expressions generated by L must be “legible” to systems that access these objects at the*

A eliminação de DS e SS, por sua vez, acabou por acarretar várias reformulações no aparato operacional da computação sintática, uma vez que muitas das explicações fornecidas em versões anteriores do quadro gerativista se debruçavam exatamente sobre essa distinção. A geração de estruturas sintáticas, por exemplo, passou a se dar de forma mais imediata: operações de movimento de constituintes, por exemplo, são, então, executadas tão logo o sistema computacional identifique a necessidade delas. Isso é bastante diferente do que ocorria na versão de *Governement and Biding* (GB) da teoria gerativa, em que toda estrutura sintática precisava ser totalmente formada (em sua DS) para depois passar por operações transformacionais (no nível SS).

Nesse sentido, uma importante consequência da eliminação de DS e SS, justificada pela noção de um *design* ótimo e econômico da FL é a ideia de que a derivação de estruturas linguísticas opera em ciclos. Esses ciclos se caracterizam por “blocos” de estrutura sintática que tem um domínio definido e são gerados no “espaço computacional” alojado na mente de todos os falantes (CHOMSKY, 2000). Depois de realizadas todas as operações necessárias para a derivação de cada um desses domínios estruturais, que também são chamados de fases, a computação os envia para os ramos interpretativos, PF e LF, para serem processados fonológica e semanticamente (logicamente), respectivamente.

A postulação de que a derivação sintática se dá de forma cíclica e sobre domínios específicos tem, portanto, suas motivações fortemente atreladas à eliminação dos níveis de DS e SS na derivação sintática: uma vez que as operações computacionais não são mais restritas a níveis derivacionais específicos é contraproducente manter no espaço derivacional domínios de uma estrutura sintática que já tiveram seus requerimentos operacionais atendidos, transferindo-se, então, esses “pedaços” de estrutura para as interfaces interpretativas. Essa transferência de material evita um “peso” desnecessário no espaço computacional da FL, além de evitar redundâncias internas, eliminando “níveis” que não são exigidos para a computação de outros domínios sintáticos. Esse mecanismo cíclico de derivação acaba por otimizar a relação entre o componente sintático e as interfaces (RICHARDS, 2011).

A definição do limite desses domínios cíclicos, no entanto, tem sido tema de intenso debate desde a sua postulação. Chomsky (2000), por exemplo, caracteriza os domínios de fase como “objetos sintáticos naturais” em termos da sua relativa independência em relação às

interface between FL and external systems [...]. The strongest minimalist thesis SMT would hold that language is an optimal solution to such conditions (CHOMSKY, 2001, p.1).

propriedades de interface (Chomsky, 2000, p. 106). Nesse sentido, o autor assume que CPs são fases, assim como *vPs* transitivos e inergativos, mas *TPs*, *vPs* inacusativos e passivos, por sua vez, não o são⁴³.

No âmbito da MD, Marantz (2001, 2007), baseado nas propostas de Chomsky (2000, 2001), propõe que núcleos definidores de categoria (*n*, *v*, *a*) também são núcleos de fase. Na argumentação do autor, a associação entre núcleos categorizadores e domínios cíclicos se dá em razão da ideia de que tais núcleos se configuram como delimitadores de um domínio especial para a interpretação fonológica e semântica da estrutura sintática. Dessa maneira, o primeiro categorizador constituiria um domínio interno especial para a formação de palavras, constituindo-se como limite, por exemplo, para a negociação de uma interpretação não composicional. Como consequência, núcleos sintáticos anexados acima da primeira categorização só poderiam desencadear uma interpretação composicional em relação ao domínio que está abaixo deles.

Como argumento para essa proposta, Marantz (2007) aponta a análise de Dubinsky e Simango (1996) para um morfema estativo do Chichewa em que a relação entre tal morfema e a raiz pode produzir significados idiomáticos e desencadear uma morfofonologia especial na base. O interessante nos dados em questão é que, mesmo nos casos em que outros morfemas verbais se concatenam ao morfema estativo, a leitura idiossincrática ficava restrita ao limite marcado pelo morfema estativo, sendo que a única leitura disponível para a interpretação dos morfemas concatenados acima dessa formação estativa é uma leitura composicional. Dubinsky e Simango (1996), entre outros autores, propõem, então, que é necessário distinguir uma formação de palavras que é interna – contendo o morfema estativo que desencadeia leituras não-composicionais, além de alterações na forma fonológica da base, nos dados do Chichewa - de uma formação de palavras que é externa – contendo os morfemas verbais que não desencadeiam leituras especiais na formação base + morfema estativo, sendo interpretados composicionalmente, também nos dados do Chichewa. Em resumo, portanto, a morfologia interna desencadeia leituras não-composicionais com relação ao significado e à fonologia, enquanto a morfologia externa, desencadeia apenas leituras composicionais.

⁴³ O uso do *v* na proposta de Chomsky nomeia a projeção introdutora de Argumento Externo, sendo, portanto, diferente do uso tradicionalizado em MD, que chama de *v* o categorizador verbal. Existe, contudo, debate se as projeção de *VoiceP* e *vP* (no sentido atribuído em MD) representariam apenas uma projeção responsável tanto pela definição da categoria verbal, como pela introdução do argumento externo - ou se tais elementos seriam projeções distintas. Para um detalhamento desse debate, remetemos o leitor ao trabalho de Harley (2013).

Pode-se dizer que a partir de Marantz (2001, 2007), a configuração sintática em que uma raiz recebe categoria ($\sqrt{+n, v, a}$) adquire uma relevância bastante saliente no modelo da MD, já que define o domínio especial para a interpretação fonológica e semântica. Marantz (2007) apresenta uma distinção entre as possibilidades de interpretação de uma morfologia interna e outra externa, tal como aponta a figura abaixo:

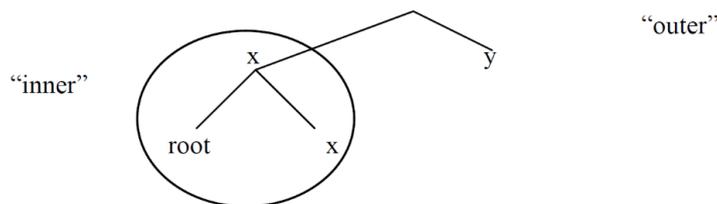


Figura 2. Domínio interno e externo Marantz (2007, p. 5)

Uma vez colocada essa distinção, o autor salienta que o domínio estrutural em que uma raiz recebe categoria (*inner morphology*) tem sido descrito também por outros autores como um domínio especial para o significado e a realização fonológica de um IL.

As propriedades contrastantes da formação de palavras interna vs. externa segue, então, da interpretação cíclica imposta pelas fases, se cada núcleo que determina categoria define uma fase. O domínio da raiz fechado pelo primeiro núcleo que determina a categoria constitui o que Ramchand (2006) denomina como a primeira fase da sintaxe, correspondendo mais ou menos à l-sintaxe de Hale & Keyser (2002).

(MARANTZ, 2007, p. 5) (tradução nossa)⁴⁴

Vale chamar a atenção para o seguinte ponto: núcleos definidores de categoria se configuram como núcleos de fase em qualquer posição da estrutura sintática em que eles sejam concatenados. No entanto, a interpretação especial, elencada por Marantz (2001, 2007) como sendo a principal característica do primeiro domínio de fase, se dá, não só pela presença do núcleo categorizador propriamente dito, mas também por causa da ausência de uma semântica extralinguística vinculada à raiz. Como consequência desse sistema, se outro núcleo definidor de categoria se concatena a uma estrutura em que o nó raiz já está categorizado, leituras não-

⁴⁴ *The contrasting properties of inner vs. outer word formation then followed from the cyclic interpretation imposed by phases, if each category-determining head defined a phase. The root domain closed by the first category-determining head constitutes what Ramchand (2006) calls the first-phase syntax, roughly corresponding to Hale & Keyser's l-syntax (2002).* (MARANTZ, 2007, p.5).

composicionais na interpretação dessa nova categoria não são licenciadas, sendo possível haver apenas a interpretação composicional.

Contudo, não tem havido consenso sobre quais são os limites que configuram uma fase, gerando propostas distintas sobre qual o tamanho da estrutura sintática que deve ser enviado para as interfaces interpretativas. Diante desse debate, na seção abaixo apresentamos diferentes propostas de domínios de localidade desenvolvidas no modelo da MD.

5.3 DOMÍNIOS DE FASE E CONDIÇÕES DE LOCALIDADE EM MD

A partir da postulação de que (i) tanto o conteúdo fonológico como o conceitual são associados às estruturas hierárquicas tardiamente, tal como assumido em Halle & Marantz (1993 e trabalhos subsequentes) e (ii) que partes bem definidas de estrutura sintática são enviadas às interfaces durante a derivação sintática (CHOMSKY, 2000, 2001; MARANTZ, 2001, 2007), questionamentos relacionados à possibilidade de interação entre estrutura sintática, fonologia e interpretação semântica/conceitual passaram a estar em debate dentro da perspectiva teórica da MD. Dentre os trabalhos representativos dessa questão estão as propostas de Bobaljik (2000), Embick (2010) e Panagiotidis (2015), que serão brevemente apresentadas ao longo desta seção. Guardadas as devidas diferenças entre os sistemas desses autores, buscaremos extrair de suas propostas algumas diretrizes gerais que servirão de base para a nossa análise de supleção nominal no PB.

Bobaljik (2000) elabora uma proposta que busca sistematizar os critérios que licenciam a interação entre dois nós terminais da sintaxe, gerando variações na realização de um morfema em função da presença de outro – definição típica de alomorfia. Importante ressaltar que essa influência entre nós terminais se refere aos contextos estruturais em que um dado nó terminal pode condicionar outro nó terminal com relação à sua representação fonológica. Em linhas gerais, Bobaljik (2000) assume que essa influência pode se dar tanto de um morfema mais interno para um morfema mais externo, quanto de um morfema mais externo para um morfema mais interno. Contudo, o autor argumenta que, apesar de diferentes morfemas poderem se influenciar em diferentes direções, a direção em que essa influência ocorre determina que tipo de informação pode, ou não, estar disponível para o morfema dependente de informação.

Por um lado, ele argumenta que morfemas concatenados mais internamente na estrutura, ou seja, morfemas que “olham” (são sensíveis ao) o ambiente sintático de dentro para fora, do nível mais interno para o mais externo, têm acesso às informações morfossintáticas contidas no morfema que é o alvo da consulta. Por outro lado, morfemas mais periféricos/externos que

“olham” (são sensíveis ao) o conteúdo informacional de morfemas mais internos na estrutura sintática têm acesso apenas a traços diacríticos e/ou informação fonológica, ou seja, informações que não são sintaticamente relevantes, mas que podem estar contidas nesses morfemas mais internos.

Em Bobaljik (2000) essa assimetria se dá, principalmente, pela noção de que a atribuição de um expoente fonológico, via Inserção de Vocabulário, em um dado nó terminal sintático se dá sempre de dentro para fora (BOBALJIK, 2000, p. 1-3). Em outras palavras, em uma estrutura sintática destituída de informação fonológica será o núcleo mais interno o primeiro elemento a receber sua identidade fonológica. Importante para o entendimento da proposta de Bobaljik (2000) é a noção de que o mecanismo de atribuição de um expoente fonológico a um nó terminal da sintaxe satura os traços morfossintáticos contidos nesse nó, de modo que sempre que um nó terminal recebe sua informação fonológica, os traços morfossintáticos contidos nesse nó são deletados. Nesse sentido, o autor considera que a operação de Inserção de Vocabulário se configura como um tipo de regra de reescrita. O que parece acontecer é que para que um nó tenha sua identidade fonológica estabelecida, mesmo que um zero fonológico, esse nó deve ceder sua informação morfossintática. A consequência desse mecanismo é que nós terminais mais periféricos que “olham” para nós terminais mais centrais só conseguem ver informação morfofonológica, representação fonológica e diacríticos, como traços de classe, por exemplo, pois esses nós já não têm mais uma identidade morfossintática. Por outro lado, uma vez que a inserção de informação fonológica se dá da parte mais interna da estrutura sintática para a parte mais periférica, é de se esperar que um nó raiz, por exemplo, possa enxergar os traços morfossintáticos contidos nos nós terminais acima desse nó raiz, podendo, dessa forma, influenciar na identidade fonológica daquela raiz. Assim, uma possível consequência da proposta de Bobaljik (2000) é que os casos de alomorfia desencadeados por informação gramatical são sempre fruto de *outwards sensitivity*, ou seja, o traço gramatical de um nó que ainda não recebeu fonologia, portanto um nó mais externo, influencia a forma fonológica de um nó sintático mais interno. Esse tipo de raciocínio se faz muito importante para essa dissertação, uma vez que, a supleção dos nominais do PB é desencadeada por uma informação de natureza gramatical, a saber, o traço de gênero.

Semelhante à ideia de Bobaljik (2000), Embick (2010) também se propõe a discutir os limites de interação entre nós terminais da sintaxe. O ponto de partida dos dois autores é o mesmo, uma vez que ambas as propostas são baseadas na ideia de que somente nós que estão em uma relação local podem interagir entre si, gerando contextos licenciadores de alomorfia.

Mais especificamente, na teoria localista desenvolvida por Embick (2010) tal interação se dá a partir de dois fatores:

- (i) organização estrutural dos núcleos sintáticos: somente nós contidos dentro de uma mesma fase podem interagir entre si;
- (ii) linearidade: somente nós que são adjacentes do ponto de vista da linearização em PF podem interagir entre si.

Na identificação dos núcleos de fase propriamente ditos, Embick (2010) assume, na linha de Marantz (2001, 2007), que os nós definidores de categoria se configuram como núcleos de fase, delimitando, portanto, o espaço estrutural em que os morfemas podem interagir entre si. No entanto, diferentemente de Marantz (2001, 2007), Embick (2010) constata que o domínio definido pelo primeiro núcleo categorizador é muito restrito para a delimitar a interação entre nós da estrutura sintática, uma vez que parece haver, por exemplo, interação entre morfemas que estão acima da primeira categorização e o nó raiz. Segundo o próprio Embick (2010), essa configuração pode ser encontrada na alomorfia dos sufixos de passado verbal e também de plural nominal do inglês. Isso porque a realização fonológica desses sufixos é determinada, algumas vezes, em função de raízes específicas. Uma vez que a informação de tempo nos verbos e de número nos nomes está acima do primeiro categorizador, esse tipo de dado se constitui como evidência empírica de que o domínio delimitado por esse núcleo não pode ser entendido como o limite para o licenciamento da alomorfia.

- (12) Alomorfia do morfema de plural desencadeada por raízes específicas:

[pl.] ↔ -en/___ {√OX, √CHILD, ...}
 # [pl.] ↔ Ø/___ {√MOOSE, √FOOT, ...}
 # [pl.] ↔ -s/___

(EMBICK, 2010, p. 43)

- (13) Alomorfia do morfema de passado desencadeada por raízes específicas:

T [past] ↔ -t/___ {√LEAVE, √BEND, ...}
 T [past] ↔ Ø/___ {√HIT, √SING, ...}
 T [past] ↔ -d/___

(EMBICK, 2010, p. 47)

Considerando dados empíricos como os de (12) e (13), Embick (2010) propõe que o domínio de fase deve ser maior do que aquele proposto em Marantz (2001, 2007). A ideia de

que somente núcleos no interior da mesma fase podem interagir tem sua base na Condição de Impenetrabilidade da Fase ou *Phase Impenetrability Condition* (PIC), proposta em Chomsky (2000), que formaliza a ideia de que o domínio interno de uma fase não pode ser acessado nas fases posteriores. Nesse sentido, a PIC impede que esses núcleos possam interagir se estiverem fora da mesma fase. Mais especificamente, então, nos dados em (15), raiz e o núcleo de número devem estar na mesma fase, enquanto nos dados em (16), raiz e o núcleo de tempo também precisam estar na mesma fase.

Generalizando em termos mais abstratos, na figura (3) abaixo, por exemplo, para que *W* possa ter acesso à informação da raiz, esses dois núcleos devem ser enviados para PF no mesmo domínio de fase.

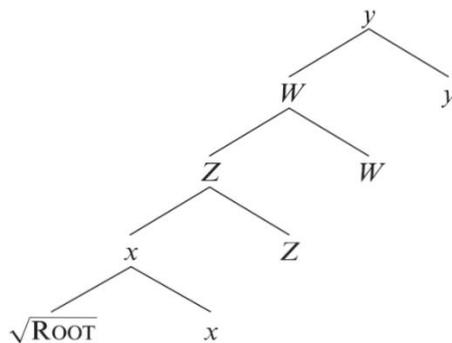


Figura 3 – retirada de Embick (2010, p. 52)

Nesse sentido, para alargar o domínio de fase, Embick (2010) faz a seguinte proposta: para que um domínio encabeçado por um núcleo de fase seja enviado para as interfaces um outro núcleo de fase mais alto deve entrar na derivação. Considerando que na figura acima, *x* e *y* sejam núcleos cíclicos, o domínio de fase encabeçado por *x* só é enviado para as interfaces interpretativas quando *y* é concatenado à estrutura. Dessa maneira, em PF, no momento da Inserção de Vocabulário, os nós *Z* e *W*, núcleos não cíclicos que poderiam representar *T* ou *#*, por exemplo, teriam acesso à representação fonológica da raiz, uma vez que esses núcleos estão no mesmo domínio de fase, o que permitiria a inserção da informação fonológica correta desses morfemas quando eles são dependentes da representação fonológica da raiz.

Mais especificamente, uma sistematização do funcionamento da Inserção de Vocabulário no sistema proposto em Embick (2010) pode ser vista abaixo:

$$\underbrace{[[[[[Root] x] W] Z] y]}_y$$

O nó cíclico y desencadeia o Spell-Out dos domínios cíclicos em seu complemento.

O nó x sofre Inserção de Vocabulário, assim como os nós de borda W e Z . A Raiz é processada fonologicamente⁴⁵.

b. [[[[[[Root] x^*] W^*] Z^*] y] . . . z]]]]]

A concatenação do z cíclico mais alto desencadeia o *Spell-Out* dos domínios cíclicos em seu complemento. O nó y define um domínio cíclico e é sujeitado à Inserção de Vocabulário (juntamente com quaisquer núcleos de borda que ele possa ter). Os núcleos marcados com * - x , W , Z – estão presentes quando y sofre Inserção de Vocabulário, mas já sofreram Inserção de Vocabulário no ciclo anterior.

(EMBIK, 2010, p. 55) (tradução nossa)⁴⁶

Outro importante aspecto do sistema de Embick (2010) diz respeito à assimetria entre núcleos cíclicos e não cíclicos, tal como esquematizado na representação abaixo, em que x e y são categorizadores, enquanto Z não o é.

Assimetria entre núcleo cíclicos e núcleos não-cíclicos

a. ... α] x] Z]

Generalização: o Z não-cíclico pode apresentar alomorfa contextual determinada por α , desde que x não seja realizado.

b. ... α] x] y]

Generalização: o y cíclico não pode apresentar alomorfa contextual determinada por α , mesmo que x não seja realizado.

(EMBICK, 2010, p.16) (tradução nossa)⁴⁷

⁴⁵ É importante lembrar que Embick (2010) não assume Inserção de Vocabulário para a raiz, uma vez que, para o autor, a raiz já tem sua identidade fonológica especificada na lista 1 (cf. capítulo 3 desta dissertação).

⁴⁶ a. [[[[[Root] x] W] Z] y]]]]]

y

Cyclic y triggers Spell-Out of cyclic domains in its complement.

The head x undergoes Vocabulary Insertion, as do the edge⁺ heads W and Z . The Root is processed phonologically.

b. [[[[[Root] x^*] W^*] Z^*] y] . . . z]]]]]

z

*Merge of higher cyclic z triggers Spell-Out of cyclic domains in its complement. The head y defines a cyclic domain and is subjected to Vocabulary Insertion (along with any edge⁺ heads it might have). The heads marked with *— x , W , Z —are present when y undergoes Vocabulary Insertion, but have undergone Vocabulary Insertion in the earlier cycle (EMBIK, 2010, p. 55).*

⁴⁷ a. ... α] x] Z]

Generalization: Noncyclic Z may show contextual allomorphy determined by α , as long as x is not overt.

b. ... α] x] y]

Generalization: Cyclic y may not show contextual allomorphy determined by α , even if x is not overt.

A consequência desse sistema é que o complemento de um núcleo categorizador nunca estará presente na mesma fase de um outro núcleo categorizador acima dele. Dessa maneira, mesmo que eles estejam linearmente adjacentes, ainda assim a interação alomórfica entre eles é bloqueada.

Uma vez estabelecida a proposta de fases de Embick (2010), passemos, muito brevemente, à proposta de fases desenvolvida em Panagiotidis (2015)⁴⁸. Panagiotidis (2015), diferentemente de Embick (2010), assume uma proposta de fases em que o núcleo desencadeador do *Spell-Out* é enviado para as interfaces interpretativas juntamente com seu complemento de maneira que os núcleos de borda da proposta de Embick (2010) não são enviados para a serem processados por PF e LF.

Panagiotidis (2015), propõe que o complemento de um núcleo de fase está contido no mesmo domínio cíclico que o próprio núcleo de fase. O autor desenvolve sua proposta nos seguintes passos:

- Núcleos categorizadores (n, v) são núcleos de fase, na linha do proposto em Marantz (2001, 2007);
- Uma vez que a derivação sintática chega a um núcleo de fase, essa fase é enviada para PF e LF;
- A derivação sintática tem acesso apenas a uma cópia do núcleo de borda e seu especificador, no caso da primeira fase ao núcleo categorizador e seu especificador, o complemento desse núcleo fica invisível para a estrutura sintática acima dele (PIC).

A partir dessa breve exposição, e guardadas as devidas controvérsias entre as propostas discutidas, podemos estabelecer algumas diretrizes que parecem centrais para noção de localidade e categorização na MD:

- (i) A derivação sintática se dá em domínios de fase;

(EMBICK 2010, p.16)

⁴⁸ Ao contrário de Embick (2010), que desenvolve sua proposta de fases em detalhes, Panagiotidis (2015) apresenta uma proposta bastante sucinta (cf. PANAGIOTIDIS, 2015, p. 65-67), que optamos por expor aqui apenas para complementar o debate relevante.

- (ii) Núcleos definidores de categoria (n, v, a) são núcleos definidores de domínios de fase (MARANTZ, 2001;2007; EMBICK, 2010; PANAGIOTIDIS, 2015; entre outros);
- (iii) Núcleos definidores de domínios de fase são responsáveis por desencadear o *Spell-Out* do domínio em que eles se encontram, enviando esses ‘blocos’ de estrutura para os ramos de PF e LF;
- (iv) Raízes e núcleos categorizadores, além dos núcleos não cíclicos contidos entre eles, negociam sua interpretação nas interfaces (EMBICK 2010, MARANTZ 2013);
- (v) Os elementos contidos em uma fase são sensíveis às informações morfossintáticas contidas nessa fase, podendo condicionar contextos alomórficos no momento da inserção de vocabulário.

Uma vez estabelecida a discussão a respeito dos domínios de localidade propostos no âmbito da MD, passemos, então, na próxima sessão, à apresentação de como alguns autores tem relacionado as ocorrências de alomorfa supletiva, domínio empírico deste trabalho, às noções de fase e localidade.

5.4 ABORDAGENS LOCALISTAS E SUPLEÇÃO DA RAIZ EM MD

O tratamento formal da supleção, como um caso de alternância/competição entre duas, ou mais, realizações fonológicas que ocupam o mesmo nó terminal, tem se valido fortemente das noções de localidade, domínios de fase e adjacência entre núcleos sintáticos, tal como estabelecido na seção acima.

Entre alguns dos principais proponentes dessas interações estruturais que definem e limitam os contextos de ocorrências supletivas nas categorias lexicais (nomes, verbos e adjetivos), podemos apontar as propostas Bobaljik (2012) para os adjetivos em suas versões comparativa e superlativa; Arregi e Nevins (2014) para aparentes casos de variação entre bases homófonas e formações supletivas; Moskal (2015) para supleção de número nos nomes; Harley, Tubino e Haugen (2017), além de Bobaljik e Harley (2017) para os casos de supleção verbal no Hiaki e Bozic (2018) para generalizações sobre as limitações na distribuição dos núcleos

sintáticos que podem licenciar contextos supletivos⁴⁹. Passaremos brevemente, então, nas subseções que se seguem, pelas propostas desses autores. Juntamente com as discussões da seção anteriores, elas servirão como base para que possamos delinear nossa proposta para supleção nominal de gênero no PB.

5.4.1 Bobaljik (2012): Universais em Morfologia Comparativa

Bobaljik (2012) se propõe a estabelecer os limites estruturais dentro dos quais a supleção adjetival pode ser licenciada. Mais especificamente, segundo o autor, duas possibilidades de supleção de grau dos adjetivos podem emergir: ABB e ABC. Os casos de supleção de grau do adjetivo em que o padrão ABB é atestado se refere às ocorrências em que a raiz do adjetivo de base é supletiva com relação às versões comparativa e superlativa. Por outro lado, os casos de supleção de grau do adjetivo em que o padrão ABC é atestado se refere aos casos em que a raiz do adjetivo de base é supletiva com relação às versões comparativa e superlativa desse adjetivo, ao mesmo tempo em que a versão comparativa é supletiva com relação às versões superlativa e adjetiva. Nos padrões ABC, portanto, tanto o adjetivo de base quanto as versões comparativa e superlativa são supletivas umas com relação às outras.

Chamamos a atenção para o fato de que o trabalho de Bobaljik (2012) demonstra que as ocorrências supletivas adjetivais seguem um padrão em sua formação. Essa descoberta do autor aponta para o fato que as ocorrências de supleção adjetival são passíveis de regularizações e restrições, portanto, são possíveis de serem analisadas em um sistema formal. Essa sistematização das ocorrências supletivas vai na contramão da visão de que as ocorrências supletivas seriam imprevisíveis, periféricas ou até mesmo inexistentes.

Nesse sentido, Bobaljik (2012) estabelece condições de localidade em que uma formação adjetival pode ou não ser supletiva. Padrões ABA, ou padrões AAB, por exemplo, não são atestados nas línguas.

		Positivo	Comparativo	Superlativo
Regular	(AAA)	<i>big</i>	<i>bigger</i>	<i>biggest</i>
Supletiva	(ABB)	<i>good</i>	<i>better</i>	<i>best</i>
Duplamente supletiva	(ABC)	<i>bônus</i>	<i>melhor</i>	<i>optimus</i>

⁴⁹ Smith e Moskal (2016), Smith et al. (2018) e Moskal (2018) apresentam propostas para derivar as ocorrências supletivas dos pronomes. Não abordaremos as propostas elaboradas por esses autores uma vez que a categoria dos pronomes é muitas vezes entendida como sendo do domínio funcional e, portanto, foge dos limites desta dissertação.

Não-atestado	(ABA)	<i>*good</i>	<i>Better</i>	<i>goodest</i>
Não-atestado	(AAB)	<i>*good</i>	<i>Gooder</i>	<i>best</i>

Tabela 24 – BOBALJIK (2012, p. 29)

Partindo dos padrões empíricos de supleção adjetival, o autor elabora uma previsão que licencia os contextos em que as ocorrências supletivas superlativas podem ocorrer.

O superlativo só pode condicionar uma alomorfa da raiz (distinto do comparativo) quando a raiz e o comparativo juntos são expressos por um *portmanteau*

(BOBALJIK, 2012, p. 15) (tradução nossa)⁵⁰

Essa previsão está fortemente associada ao que autor denomina de Hipótese de Contenção⁵¹, ou mais especificamente, à hipótese de que todo superlativo sintético contém uma projeção de comparativo em si (BOBALJIK, 2012, p.49). Essa hipótese desemboca, na proposta do autor, a uma restrição de localidade para interações alomórficas, levando, por sua vez, a duas generalizações, que são desenvolvidas em detalhes por ele. Essa restrição de localidade se refere ao espaço derivacional em que os núcleos sintáticos podem interagir para propósitos alomórficos. Na proposta de Bobaljik (2012) temos que o domínio local que permite interações alomórficas deve estar contido entre uma projeção x_0 e sua respectiva projeção máxima xP . Nesse sentido, um núcleo α pode interagir alomórficamente com um núcleo β apenas se eles estiverem contidos no espaço delimitado entre uma projeção x_0 e sua projeção máxima xP . Se a relação entre α e β se der no interior de projeção distintas, essa relação não desencadeia um comportamento alomórfico, como representado em (14) abaixo:

- (14) a. $\alpha \dots]X_0 \dots \beta$
 b. $*\alpha \dots]XP \dots \beta$ (BOBALJIK, 2012, p. 68)

As generalizações acerca das formas de supleção adjetival nas versões comparativa e superlativa são apontadas abaixo:

- (15) a. Generalização da Supleção de Raiz
 A supleção de raízes é limitada aos comparativos sintéticos (i.e. morfológicos).
 b. A Generalização do Superlativo Sintético

⁵⁰ *The superlative may only condition root allomorphy (distinct from the comparative) when the root and the comparative together are expressed by a portmanteau* (BOBALJIK, 2012, p.15).

⁵¹ *The Containment Hypothesis* (BOBALJIK, 2012, p. 49).

Nenhuma língua tem superlativos morfológicos (*X-est*), mas apenas comparativos perifrásticos (mais X)
(BOBALJIK, 2012, p. 67) (tradução nossa)⁵²

Da associação da restrição de localidade em (17) e dessas duas generalizações acima delineadas, o autor conclui que as ocorrências supletivas das versões comparativa e superlativa dos adjetivos é dependente da formação de núcleos complexos via movimento de núcleos. Isso porque a versão perifrástica/analítica da versão comparativa impede a possibilidade de formações supletivas nos graus comparativo e superlativo, o que demonstra que a formação supletiva do comparativo restringe a formação do superlativo (ABB), e que a formação supletiva do superlativo, com relação ao comparativo, não pode ser desencadeada se o comparativo não for supletivo com relação ao superlativo e ao adjetivo e base, gerando o padrão ABC.

O que emerge dessas generalizações é que a impossibilidade da existência de um padrão supletivo ABA, ou AAB, se configura como evidência empírica de que a supleção é passível de sistematização e que suas ocorrências não são tão aleatórias. No caso dos padrões ABB, o núcleo de comparativo deve se adjungir, via *merge*, ao núcleo adjetival. No caso dos padrões ABC, o núcleo de comparativo deve se adjungir ao núcleo adjetival e o núcleo de grau superlativo deve se adjungir ao núcleo de comparativo. Essas adjunções (ABB/ABC) devem ocorrer antes da operação de Inserção de Vocabulário.

Dessa maneira, o comparativo supletivo com relação ao adjetivo deve passar, via movimento de núcleo, da estrutura em (16a) para a estrutura em (16b), gerando uma estrutura em que os núcleos [A + CMPR] estejam contidos dentro do domínio de uma mesma projeção $x_0 - xP$. Enquanto que o superlativo supletivo com relação ao comparativo, e por consequência com relação ao adjetivo de base, deve passar da versão estrutural em (17a) para a versão movida via *merge* em (17b) que contém o núcleo complexo que encapsula no mesmo domínio $x_0 - xP$ os núcleos [A + CMPR + SPRL]⁵³.

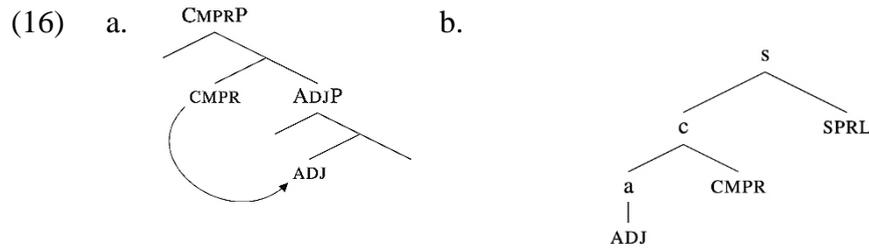
⁵²*The Root Suppletion Generalization (RSG)*

Root suppletion is limited to synthetic (i.e., morphological) comparatives.

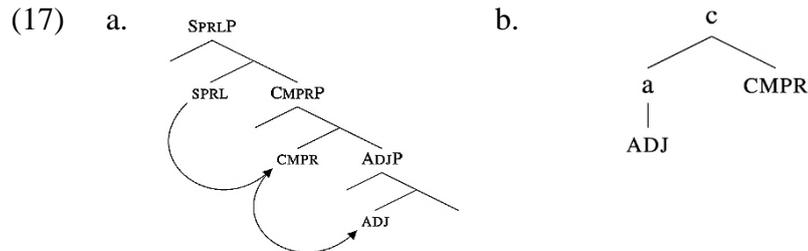
The Synthetic Superlative Generalization (SSG)

No language has morphological superlatives (X-est), but only periphrastic comparatives (more X)
(BOBALJIK, 2012, p. 67).

⁵³ A formação dos padrões ABC é desencadeada pela relação local entre o adjetivo de base, sua versão comparativa e sua versão superlativa. Na proposta de Bobaljik (2012) o núcleo CMPR é um núcleo de fase. Dessa maneira, para que ocorrências ABC possam ocorrer a proposta de Suspensão de Domínio (*Domain Suspension*) é aplicada. Essa proposta se refere aos casos em que um domínio de fase é suspenso em função de uma relação de necessidade interpretativa entre dois núcleos X e Y que não



(BOBALJIK, 2012, p. 69)



(BOBALJIK, 2012, p. 82)

Nota-se da proposta de Bobaljik (2012) que o que torna os núcleos sintáticos que interagem com propósitos alomórficos localmente próximos é a operação de movimento. Uma consequência disso é que as configurações de interação local podem se dar a partir de relações entre núcleos sintáticos que não necessariamente são locais estruturalmente, desde que o aparato sintático permita operações que “aproximem” esses núcleos.

5.4.2 Arregi & Nevins (2014): Uma abordagem monorradical para casos de *disuppletion*

O trabalho de Arregi & Nevins (2014) analisa dados, como *destroy/destruct*, *persons/people* e *worse/badder*, denominados pelos autores como *disuppletive roots*, cuja análise predominante é que estas formas provêm de raízes diferentes. Ao contrário disso, Arregi & Nevins (2014) adotam uma abordagem com uma única raiz para esses dados, propondo que eles envolvem, na verdade, uma alomorfia condicionada pela presença ou ausência de núcleos funcionais adicionais na estrutura sintática. Em outras palavras, tratam-se de interações alomórficas desencadeadas em razão de critérios de localidade e adjacência. É importante ressaltar que, na implementação dessa análise, os autores adotam a visão de que as raízes estão

estão contidos na mesma fase. Assim, um núcleo de fase é suspenso para que requerimentos interpretativos possam ser satisfeitos. Uma vez que a formação do superlativo morfológico contém a projeção de comparativo, para que um padrão ABC possa ocorrer, em que o SPRL depende de informações do CMPR, o núcleo de fase CMPR é suspenso, expandido o domínio de fase até o próximo núcleo de fase, no caso dos padrões ABC o próprio núcleo SPRL. Para maiores detalhes sobre a proposta de Domínio de Suspensão cf. Bobaljik e Wurmbrand (2013).

sujeitas à Inserção Tardia e são individualizadas por meio de índices numéricos, na linha do proposto por Harley (2014).

Dessa maneira, Arregi & Nevins (2014) propõem que no par *destruct-/destroy-*, a realização *destroy* se configura como a forma alternante nos contextos em que um núcleo licenciador de argumento externo aparece na configuração sintática em uma relação de irmandade com o núcleo raiz ($\sqrt{\text{DESTR156} + v^* \leftrightarrow \text{destroy-}$), enquanto a realização *destruct*, por sua vez, configura-se como a forma de base, ocorrendo em contextos nominais (*destruction*), em contextos adjetivais (*destructive/destructible*) e em contextos de raízes compostas (*self-destruction*). Assim, nos contextos em que a raiz $\sqrt{\text{DESTR156}}$ não estiver localmente relacionada a um núcleo introdutor de argumento externo, o expoente fonológico é *destruct-*, enquanto que nas configurações sintáticas em que tal raiz estiver em uma relação local com um núcleo introdutor de argumento externo, o expoente fonológico inserido é *destroy-*.

Nessa mesma linha de raciocínio, Arregi & Nevins (2014) apresentam uma análise para a relação entre os alternantes supletivos *bad/worse* em paralelo aos casos em que o adjetivo *bad* apresenta uma derivação regular de comparativo/superlativo no inglês, como em *badder/baddest*. Nesse caso, os autores propõem que, no contexto derivacional padrão de formação das versões comparativa e superlativa do adjetivo *bad*, os expoentes fonológicos são supletivos (*worse/worst*). Contudo, nos contextos em que o adjetivo *bad* sofre uma mudança de polaridade avaliativa e passa a ser interpretado positivamente (ex.: *bad Leroy Brown*) as formas comparativa/superlativa mantêm o expoente fonológico da forma de base do adjetivo */bad/* e passam a ter formas comparativas/superlativas *default* (*badder/baddest*) com relação à formação de comparativo/superlativo geral do inglês. Para tanto, Arregi e Nevins (2014) argumentam que essa regularização de formas tradicionalmente supletivas ocorre em razão da entrada de um novo núcleo avaliativo (*EVAL*) entre o núcleo definidor de categoria e o núcleo de grau. Essa intervenção local interfere na ocorrência da supleção, produzindo uma derivação fonologicamente regular com relação ao expoente de base das formas comparativa/superlativa.

Finalmente, para exemplificar o fenômeno no domínio dos nomes, os autores analisam a relação supletiva entre o substantivo de base *people* - um substantivo *pluralia tantum* - e sua forma supletiva, como em *person(s)*. Segundo os autores, novamente a análise é centrada nas relações de localidade dos nós terminais envolvidos na derivação sintática. Assim, na proposta deles a forma de base da alternância *people/person(s)* é *people*. Por *people* ser um nome *pluralia tantum*, Arregi e Nevins (2014) argumentam que um traço [-grupo] está alocado no núcleo definidor de categoria nominal. Esse traço [-grupo] força a leitura de que em um nome

que denota a informação de pluralidade as partes dessa pluralidade são salientes, enquanto que sua versão oposta [+grupo] forçaria uma leitura unitária (coletiva), não saliente, de uma determinada pluralidade. Nesse sentido, os autores elencam as seguintes restrições sintáticas para nomes *pluraria tantum*:

- (i) Nem todas as raízes podem se concatenar a um N [-grupo];
- (ii) Um NP que contém o traço [-grupo] não pode ser irmão de um núcleo de número (#) marcado como [+sg.]

(ARREGI & NEVINS, 2014, p. 316)

A partir disso, a derivação dos nomes *people/person(s)* procede da seguinte forma: a raiz $\sqrt{\text{PSR456}}$ é uma raiz que pode ser associada a um N [-grupo]. Nesse sentido, quando a raiz $\sqrt{\text{PSR456}}$ se concatena a um N [-grupo] temos que a informação de # que se concatena acima do núcleo definidor de categoria deve ser [-sg]. Emerge dessa configuração o expoente fonológico /*people*/. Na linha do que os autores propõem para a derivação de *bad/badder/baddest*, é proposto que um núcleo SEP é introduzido entre N e #. Esse núcleo SEP rompe a relação local entre N e #, permitindo que # possa apresentar uma configuração de traços [+sg], daí emerge /*person*/. Nos casos em que SEP é associado a uma configuração [-sg] em # emerge o expoente /*persons*/. Esse núcleo SEP tem, na proposta dos autores, a função de “extrair as partes de uma pluralidade, destruindo, assim, sua estrutura de grupo” (ARREGI & NEVINS, 2014, p. 318), o que permite a leitura individual de *person* e uma leitura mais individualizada de *persons* com relação à *people*.

É interessante ressaltar da proposta dos autores que as diferentes realizações fonológicas são compreendidas como formas distintas de uma mesma raiz, cuja fonologia é dependente das relações de localidade estabelecidas na estrutura sintática.

5.4.3 Moskal (2015): supleção nominal e o núcleo de número

O trabalho de Moskal (2015) aponta para a existência de contextos de supleção nominal que são desencadeados pela informação de número em 79 línguas. A proposta da autora é centrada na ideia de que a informação estrutural é crucial para o desencadeamento de contextos supletivos. Para tanto, Moskal (2015) assume o sistema de Embick (2010) em relação ao limite de localidade que pode licenciar contextos supletivos. Mais especificamente, segundo a autora,

as projeções sintáticas que compõem nomes e pronomes são as seguintes, em que K designa um núcleo de caso:

- (18) a. Nomes: [[[[√]n]#]K]
 b. Pronomes: [[[D]#]K]

Adaptado de Moskal (2015, p. 365)

Seguindo, então, o domínio de fase proposto em Embick (2010), Moskal (2015) propõe que a informação de número, que se encontra acima do núcleo definidor de categoria nominal, desencadeia o contexto supletivo para os dados dos casos de supleção nominal examinados por ela. Moskal (2015) aponta, no entanto, para o fato de que não parece haver ocorrência de supleção no domínio dos nomes desencadeada pela informação de caso, enquanto para os pronomes supletivos essa supleção pode ser desencadeada tanto pela informação de número, quanto pela informação de caso. Nesse sentido, a autora levanta a hipótese de que pronomes podem entrar em uma relação supletiva desencadeada pela informação de caso por não conterem, no interior de sua estrutura sintática, a presença de um núcleo definidor de categoria. Ou seja, a ausência de um núcleo definidor de categoria, *n*, parece “expandir” as relações de localidade em que os núcleos de uma estrutura sintática podem interagir. É interessante notar que a presença de um núcleo categorizador parece realmente colocar limitações na interpretação de uma estrutura sintática, tanto com relação à definição de um domínio cíclico, uma fase, como com relação às restrições de localidade.

5.4.4 Harley, Tubino e Haugen (2017): condições de localidade em verbos supletivos no Hiaki

Neste artigo Harley, Tubino e Haugen propõem que, no Hiaki, a supleção de alguns verbos pode ser desencadeada por traços gramaticais do argumento interno. É importante ressaltar que, na proposta dos autores, esse argumento interno é introduzido pela própria raiz. Nesse sentido, verbos como *me'a/sua* (‘matar’), que são transitivos, tem sua supleção desencadeada pela informação de número do objeto, tal como nos dados abaixo:

- (19) Verbos transitivos supletivos em Hiaki

Sg. Obj.	Pl. Obj.	Significado
<i>kivacha</i>	<i>kiima</i>	trazer, introduzir
<i>me'a</i>	<i>sua</i>	matar

<i>Kecha</i>	<i>ha'bwa</i>	levantar (alguma coisa)
<i>Yecha</i>	<i>hoa</i>	colocar em baixo, lugar

(HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017, p. 96)

Os autores apresentam também dados de verbos supletivos intransitivos do Hiaki que têm sua supleção desencadeada pela informação de número do sujeito.

(20) Verbos intransitivos supletivos em Hiaki

Sg. Suj.	Pl. Suj.	Significado
<i>Weye</i>	<i>kaate</i>	ir/caminhar
<i>Vuite</i>	<i>tenne</i>	Correr
<i>weama</i>	<i>rehte</i>	passar
<i>Kikte</i>	<i>hapte</i>	Levantar
<i>muuke</i>	<i>koko</i>	morrer

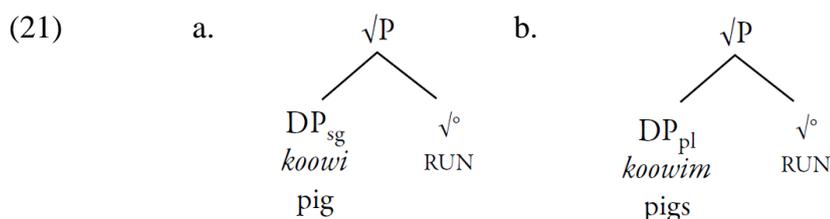
(HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017, p. 96)

A questão que os autores colocam, no entanto, é que os verbos intransitivos que têm sua supleção desencadeada pela informação de número do sujeito, apresentam uma interação entre o domínio verbal e a informação de número do sujeito, que estão, no entanto, muito distantes estruturalmente para se influenciarem. Nesse sentido, a supleção de verbos intransitivos no Hiaki estaria indo contra as propostas de interação local (EMBICK, 2010; BOBALJIK, 2012) mais correntes na literatura de que os casos de alomorfa supletiva são desencadeados em razão de relações locais na estrutura sintática bem definidas e limitadas. Sendo essas relações bem mais restritas localmente do que a distância estrutural entre o DP sujeito e a raiz verbal (EMBICK, 2010; BOBALJIK, 2012), Harley, Tubino e Haugen (2017) propõem, então, que, na verdade, o sujeito dos verbos supletivos intransitivos é gerado, de fato, na posição de complemento da raiz, mesma posição sintática do objeto que desencadeia a supleção dos verbos transitivos.

O argumento dos autores se dá em razão do funcionamento de um morfema aplicativo do Hiaki, que está relacionado a condições de estrutura argumental. Mais especificamente, o núcleo aplicativo em questão não ocorre em contextos estruturais em que não há a existência de um núcleo *Voice*. Os autores apontam que esse núcleo aplicativo não co-ocorre com nenhum dos verbos supletivos intransitivos. Esse fato empírico, na visão deles, aponta para uma forte evidência de que os verbos intransitivos supletivos no Hiaki são, na verdade, inacusativos, ou seja, apresentam somente um argumento interno. A argumentação de Harley, Tubino e Haugen

(2017) é a de que os argumentos internos desses verbos intransitivos (inacusativos) supletivos são introduzidos pela própria raiz, o que, constitui, por sua vez, uma relação estrutural que é local o suficiente para que a informação de número do complemento desses verbos, da mesma maneira que com os verbos supletivos transitivos, possa influenciar na realização supletiva de algumas raízes do Hiaki.

Na proposta dos autores, então, o DP complemento da raiz teria em si a informação de número do sintagma nominal do qual ele é a projeção máxima. Essa informação de número é a responsável, em associação a raízes específicas do Hiaki, por licenciar as ocorrências supletivas dos verbos intransitivos na língua. Essa mesma argumentação relação de localidade é válida para os verbos supletivos transitivos. A relação estrutural entre raízes e complemento é apresentada abaixo.



(HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017, p. 105)

A partir de (21 a-b) acima, a inserção dos IVs supletivos seria condicionada a partir da relação de raízes específicas juntamente à informação de número contida no nó irmão das raízes em questão. Na proposta dos autores, a inserção de expoente fonológico se daria dessa forma:

- (22) Contextos para inserção
 RUN ↔ tenne/ [DP + pl] _____] √p
 RUN ↔ vuite

(HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017, p. 105)

Em resumo, Harley, Tubino e Haugen (2017) apresentam dados supletivos do Hiaki em que o complemento de uma projeção raiz desencadeia a supleção da raiz. Um questionamento que pode surgir a respeito dessa proposta é se raízes estão sujeitas ou não à possibilidade de tomar um argumento. Nesse sentido, se por hipótese admitamos que raízes não tomam argumento/complemento, uma questão que se coloca é se o argumento de um núcleo

verbalizador poderia estar em uma relação local o suficiente com a raiz para desencadear sua supleção.

5.4.5 Bobaljik e Harley (2017) - Supleção é local: evidência do Hiaki

A proposta desenvolvida em Bobaljik e Harley (2017) se baseia na noção de que contextos supletivos podem ser licenciados em um domínio muito restrito de localidade. Essa restrição de espaço sintático é, mais especificamente, definida em termos da definição do espaço entre um nó terminal x^0 e sua projeção máxima xP . A proposição de que o domínio licenciador da supleção está restrito ao espaço sintático entre a projeção zero e a projeção máxima de um nó sintático surge a partir do trabalho de Bobaljik (2012) para os casos de supleção adjetival nos contextos das formações comparativas e superlativas. A proposta de Bobaljik (2012) se baseia na noção de que a supleção não ocorre em formas análíticas, estando restrita aos casos de formações sintéticas (cf. seção 5.4.1).

A argumentação dos autores nesse trabalho, por outro lado, aponta para a possibilidade de esse domínio (x^0/xP) poder ser ainda mais restritivo. No sentido de investigar essa possibilidade, os autores apresentam dois possíveis contra-argumentos para a restrição de localidade colocada em Bobaljik (2012), como casos de (i) supleção desencadeados pela informação de número contido na posição de sujeito de verbos intransitivos supletivos do Hiaki e (ii) argumentos de verbos ditransitivos que, canonicamente, não se anexam à posição mais baixa de argumento. Os autores defendem que os contra-argumentos apresentados são falhos e que na verdade, com referência a (i), que os sujeitos dos verbos intransitivos supletivos do Hiaki são todos sujeitos de verbos inacusativos, nesses casos a supleção da raiz verbal se dá pela relação maximamente local da raiz, que toma o argumento como seu complemento, e o argumento (HARLEY, TUBINO & HAUGEN, 2017). Com referência a (ii) os autores defendem que, possivelmente, argumentos temáticos, comumente associados aos verbos ditransitivos, de tema e benefactivo podem alternar com relação à posição de complemento mais interno da raiz, o que licenciaria uma relação maximamente local em relação aos traços do complemento da raiz e à própria raiz.

Em uma análise mais ousada da proposta de Bobaljik (2012) os autores assumem que qualquer projeção acima de x^0 deve limitar o domínio de localidade capaz de licenciar contextos supletivos (BOBALJIK & HARLEY, 2017, p.150). O que parece estar por traz da proposta desses autores de uma limitação maior do domínio de localidade que pode influenciar contextos supletivos é exatamente a noção de que raízes tomam complemento. Nesse sentido, todo

contexto supletivo deve estar vinculado a uma relação entre um núcleo alvo da supleção e seu complemento desencadeador da ocorrência supletiva. A delimitação máxima que esses autores propõem vai na contramão do que Embick (2010) propõe como limites de localidade.

5.4.6 Bozic (2018): Generalizações na supleção de raízes: motivando uma teoria de alomorfia contextual

Nesse trabalho Bozic (2018) analisa casos de supleção não-local, ou seja, casos de supleção em que os núcleos sintáticos relevantes não são adjacentes do ponto de vista da linearidade de seus expoentes fonológicos. Para tanto, o autor reúne dados de variadas línguas, como grego, esloveno, línguas tamil, totonac, tak, tariana, ket, e do basco.

- (23) Exemplo de supleção adjetival na língua Tariana (BOZIC, 2018, p. 119)
- | | | | | | |
|----|----------------------|---|-------|---|-------------|
| a. | $\sqrt{\text{hanu}}$ | – | pua | – | \emptyset |
| | <i>grande</i> | | CLASS | | SG |
| b. | $\sqrt{\text{male}}$ | – | pua | – | <u>pe</u> |
| | <i>grande</i> | | CLASS | | PL |

Como podemos ver, no exemplo em (23) temos um caso de supleção adjetival não-local desencadeada pela informação de número na língua tariana, temos que o morfema de classe (pua) se realiza fonologicamente entre o morfema raiz (alvo da supleção) e o morfema de plural (desencadeador da ocorrência supletiva).

Para o desenvolvimento da análise do autor, é importante notar que ele assume que núcleos sintáticos que não apresentam um expoente fonológico não se configuram como barreiras para a alomorfia supletiva. Nesse sentido, Bozic analisa os casos de supleção não-local do ponto de vista da adjacência linear, verificando se um nó terminal X é adjacente um nó terminal Y (X-Y), ou se existe um nó terminal Z intervindo entre X e Y (X-Z-Y). No entanto, o autor também considera como fator relevante, a presença ou a ausência de um expoente realizado fonologicamente. Assim, em um contexto em que X-Z-Y se configuram como nós terminais em que apenas X e Y recebem um expoente fonológico, Bozic assume que X e Y estão em uma relação local para propósitos alomórficos ($X - \emptyset - Z \leftrightarrow X-Z$). É interessante ressaltar que essa também é a linha de raciocínio assumida em Embick (2010), quando o fator adjacência linear é levado em consideração.

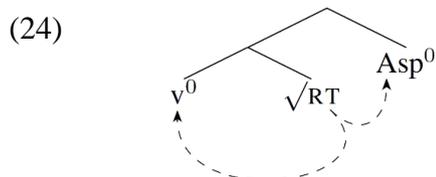
Dessa maneira, a partir do funcionamento dos casos de supleção analisados, Bozic (2018) propõe duas generalizações relevantes para a construção de uma teoria da alomorfia:

- (i) Implicação de Localidade: não-local \Rightarrow local
Se uma língua exibe alomorfia contextual não-local, ela também exibe alomorfia contextual local.
- (ii) Distância na Não Localidade
Alomorfia/supleção não-local pode envolver apenas dois núcleos como contexto e nada mais.

(BOZIC, 2018, p. 120) (tradução nossa)⁵⁴

A partir dessas duas generalizações o autor elabora alguns apontamentos importantes. Em relação à generalização em (i), o autor nota que as ocorrências supletivas não-locais são muito mais periféricas que ocorrências supletivas efetivamente locais. Isso porque, de todas as línguas em que o autor encontrou casos de alomorfia supletiva não-local, todas elas apresentavam também casos de alomorfia supletiva local. Portanto, ocorrências supletivas não-locais são muito mais raras que ocorrências supletivas locais e, nas línguas em que ocorre, alomorfias supletivas desencadeadas localmente são também atestadas.

Já com relação à segunda generalização, Bozic (2018) aponta que, de todos os casos analisados por ele de alomorfia supletiva não-local, a distância máxima encontrada entre o núcleo alvo e o núcleo desencadeador da supleção era de um único núcleo sintático. Nesse sentido, mesmo os casos de alomorfia não-local não podem ser considerados aleatórios, uma vez que eles apresentam restrições de localidade bem delimitadas. Na linha dessa discussão, o autor propõe, na esteira de Trommer (1999), que a distância máxima da supleção é limitada a dois núcleos em razão da Operação de Inserção de Vocabulário “sondar” os núcleos à direita e à esquerda do núcleo alvo da inserção de IV. Assim, a operação de Inserção de Vocabulário poderia, por exemplo, sondar os núcleos X e Z para inserir um expoente fonológico em Y: X-Y-Z. Nesse sentido, a periferia direita e esquerda definem, então, o contexto para Inserção de Vocabulário em um dado nó terminal, como esquematizado no exemplo abaixo:



(BOZIC, 2018, p.121)

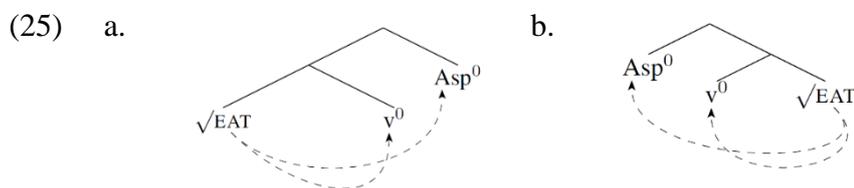
⁵⁴ *Locality Implication: non-local \Rightarrow local*

If a language exhibits non-local contextual allomorphy, it also exhibits local contextual allomorphy.

Distance in Non-Locality

Non-local allomorphy/suppletion can only involve treating two heads as context and not more (BOZIC, 2018, p. 120).

Essa operação de “sondagem” do mecanismo de Inserção de Vocabulário, no entanto, não se restringe aos lados esquerdo e direito das estruturas sintáticas, podendo alvejar somente um dos lados do nó terminal alvo da inserção, como nas estruturas abaixo:



(BOZIC, 2018, p.122)

A limitação da sondagem contextual do mecanismo de Inserção de Vocabulário a dois núcleos adjacentes ao núcleo alvo é decorrente, segundo Bozic (2018), de “dois *slots* representarem a especificação mínima para o contexto de inserção porque existem precisamente duas dimensões lineares na interface de PF – *esquerda e direita*” (BOZIC, 2018, p, 122).

Em resumo, da análise elaborada por esse autor é possível concluir que, mesmo nos casos em que os contextos supletivos apontam para domínios estruturais que não são imediatamente adjacentes na relação entre núcleo desencadeador e núcleo alvo, temos que fortes restrições de interação local se impõem sobre as ocorrências supletivas.

5.4.7 Alomorfia supletiva em MD: algumas conclusões

Nas subseções acima apresentamos brevemente como alguns autores têm proposto tratamentos para os casos de alomorfia supletiva no domínio lexical. Vimos que Bobaljik (2012) postula uma restrição local para a derivação das alomorfias supletivas no contexto adjetival. Somente núcleos contidos dentro do domínio de uma mesma projeção ($x_0 - xP$) podem se influenciar para propósitos alomórficos. Em Arregi e Nevins (2014), por sua vez, pudemos perceber que contextos supletivos são fortemente sensíveis à interação local entre o núcleo alvo e o núcleo desencadeador da supleção. Dessa maneira, a entrada de novos núcleos intervindo entre alvo e fonte faz com que a relação supletiva não seja licenciada. Nessa mesma linha de raciocínio, em Moskal (2015), vimos que restrições locais na distribuição dos nós sintáticos na projeção estendida dos nomes impedem que essa categoria possa ter ocorrências supletivas desencadeadas pela informação caso. Por outro lado, a ausência de um desses nós, a saber o categorizador nominal, permite esse tipo de interação supletiva para os pronomes. Já em Harley, Tubino e Haugen (2017) temos que a supleção de verbos desencadeada pela informação de

número do Hiaki ocorre sempre em uma relação de irmandade e, portanto, em uma relação bastante local, entre a raiz e o DP complemento. Por sua vez, em Bobakjik & Harley (2017) encontramos a proposta de que o contexto local que licencia ocorrências supletivas é vinculado a uma projeção x^0 , o que torna ainda menor o contexto local de possibilidade para as ocorrências supletivas. Finalmente, em Bozic (2018) notamos que, mesmo os casos de ocorrência supletiva não-locais, são fortemente vinculados a restrições de adjacência, provavelmente delimitadas pelo próprio funcionamento do mecanismo de Inserção de Vocabulário.

Dentro dos limites desta dissertação, que busca a formulação de uma análise que dê conta da supleção desencadeada pela informação de gênero no PB, é importante ressaltar que, apesar de não haver um consenso entre os pesquisadores sobre qual é exatamente o domínio estrutural sobre os quais a supleção de raízes pode ocorrer, é unânime a visão de que a supleção de raiz é um fenômeno sistematizável e regulado pela interação local entre os nós da estrutura sintática.

Ainda mais básica do que essa questão, é importante retomar o debate a respeito da própria existência da supleção de raiz. Como vimos nos capítulos anteriores desta dissertação, alguns autores, como Marantz (1996, 1997), Embick (2000, 2010, 2015), Embick e Halle (2005) e Borer (2013, 2014), por exemplo, desenvolvem uma linha de argumentação na qual a supleção de raiz é um fenômeno inexistente nas línguas. De maneira geral, os fatores associados a essas posições incluem:

- (i) A visão de que a raiz tem uma identidade fonológica pré-especificada na Lista 1 (EMBICK 2000, 2010, 2015; EMBICK E HALLE 2005; BORER 2013, 2014);
- (ii) A visão de raízes supletivas, por serem mais especificadas, bloqueariam a inserção das raízes não supletivas (MARANTZ, 1996; 1997).

O que está em jogo, portanto, são, na verdade, questões que dizem respeito sobre a natureza da própria raiz. Uma vez que se assume que, tal como os morfemas funcionais, as raízes são elementos destituídos de fonologia e sujeitas ao mecanismo de Inserção de Vocabulário, a posição em (i) acima deixa de ser um obstáculo para a análise da supleção. Por outro lado, uma vez que se assume que as raízes são individualizadas por um índice abstrato, na linha de Harley (2014), também a questão em (ii) deixa de ser um problema, já que a inserção de vocabulário passa a ser guiada exatamente por esse índice.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo abordamos a temática das relações de localidade e domínios de fase no interior da estrutura sintática, atentando, mais especificamente, para a relevância dessas noções na análise da supleção translinguística e transcategorial.

Vimos que nas propostas de fase as possibilidades de interação se dão dentro de domínios locais. Nesse sentido defendemos, na linha de Embick (2010) e Panagiotidis (2015), que a raiz e seu primeiro núcleo categorizador estão sempre no mesmo domínio de fase.

Apresentamos na seção 5.4 uma temática que tem sido analisada somente muito recentemente em MD, as condições locais para interação supletiva. O que fica evidente dessas análises é que, apesar de não haver um consenso sobre o tamanho real de um domínio de interação, parece haver entre os autores um consenso de que a supleção de raízes existe e que a raiz supletiva e o traço desencadeador dessa supleção estão sempre em uma relação local. Baseados nessa assunção, no próximo capítulo apresentamos nossa proposta de análise para tratar as ocorrências supletivas no domínio nominal do PB que são desencadeadas pela informação de gênero.

DELINEANDO UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA A SUPLEÇÃO DE GÊNERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo finalmente apresentamos ao leitor nossa proposta de derivação para as ocorrências de nomes supletivos no PB desencadeada pela informação de gênero. Alguns dos dados são recuperados (Cf. cap. 2) abaixo:

MASCULINO	FEMININO
bode	cabra
boi (ou touro)	vaca
carneiro	ovelha
cavalo	égua
veado	cerva
zangão	abelha
homem	mulher
marido	mulher
pai	mãe
genro	nora
frei	sóror (ou soror)
macho	fêmea
cavalheiro	fama
cavaleiro	amazona

Tabela 25 (Repetida de 16). Dados do PB (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 185; coleta própria)

Como se pode notar, o número de dados⁵⁵ não é extenso em termos quantitativos. Essa é uma característica comum às ocorrências supletivas (BYBEE, 1985; VESELINOVA, 2006; MEL' CUK, 1994, 2000). Propomos, contudo, que apesar de superficialmente a identidade numérica desses dados ser reduzida, que os dados em análise nessa dissertação se enquadram

⁵⁵ Cabe mencionar aqui que esses são dados de supleção total. Em uma comunicação pessoal o professor Andrew Nevins, muito pertinentemente, chamou a atenção para dados de supleção parcial do PB que também são desencadeados pela informação de gênero no PB, como *imperador/imperatriz; abade/abadessa; conde/condessa; ator/atriz; príncipe/princesa; rei/rainha, galo/galinha; cão/cadela*; etc. Acreditamos que exista uma forte relação entre os dados investigados nessa dissertação e aqueles sugeridos pelo professor. Contudo, por falta de tempo e espaço a discussão desses dados fica para investigações futuras.

na mesma configuração sintática que os pares masculino/feminino regulares do PB, o que expande significativamente o grupo nominal ao qual esses dados pertencem.

Para tanto, a abordagem que desenvolvemos está centrada em dois aspectos essenciais. Um deles é a própria noção de localidade, necessária, como vimos no capítulo anterior, para que dois nós na estrutura sintática possam interagir. O segundo aspecto central, por sua vez, é o estatuto do traço de gênero, incluindo seu local na estrutura sintática e também as possíveis especificações desse traço morfossintático.

Dessa maneira, dois possíveis lugares para o traço de gênero são discutidos nesse capítulo: a raiz propriamente dita (ALCÂNTARA 2010, EMBICK 2015) e o categorizador nominal (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2008, 2009; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017). A partir da comparação dessas duas visões, argumentamos em favor da segunda delas, em função do fato de que a relação entre raiz e gênero é muito parecida com a natureza da relação entre a raiz e o categorizador nominal.

Na implementação da nossa proposta, argumentamos que a supleção desencadeada pela informação de gênero nos nomes do PB ocorre em função da relação local entre uma raiz e o núcleo nominalizador (*n*). Em outras palavras, propomos que é em razão dessa relação local entre a raiz e o traço de gênero que os contextos supletivos são licenciados para os nomes no PB. Além disso, propomos, paralelamente à proposta de Folly e Harley (2005) para o *v*, que o núcleo *n* pode vir em diferentes “sabores”, ou seja, os traços de gênero podem vir em diferentes configurações nesse núcleo⁵⁶. Mais especificamente para os dados do PB, propomos que as ocorrências supletivas se dão em razão da associação de raízes específicas a uma marcação de gênero bivalente, contendo, ao mesmo tempo, o traço de feminino e masculino (ARMELIN, 2015). Na implementação do sistema, propomos que, diante dessa especificação bivalente, a operação de Inserção de Vocabulário não consegue eleger um expoente fonológico vencedor. Duas soluções são propostas para a convergência em PF: (i) se nenhuma operação pós-sintática acontecer, o expoente fonológico associado às versões masculinas dos pares supletivos no PB é inserido por *default*, como estratégia de último recurso, uma vez que esse é o gênero menos marcado da língua ou (ii) se uma operação pós sintática de empobrecimento (BONNET, 1991) for desencadeada, ela apaga o traço de masculino, mais uma vez compreendido como elemento *default* e, como resultado, os expoentes fonológicos das versões femininas dos nomes supletivos do PB são inseridos.

⁵⁶ Propostas de diferentes configurações de traços para o *n* são encontradas em Lowenstamm (2008) e Kramer (2015, 2016) e Minussi (2012).

Para tanto, este capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 6.2 discutimos, no âmbito da MD, propostas distintas para o local do traço de gênero e argumentamos em favor da ideia de que o traço de gênero compõe o núcleo n ; na seção 6.3, por sua vez, apresentamos as relações entre o local do traço de gênero e a interpretação de animacidade; na seção 6.4 completamos nossa análise, sistematizando as relações de localidade e as especificações de gênero no n responsáveis por desencadear a supleção. Por fim, a seção 6.5 encerra o capítulo com as considerações finais.

6.2 DISCUTINDO O LOCAL DO TRAÇO DE GÊNERO EM MD

Nesta seção discutimos diferentes propostas para o local da informação de gênero na estrutura sintática. Dentre tais propostas, argumentamos na linha de outros autores (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2008, 2009; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017) que o traço de gênero está localizado no núcleo definidor de categoria nominal, n , e que esse núcleo categorizador apresenta diferentes sabores (LOWENSTAMM, 2008; KRAMER, 2015), o que codifica diferentes interpretações das raízes complemento desse núcleo.

No PB, e nas línguas românicas em geral, a informação de gênero parece estar inerentemente vinculada aos nomes. Se esse raciocínio está no caminho correto, então, a informação de gênero contida em outros domínios categoriais, como nos adjetivos, pronomes e determinantes, por exemplo, deverá ser analisada como fruto de operações de concordância entre tais elementos o traço de gênero do nome propriamente dito.

No âmbito da MD, que explode a estrutura interna dos nomes em núcleos sintáticos distintos, a questão central que surge como debate é exatamente em qual desses núcleos no domínio do nome a informação de gênero estaria contida. Nesse sentido, algumas possibilidades de análise incluem: (i) uma especificação de gênero nas próprias raízes (ALCÂNTARA 2010, EMBICK (2015) e KUČEROVÁ E SZCZEGIELNIAK⁵⁷ (2018) e (ii) a codificação do traço de gênero no núcleo definidor de categoria n (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2008,

⁵⁷ Kučerová e Szczegielniak (2018) apresentam uma interessante proposta sobre o local da informação de gênero. Nessa proposta, a informação de gênero poder ser diretamente codificada em algumas raízes (certa classe de profissões do polonês) e também pode ser vinculada às raízes tardiamente (a informação de gênero seria vinculada às raízes por meio de um índice sintaticamente inerte). As raízes sem gênero, na proposta dos autores, devem ser inseridas tardiamente, porém não é claro se essa inserção tardia das raízes de dá antes ou após o *Spell-Out*. A proposta de Kučerová e Szczegielniak se configura, então, como uma proposta híbrida para a inserção da informação de gênero e também uma proposta híbrida para a concepção das raízes.

2009; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017). As motivações e discussões que sustentam essas duas abordagens serão discutidas ao longo desta seção.

De qualquer maneira, independentemente da posição na estrutura, é importante ressaltar já desde início que consideramos o traço gênero como uma informação presente na sintaxe⁵⁸. Isso porque, como mostra Armelin (2015, 2017), a especificação traço de gênero apresenta consequência para a interpretação composicional ou não composicional dos aumentativos no PB.

(26)

	Aumentativo	Composicional	Não-Composicional
a sala	o salão	sala grande	espaço para festas
a roupa	o roupão	roupa grande	traje usado para sair do banho
a caixa	o caixão	caixa grande	instrumento utilizado em enterros
a sacola	o sacolão	sacola grande	lugar que vende verduras
a palavra	o palavrão	palavra grande	palavra obscena

- (27) a. salona
 interpretação composicional: sala grande
 interpretação não-composicional: -----
- b. roupona
 interpretação composicional: roupa grande
 interpretação não-composicional: -----
- c. caixona
 interpretação composicional: caixa grande
 interpretação não-composicional: -----
- d. sacolona
 interpretação composicional: sacola grande
 interpretação não-composicional: -----
- e. palavrona
 interpretação composicional: palavra grande
 interpretação não-composicional:-----

(ARMELIN 2015, p.182-183)

Segundo a autora, o que os dados acima parecem apontar é que os aumentativos masculinos são ambíguos entre a interpretação composicional e não-composicional, enquanto os aumentativos femininos são interpretados somente composicionalmente. Argumentamos que

⁵⁸ Cf. também Pfau (2009) para evidências empíricas - baseadas em erros de fala - de que traços de gênero estão na sintaxe.

essa distinção na composicionalidade entre as versões masculina e feminina do grau aumentativo são codificadas sintaticamente.

Uma vez assumida a natureza sintática do traço de gênero, comecemos discutindo a possibilidade de que esse traço seja associado a raiz, como propõem, por exemplo, Alcântara (2010), Embick (2015) e Kučerová e Szczegielniak (2018). Essa posição está ilustrada abaixo:

Raízes em algumas línguas são especificadas com traços “morfológicos” do tipo associado a sistemas de conjugação ou declinação (ou gênero gramatical).
(EMBICK 2015, p. 8) (tradução nossa⁵⁹)

O argumento mais central para esse tipo de análise é a arbitrariedade do traço de gênero que pode estar associado aos nomes. No entanto, argumentamos contra essa proposta por razões de natureza empírica e teórica. Do ponto de vista teórico, se os nomes se configuram como a categoria lexical que contêm a informação de gênero valorada, por oposição às outras categorias, em que a valoração de gênero se dá via concordância, então, a proposta de que as raízes contêm a própria informação de gênero acaba por, de uma maneira muito direta, apontar para a categoria lexical dessa raiz (ACQUAVIVA, 2009). No entanto, em um modelo como a MD, em que se assume que as raízes são acategoriais, a proposta de que a informação de gênero está contida na raiz acaba por enfraquecer fortemente a Assunção de Categorização (EMBICK & MARANTZ, 2008).

Por outro lado, do ponto de vista empírico não é difícil encontrar dados em que uma mesma raiz aparece em diferentes gêneros, de modo que não fica claro qual é a especificação que deve ser atribuída a essa raiz:

(28)	a. √MENIN	menino	menina
	b. √MESTR	mestre	mestra
	c. √FREGUÊS	freguês	freguesa
	d. √MAT	mato	mata
	e. √VAL	vale	vala
	f. √BARC	barco	barca
	g. √JARR	jarro	jarra
	h. √BOLS	bolso	bolsa

(ARMELIN, 2015, p.48)

⁵⁹ *Roots in some languages are specified with “morphological” features of the type associated with systems of conjugation or declension (or grammatical gender)* (EMBICK 2015, p. 8)

Por fim, mesmo nos casos de raízes que superficializam em nomes cujo gênero é supostamente invariável, ainda é gramaticalmente possível encontrar essas raízes em contextos alternantes de gênero, se as condições semântico-pragmáticas ideais são fornecidas:

- (29) a. A mesa e o meso viveram felizes para sempre.
b. A panela e o panelo se casaram em um castelo.

(ARMELIN, 2015, p. 73)

Uma vez que exemplos como os de (29) configuram-se como uma possibilidade para qualquer raiz da língua em um contexto nominal, fica difícil postular um traço de gênero inerente a ela associado. Adicionalmente, nesse sentido, seria ainda necessário postular algum tipo de operação em que o gênero especificado na raiz pudesse sofrer uma espécie de coerção. Além da natureza desse mecanismo não ser clara, ainda assim parece contraproducente que um gênero especificado possa ser alterado. De maneira que parece mais interessante, portanto, que não haja uma especificação prévia de gênero na raiz.

Dessa mesma maneira, gênero parece ser diferente dos chamados “traços morfológicos” de Embick (2015), tal como o traço de classe nominal, por exemplo. Isso porque, diferentemente de classe, a informação de gênero desencadeia concordância e é obrigatória.

Opostamente à ideia de que o gênero é intrínseco à raiz, há uma corrente de autores que argumenta em favor da especificação desse traço no núcleo nominalizador (LOWENSTAMM, 2008; ACQUAVIVA, 2008, 2009; KRAMER, 2015, 2016; PICALLO, 2017). Esse tipo de abordagem compreende que atribuir gênero a uma raiz é parte essencial na nominalização dessa raiz, o que, por exemplo, segundo Kramer (2015) parece intuitivamente correto. Além disso, também segundo a autora, a relação entre o gênero e a raiz apresenta uma série de características que são comuns na relação entre categorizador e a raiz, tais como:

- (i) Uma raiz no contexto sintático nominal recebe uma informação de gênero que é compatível com a condição de licenciamento dessa raiz, *nem toda raiz pode se associar a qualquer informação de gênero (a cobra/ o tatu/ a pedra/ o rio)*, ou seja, *raízes diferentes se associam a gêneros diferentes (isto é, diferentes tipos de n)*.
- (ii) Existem lacunas paradigmáticas na combinação entre raiz e *n*, ou seja, *nem todas as raízes são possíveis com todas as especificações de n*. Na nossa proposta essa noção pode ser exemplificada com a relação entre nomes animados (gênero

semântico) e raízes que têm condições de licenciamento que não permitem leituras de animacidade (gênero gramatical). Dessa maneira, nem toda raiz pode se associar a uma leitura prototípica de gênero semântico sem que isso gere consequências na busca enciclopédica dessa formação. Esse comportamento é bastante similar, então, ao comportamento da relação entre raízes e categorizadores, nem toda raiz pode se associar a qualquer núcleo categorizador (Cf. cp. 4)

(KRAMER, 2015, p. 34)

Dessa maneira, no desenvolvimento de nossa análise da supleção, assumiremos a ideia de que os traços de gênero serão codificados via traços no próprio categorizador nominal e não na raiz. Na próxima subseção passaremos à uma discussão sobre a relação entre a animacidade e gênero.

6.3 GÊNERO NO *n* E A NOÇÃO DE ANIMACIDADE

Nesta subseção apresentamos como a relação entre a especificação de gênero e a noção de animacidade são fortemente associadas à discussão sobre o local do gênero na estrutura sintática. Para tanto, apresentamos a proposta apresentada em Kramer (2015) e uma revisão de literatura levantada em Kramer (2016) sobre essa temática, introduzimos também nossa própria proposta sobre o local da informação de gênero a partir da associação da proposta de Folli e Harley (2005) e de Armelin (2015, 2017). Ainda nesta subseção apresentamos brevemente como a proposta de Beard (1995) sobre a relação entre gênero e animacidade nas línguas eslavicas se aproxima do mecanismo que desenvolvemos para a configuração de gênero que propomos e a associação da nossa proposta com a noção de animacidade.

Kramer (2015) propõe que a distinção entre gênero gramatical e semântico⁶⁰ está contida em uma relação de traços de gênero não interpretável e traços de gênero interpretável respectivamente, ambos alocados no categorizador nominal. Os traços de gênero não interpretáveis vinculam-se aos nomes que não codificam animacidade, configurando um puro artefato linguístico que não codifica uma informação de gênero que remeta a uma interpretação

⁶⁰ Gênero semântico aqui se refere à noção de gênero que é associada aos seres animados. Gênero gramatical remete à marcação de gênero que não codifica contraste, como a maioria dos substantivos concretos. Nos termos de Armelin (2015) consideramos gênero gramatical como gênero não-composicional e gênero semântico como gênero composicionalmente interpretado (cf. ARMELIN, 2015).

semântica extralinguística. Esse é o caso, por exemplo, dos substantivos inanimados de um único gênero. Por sua vez, os traços de gênero interpretável vinculam-se aos nomes que codificam animacidade, são interpretáveis exatamente por isso. Esse é o caso, por exemplo, dos substantivos que remetem a seres sexuados/animados.

É interessante ressaltar, no entanto, que, na proposta de Kramer (2015), tanto os traços interpretáveis, quanto os traços não interpretáveis são enviados para LF. Apesar de consciente de que propostas de traços não-interpretáveis que vão para LF não serem amplamente assumidas, a autora assume essa posição assumindo o que é proposto em Legate (2002), Pesetsky e Torrego (2007), Epstein et al. (2010) e Carstens (2010, 2011) que o verdadeiro problema para uma derivação em LF seria haver algum traço não valorado. Nesse sentido, para Kramer (2015) os traços interpretáveis e não-interpretáveis, por serem valorados, são enviados para LF sem problemas para a convergência da derivação: enquanto os traços interpretáveis vão ser lidos por LF, os traços não interpretáveis não serão lidos, mas não causarão problemas para a derivação pois são valorados (cf. KRAMER, 2015, cap. 3, p 37-64).

Em outra obra, Kramer (2016) apresenta, então, como outros autores têm codificado a relação entre a marcação de gênero na estrutura sintática e a noção de animacidade. As propostas que a autora apresenta têm em comum que a distinção entre gênero gramatical e de gênero semântico se estabelece a partir do local em que o traço de gênero está alocado na estrutura sintática. Diferentes autores assumem diferentes versões da proposta de mais de um local para o traço de gênero e a relação com animacidade.

Autores como Picallo, (2007, 2008), Armoskaite (2011) e Fathi & Lowenstamm (2016) propõem que o traço de gênero está alocado em dois locais distintos da estrutura sintática, na própria raiz (N para Picallo, 2008) e em um núcleo de classe/categorização (F para Fathi & Lowenstamm, 2016). A argumentação desenvolvida por esses autores, segundo Kramer (2016), para assumir dois locais para a alocação da informação de gênero, se justifica a partir da necessidade de se distinguir estruturalmente a informação de gênero gramatical da informação de gênero semântico.

Picallo (2007, 2008), por exemplo, assume um núcleo de classe acima do NP (raiz). Esse núcleo de classe recebe a informação de gênero interpretável, enquanto o NP recebe a informação de gênero não-interpretável. Contudo, como aponta Kramer (2016), não é claro como o traço de classe é interpretado. Picallo argumenta que esse núcleo de classe estabelece uma relação com animacidade, mas não entra em detalhes sobre como essa relação se daria (KRAMER, 2016, p. 669).

Armoskaite (2011), similarmente à Picallo (2008), propõe um núcleo de categorização acima da raiz. A informação de gênero, nessa proposta, vem codificada como um traço interpretável e valorado na raiz, mas como um traço não-interpretável e não valorado nesse núcleo de categorização. É esse traço de gênero da raiz que codifica animacidade na proposta de Armoskaite (2011). Porém, como aponta Kramer (2016), a posição em que o traço contendo as informações de gênero é interpretável/não-interpretável é codificado é completamente oposta entre as propostas de Armoskaite (2001) e Picallo (2007, 2008). A proposta elaborada por essas autoras, Armoskaite e Picallo, tem um aparato derivacional muito similar, porém elas assumem posicionamentos opostos uma à outra quanto à maneira que a informação de gênero é interpretada. Picallo (2007,2008) propõe que o gênero gramatical é vinculado ao NP/raiz, enquanto que Armoskaite (2001) propõe que gênero semântico está na raiz. O oposto se verifica com relação ao núcleo de classe de Picallo e o categorizador de Armoskaite, enquanto para a primeira o gênero semântico está contido no núcleo de classe, para a última o gênero gramatical está contido no núcleo categorizador.

Finalmente, em Fathi e Lowenstamm (2016) é proposto a inserção de um traço F não valorado no *n*. Esse traço seria valorado em razão da presença de um F valorado que estaria adjungido à raiz (gênero semântico), abaixo de *n*, portanto. Nos contextos em que esse F valorado mais baixo estiver ausente, um valor arbitrário de gênero é atribuído ao F no *n* (gênero gramatical).

Por outro lado, algumas propostas têm assumido que a informação de gênero pode estar ora no categorizador ora na raiz. Alguns autores, como Kramer (2009) e Atkinson (2015), têm proposto que o traço de gênero contido no *n* desencadeia uma interpretação semântica – relacionada a sexo biológico e animacidade – enquanto o traço de gênero na raiz, por sua vez, desencadeia uma leitura gramatical da informação de gênero. Contrariamente a esses autores Steriopolo e Wiltschko (2010) propõem que a leitura gerada por essas diferentes posições do traço é oposta: o traço de gênero na raiz desencadeia uma leitura semântica da informação de gênero (animacidade), enquanto o traço de gênero no *n* desencadeia uma leitura gramatical da informação de gênero.

A partir dessas propostas – e guardadas as devidas controvérsias - fica bastante evidente a relevância da discussão entre o local do traço de gênero na estrutura sintática e as diferentes interpretações decorrentes dessa localização. Salienta-se também como a relação entre gênero semanticamente interpretado e animacidade são maximamente próximas. Essa relação se justifica na medida em que uma mesma informação de natureza morfossintática, gênero, pode ter forte influência na conceptualização que nós, como falantes fazemos de outros seres vivos.

Nessa linha de raciocínio, vale chamar a atenção para a proposta de Armelin (2015) para a relação entre as diferentes configurações da informação de gênero e suas interpretações correspondentes nos nominais do PB. Mais especificamente, Armelin (2015, 2017) propõe que o PB apresenta três diferentes configurações de gênero:

- (i) [*masc.*] - esse traço é não composicionalmente interpretado pois não codifica uma interpretação de gênero no PB. Nomes inanimados como *relógio* e *asfalto* codificam esse traço pela mera necessidade de os nomes no PB precisarem de uma informação de gênero, não porque *relógio* apresenta características mais masculinas que *máquina*, por exemplo;
- (ii) [*fem.*] - esse traço não é composicionalmente interpretado, pois não codifica uma interpretação de gênero no PB. Uma *parede* não é caracteristicamente mais feminina que um *muro* por exemplo.
- (iii) [*masc., fem.*] – composicionalmente interpretada. Essa marcação bivalente de gênero codifica interpretação no PB. A interpretação codificada por esse traço é a *animacidade*. Nessa especificação de gênero, enquadram-se nomes como *humano* e *humana*, pois tem a noção de gênero semântico associada a esse pareamento.

É interessante ressaltar, nesse sentido, que, diferentemente dos outros autores acima citados, em Armelin (2015), as diferenças de interpretação entre gênero gramatical e semântico está associada não a diferentes posições do traço de gênero na estrutura sintática, mas sim a diferentes codificações dos traços de gênero em um mesmo núcleo. Consideramos uma proposta desse tipo mais interessante por dois motivos. Um deles é que autores que adotam duas posições para o traço de gênero, geralmente associam alguma dessas posições à raiz. Como já discutimos anteriormente, há consideráveis desvantagens na associação entre traço de gênero e raiz. O segundo motivo é que, para autores que não adotam essa dupla posição do traço de gênero, mas se apoiam na distinção entre traço interpretável e não interpretável, como é o caso de Kramer (2015, 2016), a presença de traços não interpretáveis em LF acaba por enfraquecer o papel dessa distinção no sistema, uma vez que interpretabilidade passa a ser confundida com composicionalidade.

Tendo estabelecido que diferentes configurações de gênero no PB, baseados na proposta de Armelin (2015), codificam diferentes interpretações e, assumindo que a leitura de animacidade emerge em contextos em que a informação de masculino e feminino estão

associadas conjuntamente (BEARD, 1995), podemos estabelecer o que consideramos ser diferente sabores n , em paralelo à proposta de Folli e Harley (2005).

Mais especificamente, essas autoras levantam a hipótese de que o núcleo definidor de categoria verbal, v , pode aparecer em diferentes sabores: v_{cause} , v_{become} , v_{do} (FOLLI & HARLEY, 2005, p. 114). Cada um desses sabores de v estabelecem um tipo de licenciamento com relação à interpretação do sujeito verbal, se agentivo ou não. Os sabores de v servem então para licenciar padrões na estrutura argumental e para delimitar as interpretações possíveis com relação à interação entre argumento externo e argumento interno.

Na linha da proposta dessas autoras, estabelecemos uma associação entre o núcleo definidor de categoria nominal e as diferentes configurações de gênero no PB propostas por Armelin (2015). Dessa associação emerge o seguinte cenário:

- (i) $n_{[fem.]}$ – gênero gramatical; não codifica animacidade; associa-se a raízes em que a informação enciclopédica que emerge é uma entidade inanimada: mesa, ponte, lente.
- (ii) $n_{[masc.]}$ - gênero gramatical; não codifica animacidade; associa-se a raízes em que a informação enciclopédica que emerge é uma entidade inanimada: galho, mar, pente.
- (iii) $n_{[masc., fem.]}$ – gênero semântico; codifica animacidade; associa-se a raízes em que a informação enciclopédica que emerge é a de uma entidade animada: menino/menina, aluno/aluna, bode/cabra.

Da proposta delineada em (i), (ii) (iii) acima temos que, com relação às outras análises, nossa proposta desempenha um papel mais econômico no mecanismo derivacional da computação, pois unifica o local do gênero, como na proposta de Kramer (2015), e estabelece que as distinções entre gênero gramatical e gênero semântico não necessita ser codificada via diferentes locais na estrutura sintática. Diferentemente de Kramer (2015), e outros autores que assumem um traço [animado], no entanto, e assumindo a proposta de Beard (1995) e Armelin (2015) argumentamos que a noção animacidade, vinculada à informação de gênero semântico, não se configura como um traço interno à Gramática, mas emerge exatamente da associação de um traço masculino e feminino, o que, ao nosso ver, estabelece que uma das maneiras de se configurar a animacidade é via a codificação simultânea da informação de gênero. Além disso, entendemos, na linha do que é proposto em outros autores (BEARD, 1995; FOLLI & HARLEY,

2008; HARBOUR, 2013; ARMELIN, 2015) que a noção de animacidade não se configura como um primitivo da gramática, ao contrário, emerge de outros mecanismos gramaticais. Assim, no PB uma maneira de se codificar animacidade é por meio de uma marcação de gênero bivalente $n_{[masc., fem.]}$.

Para finalizar esta seção, apresentamos brevemente a proposta de Beard (1995) sobre o *status* da informação de animacidade nas línguas eslavicas. Vale ressaltar que chegamos a conclusões semelhantes à do autor por meio de mecanismos diferentes. Na proposta de Beard, todos os nomes animados das línguas eslavicas contêm as informações de masculino e feminino simultaneamente. Mais especificamente, no sistema do autor a informação de masculino e feminino (+animado) emerge a partir da associação de uma marcação bivalente de gênero com uma marcação (+ ou -). Um nome animado feminino tem uma configuração de traços (+fem., -masc.), enquanto um nome animado masculino tem uma configuração de traços (-fem., +masc.).

Na nossa proposta, por sua vez, em que não há valores positivos ou negativos associados aos traços de gênero - que são, portanto, privativos - derivamos essa distinção a partir do mecanismo de Inserção de Vocabulário associado à operação pós-sintática de empobrecimento. Para tanto, explicitamos como esse mecanismo se dá na próxima sessão, é também na próxima sessão que explicitamos o mecanismo de derivação de análise dos nomes supletivos no PB.

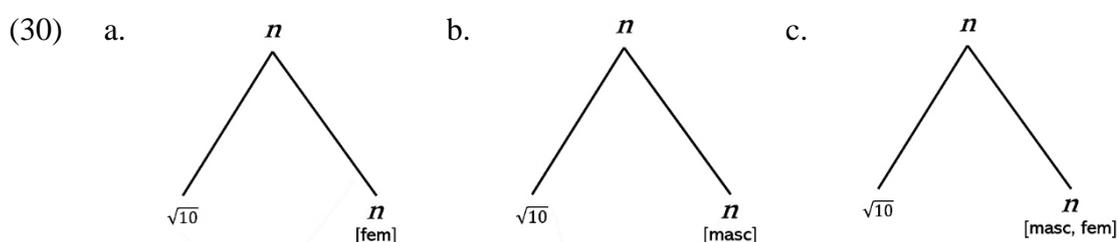
6.4 SUPLEÇÃO NO PB: UMA ESTREITA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E LOCALIDADE

Na presente seção completamos nossa proposta derivacional que busca dar conta das ocorrências de supleção nominal no PB. Para tanto, é importante retomar já de início, que assumimos que as raízes precisam ser individualizadas na Lista 1. Essa individualização é necessária para que as diferentes fonologias associadas a uma mesma raiz, como acontece nos casos de supleção, possam competir no momento da Inserção de Vocabulário. No entanto, como discutimos nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, não é viável que as raízes sejam individualizadas nem por meio de sua fonologia, nem de sua informação conceitual. Além disso, argumentamos que as raízes são destituídas de qualquer informação gramatical (BORER, 2014). Por essas razões, assumimos que as raízes são constituídas, na Lista 1, por um índice numérico que as individualiza e garante a inserção de vocabulário apropriada (PFAU 2000, 2009; ACQUAVIVA 2008, HAUGEN & SIDDIQI, 2013; HARLEY, 2014; PANAGIOTIDIS, 2014, 2015; entre outros).

Além dessa caracterização da raiz, e seguindo na esteira das propostas de outros autores, tais como Lowenstamm (2008); Acquaviva (2008, 2009); Kramer (2015, 2016) e Picallo (2017) por exemplo, assumimos que a informação de gênero é codificada via traço no núcleo categorizador nominal. Além disso, na mesma linha das propostas para sabores de ν (FOLLI e HARLEY, 2005), propomos que, no PB, o n apresenta ao menos três sabores diferentes. Mais especificamente, na identificação desses sabores, assumimos a proposta de ARMELIN (2015) com a seguinte codificação de traços: duas codificações contendo traços isolados, tais como [masc] ou [fem], correspondendo à noção de gênero gramatical, além de uma versão superespecificada, contendo uma especificação bivalente do tipo [masc, fem], que corresponde à noção de gênero semântico.

Defendemos que, nas três configurações de gênero no PB a informação de gênero são interpretáveis em LF. A diferença entre elas, no entanto, é que as especificações isoladas são não composicionais, enquanto a especificação bivalente é composicional. Em outras palavras, isso significa que não se trata de uma diferença de interpretabilidade de traços, mas de acesso enciclopédico.

Nesse sentido, os traços isolados, ou seja, os contextos em que n é marcado apenas com um traço, seja de masculino, seja de feminino, acabam por licenciar a informação de gênero gramatical. Essa informação de gênero é, portanto, opaca do ponto de vista de sua interpretação. Por outro lado, a marcação bivalente de gênero, diferentemente da marcação monovalente, ao codificar um contraste entre o que é masculino e o que é feminino de uma maneira similar às noções de gênero assumidas no espaço extralinguístico, é interpretada como possível formadora de pares, o que, nesta dissertação, é fortemente relacionado a uma leitura de animacidade. A representação sintática desses contextos pode ser vista em (30) abaixo:



No que diz respeito especificamente à supleção nominal no PB, interessa-nos a especificação bivalente [masculino, feminino] em n , uma vez que é essa configuração que gera formações pareadas de gênero semântico, sejam elas regulares, como em (31a), sejam elas supletivas, como em (31b):

- (31) a. menino-menina; mestre-mestra, engenheiro-engenheira, cantor-cantora, ator-atriz, defensor-defensora, professor-professora, tio-tia, entre outras.
 b. homem-mulher; boi-vaca; genro-nora; pai-mãe; cavalo-égua; carneiro-ovelha; bode-cabra, e mais algumas outras palavras.

Nesse sistema, portanto, a derivação das formas regulares e irregulares é exatamente idêntica, o que, em termos intuitivos, parece interessante, uma vez que a semântica associada a esses pareamentos também é idêntica.

Resta-nos discutir nesse momento a questão de como o processo de Inserção de Vocabulário nos contextos de especificação bivalente se daria. Isso porque não há um IV que possa ser associado, ao mesmo tempo, a essas duas especificações. Dessa maneira, na interface fonológica a dupla especificação pode gerar problemas na escolha da fonologia adequada para a raiz, especialmente nos dados supletivos, em que duas fonologias possíveis são abrigadas pelo mesmo índice.

A partir dessa problematização, propomos, então, dois cenários possíveis. No primeiro deles, a especificação bivalente [masc, fem] de gênero causa uma espécie de “pane” no mecanismo de inserção de vocabulário, que acabaria por inserir uma marcação de gênero *default* – o masculino. O estatuto *default* do masculino PB não é qualquer novidade na literatura e alguns argumentos nesse sentido são os seguintes:

- (a) a interpretação do masculino plural engloba o feminino;
 (b) na nominalização infinitiva (*falar – o falar*) o gênero do nome é sempre masculino;
 (c) nos pareamentos não supletivos, a realização morfofonológica do masculino pode ser variada, enquanto a realização do feminino é sempre -a (cf. CÂMARA JR., 1970).

A inserção da fonologia masculina da forma supletiva, então, é uma consequência da escolha do IV *default*. A questão que se coloca agora, então, é qual é o mecanismo responsável pela inserção da peça fonológica correspondente à forma feminina dos pares supletivos.

Para dar conta desse caso, propomos que é possível que o traço bivalente de gênero sofra uma operação pós sintática de empobrecimento (BONET, 1991). Essa operação se configura como uma ocorrência em que um traço, ou mais, é empobrecido da estrutura de um nó terminal da sintaxe. No nosso caso, a aplicação da operação de empobrecimento, como mecanismo de

último recurso, se dá em razão de a operação de Inserção de Vocabulário não ser capaz de atribuir um IV a um nó terminal com uma marcação bivalente de gênero.

Mais especificamente, propomos que dentre os traços especificados a operação de empobrecimento terá como alvo aquele que é menos marcado (KUČEROVÁ & SZCZEGIELNIAK, 2018), ou seja, no PB, o masculino. Com o empobrecimento do traço de masculino, resta apenas o traço de gênero feminino, que guiará a inserção da fonologia adequada para tal traço.

A ilustração dos IVs correspondentes pode ser vistas em (32) abaixo:

- (32) a. $\sqrt{10} \leftrightarrow \text{homem} / n_{[\text{masc}]} (n, [\text{masc}, \text{fem}])$
 b. $\sqrt{10} \leftrightarrow \text{mulher} / n_{[\text{fem}]} (n, [\text{masc}, \text{fem}])$

Em (32a) e (32b) temos à esquerda da seta o índice abstrato da raiz. Trata-se de uma raiz supletiva, uma vez que há duas diferentes fonologias associadas a ela. A escolha da fonologia adequada dessa raiz se dá via Inserção de Vocabulário. Assim, esse mecanismo de inserção de sonda o domínio sintático em que a raiz está contida e insere o IV mais adequado no nó raiz a partir da associação do índice contido no nó raiz com a informação de gênero contida no n , o que está explicitado depois da barra que expressa contexto.

É interessante ressaltar que há uma importante interação entre o núcleo n e a raiz. Essa interação só é possível em razão da relação de localidade entre eles. Nesse sentido, propomos que raiz “enxerga” o núcleo categorizador no momento em que ela recebe seu IV. Mais especificamente, propomos, na linha de Bobaljik (2000) e Embick (2010) que a Inserção de Vocabulário da própria raiz é sensível, não à realização fonológica do núcleo categorizador em si, mas aos traços formais que constituem o núcleo n a ela concatenado, nesse caso específico os traços de gênero. Dessa maneira, a Inserção de Vocabulário responsável por inserir o nó raiz, identificando o índice que a acompanha, tem disponível também a informação de gênero presente no categorizador. Assim, a fonologia de uma raiz que é supletiva para gênero é definida, via competição de raiz, em razão da associação da informação do índice contido nessa raiz com a informação de gênero bivalente contida no n .

No entanto, a especificação bivalente impossibilita a Inserção de Vocabulário e a derivação não converge na interface de PF. Essa ilegibilidade é resgatada, exatamente, através da inserção da fonologia de raiz associada ao masculino *default*. Por outro lado, se a operação morfológica de empobrecimento acontecer, há o apagamento do traço de gênero *default*. Esse apagamento licencia a inserção da fonologia de raiz relacionada ao feminino.

Uma consequência importante desse sistema é que a interpretação bivalente chega à interface de LF, sendo interpretada como animacidade, mas nunca chega à interface de PF, seja em função da inserção do IV *default*, seja em função do empobrecimento do traço *default*. Nesse sentido, propomos que a interpretação enciclopédica que emerge para dados como *mulher/homem; boi/vaca; cavalo/égua; pai/mãe; genro/nora*, etc. se dá a partir da associação de animacidade (LF), com a representação fonológica derivada da operação de Inserção de Vocabulário – se a versão masculina (*default*) ou feminina da raiz supletiva. Nesse sentido, a representação fonológica delimita a representação enciclopédica associada à informação de animacidade contida no *output* de LF.

Levantamos a hipótese, nesse sentido, que tanto os *outputs* de PF e de LF constituem juntos o material de sondagem da Enciclopédia para a atribuição de informação conceitual. Na verdade, esse mesmo raciocínio pode ser estendido aos pares masculino/feminino não-supletivos. A única distinção dos dados supletivos para os dados não supletivos é que, vinculada aos índices das raízes não-supletivas, existe apenas uma fonologia, enquanto para os índices vinculados a raízes supletivos existe apenas uma. Esse raciocínio se insere em um amplo debate a respeito do lugar do componente Enciclopédia no âmbito da MD, em que há divergência entre autores que consideram que tal componente tem acesso somente à representação de LF (EMBICK & NOYER, 2007), enquanto outros assumem que a Enciclopédia precisa ter acesso, tanto à representação de LF, como à representação de PF (MARANTZ 1996, 1997). Dentro do sistema que construímos para a análise dos nominais supletivos do PB, consideramos que a segunda perspectiva seja mais adequada. Isso porque, subjacente à nossa proposta está a noção de que a informação fonológica é relevante para a atribuição conceitual, uma vez que é só nesse momento da derivação que a realização, por exemplo, das formas *homem* ou *mulher* para determinada raiz é definida e, certamente, essa definição é relevante para a interpretação enciclopédica.

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo explicitamos nossa proposta de tratamento para os dados nominais do PB sujeitos à supleção. Argumentamos que o mecanismo derivacional por traz dos nominais pareados em gênero supletivo é o mesmo que deriva nominais pareados em gênero com fonologia regular.

Nesse sentido, apresentamos uma discussão em favor da interpretação do traço de gênero como estando no *n*. Reforçamos nossa defesa de que raízes são individualizadas via

índices numéricos e argumentamos, com a proposta, que a informação enciclopédica das estruturas emerge a partir dos produtos advindos de PF e LF.

Argumentamos também que animacidade no PB é fruto da interpretação do traço bivalente de gênero em LF e que esse tipo de informação emerge como subproduto de outros primitivos da gramática.

No que se refere à Inserção de Vocabulário para os itens supletivos, propomos que uma operação de empobrecimento permite a entrada do IV que representa a versão feminina dos nomes supletivos, enquanto que a interpretação default de masculino faz com que o IV que representa a versão masculina dessas raízes seja selecionado.

No capítulo final desta dissertação revisitamos brevemente o discutido nos capítulos anteriores e apresentamos as questões que este trabalho deixa em aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES FUTURAS**7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa subseção apresentamos resumidamente o que tratamos nos capítulos desta dissertação.

No capítulo 1, apresentamos o tema desta dissertação para o leitor: a supleção. Nesse mesmo capítulo introduzimos a abordagem teórica que sibjaz ao desenvolvimento de toda esta dissertação: a Morfologia Distribuída. Apresentamos ainda, no capítulo introdutório, nossas questões e hipóteses. Buscamos responder a todas essas questões ao longo de toda a dissertação.

No capítulo 2, introduzimos ao leitor como abordagens gramaticais mais tradicionais, como a GT e a proposta estruturalista de Câmara Jr. interpretavam os dados que foram tema de análise no capítulo anterior. Além disso, apresentamos alguns dados translinguísticos de supleção no domínio lexical de variadas línguas. Apresentamos também no capítulo 2 a razão de entendermos que os nomes supletivos no PB, em que a supleção é desencadeada pela informação de gênero, devem ser agrupados em pares da mesma maneira que os nominais pareados fonologicamente regulares.

No capítulo 3, revisamos o debate em torno da possibilidade de raízes estarem, ou não, sujeitas à Inserção Tardia de fonologia e a competição para inserção de um IV. Argumentamos em defesa dessa possibilidade, assumindo, na linha de outros autores, que raízes são individualizadas na sintaxe via um índice numérico. Nessa mesma linha de raciocínio, defendemos, no Capítulo 4, que raízes não podem ser individualizadas via conteúdo conceitual. Argumentamos que a informação conceitual não é suficiente para a individualização das raízes e que condições de licenciamento funcionam como um poderoso mecanismo que regula as estruturas sintáticas passíveis de receber uma interpretação conceitual. Mais um argumento em favor de índices.

No capítulo 5 apresentamos ao leitor um breve resumo da proposta de fases, tanto no PM, como em MD. Além disso revisamos como alguns autores tem desenvolvido aparatos para tratar os casos de supleção nas línguas do mundo. Dessa revisão emergiu a noção de que, apesar de haver controvérsias quanto aos domínios de localidade que licenciam as ocorrências supletivas, tem havido um consenso que raiz são destituídas de fonologia, estão sujeitas à

competição por um IV e que as ocorrências supletivas são restritas a domínios de localidade, ainda que esses domínios sejam incertos.

Por fim, no capítulo 7, discutimos brevemente em favor de a informação de gênero estar contida no núcleo definidor de categoria nominal. Em seguida apresentamos nossa proposta de derivação para os nomes que entram em relação de supleção no PB em decorrência da presença de um traço bivalente de gênero maximamente local à raiz.

Na próxima subseção apresentamos algumas questões que ficaram em aberto nesta dissertação.

7.2 QUESTÕES EM ABERTO E INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A principal questão que tem sobressaído nessa dissertação e que ainda não conseguimos desenvolver seriamente é a questão da concordância de gênero dos nomes que carregam uma informação bivalente de gênero. A pergunta que emerge é *como se dariam operações de concordância no interior do DP em que o traço de gênero bivalente está contido?*

Para tatear essa questão, hipotetizamos que as operações de concordância de gênero no interior do DP são necessariamente pós-sintáticas. Mais especificamente, as operações de concordância podem ocorrer após a operação morfológica de empobrecimento. Isso porque para que o mecanismo de concordância aconteça, é relevante que o sistema saiba qual dos traços foi empobrecido. Nesse sentido, levantamos duas hipóteses sobre como isso se daria:

- (i) A operação de empobrecimento, para o feminino, e o apagamento do traço bivalente de gênero, para a inserção do masculino *default*, acontecem no Componente Morfológico apenas. Na proposta elaborada acima, por outro lado, argumentamos que a inserção de um masculino *default* se dá no momento de Inserção de Vocabulário. Se assumimos que a Morfologia empobrece o traço de masculino, nos contextos de feminino, e “exclui” a marcação bivalente para inserção de um masculino *default*, proporemos que essas duas operações devem ocorrer anteriormente às operações de concordância. Assim, quando *Agree* entre o *n* e o D (ou *a*) se der, a informação de gênero, masc. ou fem., já estará “corrigida” e a concordância vai se dar naturalmente. Dessa maneira a entrada do default masculino deve ocorrer antes da operação de Inserção de Vocabulário.

- (ii) Outra possibilidade é assumirmos que quando as operações de concordância entre $D - n - a$ ocorrem, a operação de Inserção de Vocabulário já ocorreu. Essa proposta parece fazer sentido se assumirmos a proposta de derivação de Embick (2010). Na proposta desse autor, quando um segundo núcleo de fase é enviado para PF, a informação fonológica do primeiro núcleo de fase já foi processada. Dessa maneira, assumindo que em uma relação entre n e D , tanto para propósitos alomórficos, quanto pra propósitos de concordância, se dê dentro de uma derivação cíclica, e assumindo que o n vai para PF antes de D . Quando D vai sofrer o *Spell-Out* o n ainda está no ramo de PF (visto que o n é parte do complemento cíclico de D), temos que toda vez que D sofrer o *Spell-Out* a informação fonológica do n já estaria estabelecida. Dessa maneira, D é capaz de ver somente a informação de gênero vinculada ao n fonologicamente processado: ou um masculino *default*, ou um feminino (de um traço bivalente empobrecido).

Crucialmente as duas possibilidades levam ao mesmo aparato de concordância. A diferença entre elas é o momento em que os traços são empobrecidos, se na Morfologia e no momento de Inserção de Vocabulário, ou se somente na Morfologia. Sobre qual delas é a mais provável de estar correta nos manteremos agnósticos no momento.

Uma última questão que emerge é a seguinte:

- (iii) A proposta elaborada nesta dissertação para tratar os nomes supletivos do PB consegue dar conta de todos os nomes animados do português brasileiro? Nossa intuição é que sim, porém investigações mais aprofundadas e um maior domínio de dados são necessários para que possamos avançar nessas questões.

Essas importantes questões, que por não estarem diretamente vinculadas ao escopo dessa dissertação, ficam aqui delineadas para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACQUAVIVA, P. 2008. *Roots and lexicality in Distributed Morphology*. Ms.: University College Dublin/Universität Konstanz. Disponível em: <http://ling.0auf.0net/lingBuzz/000654>.
- ACQUAVIVA, P. 2009. 'The Roots of Nominality, the Nominality of Roots'. <http://ling.auf.net/lingbuzz/000824>
- ACQUAVIVA, P. 2009. Roots and Lexicality in Distributed Morphology. In *York Papers in Linguistics*, edited by Alexandra Galani, Daniel Redinger and Norman Yeo, 2:1–21. University of York. <http://ling.auf.net/lingbuzz/000654>
- ACQUAVIVA, P., & PHOEVOS PANAGIOTIDIS. 2012. 'Lexical Decomposition Meets Conceptual Atomism'. *Lingue E Linguaggio* XI (2): 105–20.
- ANDERSON, S. 1992. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARAD, M. 2003. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language and Linguistic Theory* 21: 737–778.
- ARAD, M. 2005. *Roots and Patterns: Hebrew morpho-syntax*. Dordrecht: Springer.
- ARMELIN, P. R. G. 2015. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. Tese. USP.
- ARMELIN, P. R. G. 2017. On the morphosyntax of augmentatives in Brazilian Portuguese. *Revista Letras* v.96. 7–32.
- ARMOSKAITE, S. 2011. *The destiny of roots in Blackfoot and Lithuanian*. Doctoral dissertation, University of British Columbia.
- ARONOFF, M. 1976. *Word-Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- ARONOFF, M. 2007. In the beginning was the Word. *Language*, v. 83, n.4, p.803-830.
- ARREGI, K. & A. NEVINS. 2014. A monoradical approach to some cases of disuppletion. *Theoretical Linguistics* v. 40(3-4): 311–330.
- ATKINSON, E. A. 2015. Gender features on n and the root: An account of gender in French. In J. Smith, & T. Ihsane (Eds.), *Romance linguistics 2012: Selected papers from the 42nd Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)*. (pp. 229–244). Amsterdam: Benjamins.
- BASÍLIO, M. 1980. *Estruturas lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- BASÍLIO, M. *Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BEARD, R. 1966. *The suffixation of adjectives in contemporary literary Serbo-Croatian*. Doctoral dissertation, University of Michigan.

BEARD, R. 1991. *Lexeme-morpheme base morphology*. Ms., Bucknell University.

BEARD, R. 1995. The gender-animacy hypothesis. *Journal of Slavic Linguistics* 3.59-96.

BOBALJIK, J. 2000. *The Ins and Outs of Contextual Allomorphy*, in University of Maryland Working Papers in Linguistics 10, 35–71

BOBALJIK, J. D. 2012. *Universals in Comparative Morphology: Suppletion, Superlatives, and the Structure of Words*. Cambridge: MIT Press.

BOBALJIK, J. D. 2015. Suppletion: Some theoretical implications. *Annual Review of Linguistics* 1. 1–18.

BOBALJIK, J. & HARLEY, H. 2017. Suppletion is local: Evidence from Hiaki. In: Heather Newell, Máire Noonan, Glyne Piggott, And Lisa Demena Travis, eds. *The Structure of Words at the Interfaces*. Oxford. Oxford Studies Press. 141-159

BONET, E. 1991. *Morphology after Syntax: Pronominal Clitics in Romance*. Doctoral dissertation, MIT.

BORER, H. 2009a. *Categorizing Roots*. Talk presented at Roots, Universität Stuttgart, June 10-12, 2009.

BORER, H. 2009b. *Roots and categories*. Handout of a talk presented at the 19th Colloquium on Generative Grammar, Vitoria-Gasteiz, Faculty of Letters (Gradu Aretoa), University of the Basque Country.

BORER, H. 2013. *Taking Form, Structuring Sense Volume III*. Oxford: Oxford University P/ress.

BORER, H. 2014. Wherefore roots?. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3/4, p. 343-359.

BOYÉ, G. 2006. Suppletion. In *Encyclopedia of language & linguistics*. Vol. 12. Edited by Keith Brown, 297–299. Amsterdam: Elsevier

BOŽIČ, J. 2018. Generalizations on Root Suppletion: Motivating a Theory of Contextual Allomorphy. *Proceedings of the 35th West Coast Conference on Formal Linguistics*, ed. Wm. G. Bennett et al., 114-123. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.

BROWN, D.; CHUMAKINA, M.; CORBETT, G. G.; HIPPISEY, A. 2003. *Surrey Suppletion Database*. University of Surrey. <http://dx.doi.org/10.15126/SMG.12/1>

BYBEE, J. L. 1985. *Morphology. A Study of the Relation between Meaning and Form*. Philadelphia: Benjamins.

CÂMARA Jr., J. M. 1970. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 36^a ed. Petrópolis: Editora Vozes.

- CÂMARA JR., J. M. 1973. Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa. 1ª.ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- CARSTENS, V. 2010. Implications of grammatical gender for the theory of uninterpretable features. In Michael Putnam (ed.), *Exploring Crash-Proof Grammars*. Amsterdam: Benjamins, 31–57.
- CARSTENS, V. 2011. Hyperactivity and hyperagreement in Bantu. *Lingua* 121: 721–41.
- CHOMSKY, N. 1970. *Remarks on Nominalization*. In Jacobs, Roderick A. and Rosenbaum, Peter S. (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*, 184-221. Boston: Ginn.
- CHOMSKY, N. 1993. A minimalist program for linguistic theory. In *The view from building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*, ed. Kenneth. Hale & Samuel Keyser, 1-52. MIT Press, Cambridge, Mass. Chomsky, Noam. (1995). *The minimalist program*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- CHOMSKY, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, N. 2000. Minimalist Inquiries: The Framework, in R. Martin, D. Michaels, and J. Uriagereka, eds., *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, MIT Press, 89–156.
- CHOMSKY, N. 2001. Derivation by Phase, in M. Kenstowicz, ed., *Ken Hale: A Life in Language*, MIT Press, Cambridge, MA, 1–52.
- CHOMSKY, N. 2008. On phases. In *Foundational Issues in Linguistic Theory*, eds. Robert Freidin, Carlos Otero, and Maria-Luisa Zubizarreta, 133-166. Cambridge, MA: MIT Press.
- CORBETT, G. G. 2007. Canonical typology, suppletion, and possible words. *Language* 83.
- CUNHA, C. & L. F. L. CINTRA. 1985. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. 5ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- DE BELDER, M. and J. VAN CRAENENBROEK. 2015. *How to merge a root*. MS. HU Brussels and Utrecht University.
- EMBICK, D. 2000. Features, syntax, and categories in the Latin perfect. *Linguistic Inquiry* 31:185-230.
- EMBICK, D. and HALLE, M. 2005. On the status of *stems* in morphological theory. In *Romance Languages and Linguistic Theory 2003*, ed. by Twan Geerts, Ivo van Ginneken, and Haike Jacobs, 59–88. Amsterdam: John Benjamins.
- EMBICK, D. and MARANTZ, A. 2008. Architecture and Blocking. In *Linguistic Inquiry* 39:1, 1–53.
- EMBICK, D. 2010. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*, MIT Press, Cambridge, MA.

- EMBICK, D. 2015. *The Morpheme: A Theoretical Introduction*, volume 31. Mouton de Gruyter.
- EPSTEIN, S., H. KITAHARA, and T. D. SEELY. 2010. Uninterpretable features: what are they, and what do they do? In M. Putnam (ed.), *Exploring Crash-Proof Grammars*. Amsterdam: Benjamins, 125–142.
- FATHI, R., & LOWENSTAMM, J. 2016. The gender assignment pattern of French nouns. *Morphology*, 26, 477–509.
- FERTIG, D. 1998. Suppletion, natural morphology, diagrammaticity. *Linguistics* 36(6): 1065–1091.
- HALLE, M. 1973. Prolegomena to a theory of word-formation. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n.1, p. 3-16.
- HALLE, M. & MARANTZ, A. 1993. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: Hale, Kenneth & Samuel Jay Keyser (eds.) *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press. pp. 111-176.
- HALLE, M. 1997. Impoverishment and fission. In *Papers at the Interface*, edited by Benjamin Bruening, Y. Kang, and Martha McGinnis, no. 30 in MITWPL, pp. 425 – 449. MIT, Cambridge, MA.
- HARBOUR, D. 2013. “Not plus” isn’t “not there”: bivalence in person, number and gender. In *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*, ed. By Ora Matushansky and Alec Marantz, 135-150. The MIT Press: Cambridge, MA.
- HARLEY, H. and NOYER, R. 1999. State-of-the-Article: Distributed Morphology, *Glott International* 4.4, 3-9.
- HARLEY, H. and NOYER, R. 2000. Formal versus Encyclopedic Properties of Vocabulary: Evidence from Nominalisations. In B. Peeters, ed., *The Lexicon/Encyclopedia Interface*. 349-374, Amsterdam:Elsevier Press.
- HARLEY, H. 2014. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v. 40, n. 3-4, p. 225-276. <https://ling.auf.net/lingbuzz/001527>
- HARLEY, H. 2013. External arguments and the Mirror Principle: On the distinctness of Voice and v. *Lingua*, 125:34–57.
- HARLEY, H., M. TUBINO & J. D. HAUGEN. 2017. “Locality conditions on suppletive verbs in Hiaki”, in Vera Griбанова & Stephanie S. Shih (eds.), *The Morphosyntax-Phonology connection*. Oxford: Oxford University Press. 91–112.
- HASPELMATH, M., & SIMS, A. D. 2010. *Understanding morphology*. London: Hodder Education.
- HAUGEN, D. and SIDDIQI, D. 2013. Remarks and Replies - “Roots and the Derivation” *Linguistic Inquiry*. Volume 44, Number 3, 493–517.

JENSEN, J. T. and STONG-JENSEN, M. 1984. *Morphology is in the lexicon* Linguistic Inquiry. Vol. 15, No. 3, pp. 474-498.

KATAMBA, F.X., & STONHAM, J. 2006. *Morphology*. Basingstoke : Palgrave. 382 p. ISBN: 9781403916433.

KRAMER, R. 2009. *Definite markers, phi-features, and agreement: A morphosyntactic investigation of the Amharic DP*. Doctoral dissertation, UC Santa Cruz.

KRAMER, R. 2015. *The morphosyntax of gender*. In Oxford studies in theoretical linguistics 58. Oxford: Oxford University Press.

KRAMER, R. 2016. The location of gender features in the syntax. *Language and Linguistics Compass* 10(11). 661–677. DOI: <https://doi.org/10.1111/lnc3.12226>

KUČEROVÁ, I; A. SZCZEGIELNIAK. 2018. A dual theory of roots: Evidence from Gender-Marking Languages. In *Proceedings of the 35th West Coast Conference on Formal Linguistics*, ed. Wm. G. Bennett et al., 232-241. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.

LEGATE, J., A. 2002. *Phases in “Beyond Explanatory Adequacy.”* MS, MIT.

LAROCA, M. N. de C. 2001. *Manual de Morfologia do Português*. 2ª ed. Campinas: Editora Pontes; Juiz de Fora: Editora da UFJF.

LEVIN, B. & RAPPOPORT-HOVAV, M. 1995. *Unaccusativity*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

LIEBER, R. 1980. *The Organization of the Lexicon*, Doctoral dissertation, MIT.

LIEBER, R. 1992. *Deconstructing Morphology*, University of Chicago Press, Chicago.

LIEBER, R. 2009. A lexical semantic approach to compounding. In *The Oxford Handbook of Compounding*, Rochelle Lieber & Pavol Štekauer (eds), 78–104. Oxford: OUP.

LOWENSTAMM, J. 2008. On little n, √, and types of nouns. In J. Hartmann, V. Hegedűs, & H. van Riemsdijk (Eds.), *Sounds of silence: Empty elements in syntax and phonology*. (pp. 105–144). Amsterdam: Elsevier.

LUFT, C. P. 1988. *Gramática Resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo.

MARANTZ, A. 1996. “*Cat as a phrasal idiom.*” MS., MIT.

MARATZ, A. 1997. *No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the privacy of your own Lexicon*. In: DIMITRIADIS, Alexis; SIEGEL, Laura; SUREK- CLARK, Clarissa; WILLIAMS, Alexander. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics*.

MARANTZ, A. 2001. *Words and Things*, handout, MIT.

MARANTZ, A. 2007. Phases and words. In *Phases in the theory of grammar*, ed. By Sook-Hee Choe, 199–222. Seoul: Dong In.

MARANTZ, A. 2013. Locality domains for contextual allomorphy across the interfaces. In *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle* (pp. 95-116). MIT Press.

MEL' ČUK, I. A. 1994. Suppletion: Toward a Logical Analysis of the Concept. *Studies in Language* 18, 339 - 410.

MEL' ČUK, I. A. 2000. Suppletion. *Morphologie/Morphology: Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung/An international handbook on inflection and wordformation 1*, ed. by Geert Booij, Christian Lehmann, and Joachim Mugdan, 510–22. Berlin: Mouton de Gruyter.

MINUSSI, R. D. 2012. Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINUSSI, R. D. & BASSANI, I. S. 2017. Em favor do conteúdo semântico das raízes. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR n. 96, pp.152-173.

MOSKAL, B. 2015. Limits On Allomorphy: A Case Study In Nominal Suppletion. *Linguistic Inquiry*, Volume 46, Number 2, 363–376.

NOBREGA, V. A. 2018. *Abordagem Isomórfica: a articulação entre o léxico e a sintaxe na emergência da linguagem*. 2018. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2019.

PANAGIOTIDIS, P. 2014. A minimalist approach to roots. In P. Kosta et al. (eds.), *Minimalism and beyond: Radicalizing the interfaces*, 287–303. Amsterdam: John Benjamins.

PANAGIOTIDIS, P. 2015. *Categorial features: A generative theory of word class categories*. Cambridge: Cambridge University Press.

PERINI, M, A. 2000. *Gramática Descritiva do Português*. 4ª ed. 2ª impressão. Editora Ática: São Paulo.

PERINI, M, A. 2010. *Gramática do Português Brasileiro*. Parábola Editorial: São Paulo.

PESETSKY, D. & E., TORREGO. 2007. The syntax of valuation and the interpretability of features. In Simin Karimi, Vida Samiian, and Wendy K. Wilkins (eds), *Phrasal and Clausal Architecture*. Amsterdam: Benjamins, 262–94.

PICALLO, M.C. (2007). *On gender and number*. Ms., Universitat Autònoma de Barcelona.

PICALLO, M. C. (2008). Gender and number in Romance. *Lingue e Linguaggio*, 7, 47–66.

PICALLO, M. C. (2017). A note on the locus and function of formal gender. *Borealis – An International Journal of Hispanic Linguistics*, 6(1), 1-20. <https://doi.org/10.7557/1.6.1.4097>

PFAU, R. 2000. *Features and categories in language production*. Inaugural dissertation zur Erlangung des Grades eines Doktors der Philosophie im Fachbereich Neuere Philologien der Johann Wolfgang Goethe-Universität zu Frankfurt am Main.

PFAU, R. 2009. *Grammar as processor: a distributed morphology account of spontaneous speech errors*. John Benjamins Publishing Company.

PHAM, M. 2011. Idiomatic Root Merge in Modern Hebrew blends. *Proceedings of the Arizona Linguistics Circle 4*, Coyote Papers: Working Papers in Linguistics, v. 18, n. 1.

RAPPAPORT-HOVAV, M. & LEVIN, B. 1998. Building Verb Meanings. In: M. Butt and W. Geuder (eds.). *The Projection of Arguments*. CSLI Publications, Stanford, CA, p. 97-134.

RICHARDS, M. D. 2011. Deriving the edge: What's in a phase? *Syntax* v.14, 74–95.

SAUSSURE, F. 2006. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26. ed. São Paulo: Cultrix.

SMITH, Peter W., Beata MOSKAL, Jungmin KANG, Ting XU, and Jonathan BOBALJIK. 2018. Pronominal Suppletion: Case and Number, in *Proceedings of NELS 45*.

STERIOPOLO, O., & WILTSCHKO, M. 2010. Distributed GENDER hypothesis. In G. Zybatow, et al. (Eds.), *Formal studies in Slavic linguistics: Proceedings of the formal description of Slavic languages 7.5*. (pp. 155–172). New York: Peter Lang GmbH.

VAFAEIAN, G. 2010. *A Typological Study of Nominal and Adjectival Suppletion*. Tese (mestrado). Departamento de Linguística. Universidade de Estocolmo. Estocolmo

VESELINOVA, L. N. 2006. *Suppletion in Verb Paradigms*. Amsterdam: Benjamins.